



Passo Fundo:
história e cultura

PAULO MONTEIRO

**PASSO FUNDO:
HISTÓRIA E CULTURA**

Paulo Monteiro

**PASSO FUNDO:
HISTÓRIA E CULTURA**



Passo Fundo
2013

© 2013 Todos os direitos reservados ao Autor.

Projeto Passo Fundo

Página na internet: <www.projetopassofundo.com.br>

e-mail para contato: <projetopassofundo@gmail.com>

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo desta obra NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença Creative Commons Atribuição-Compartilhada 3,0 Não Adaptada.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

<creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt_BR> ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, Califórnia, 94041, USA.

Revisado pelo Autor em: 16/09/2013

Capa: Ideia do Autor. Fotografia do Largo da Literatura, de Paula Tatsuia Monteiro (2013) sobre desenho de mulas e muleiros, de Charles Darwin, para seu livro A Origem das Espécies (1ª Edição, 1859).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M775p Monteiro, Paulo

Passo Fundo : história e cultura / Paulo Monteiro. –

Passo Fundo : Projeto Passo Fundo, 2013.

E-book (formato PDF).

ISBN 978-85-8326-034-9

Publicação também disponibilizada como E-book (formato PDF).

1. Passo Fundo (RS) – História. 2. Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

Sumário

Introdução	9
A vara e os livros	11
Passo Fundo das Missões	13
A Igreja dos Negros.....	17
Quem destruiu os Sete Povos das Missões?.....	21
O primeiro Ciclo Econômico da Região Serrana	25
O segundo Ciclo Econômico da Região Serrana.....	29
Os tropeiros chegaram 400 anos antes do MERCOSUL ...	33
O Ponto Zero de Passo Fundo.....	43
Revolução Farroupilha: a primeira tragédia passo-fundense	49
As origens da Academia Passo-Fundense de Letras	53
A instalação da Academia Passo-Fundense de Letras	61
Encontro de Academias	65
O Grupo Literário Nova Geração	71
As origens do Parque Turístico de Passo Fundo.....	79
Literatura Local	83
Crônicas Interioranas.....	87
A obra literária de Gilberto Cunha	91
Ubiratan Porto, poeta.....	97
Alguns poetas passo-fundenses.....	101

Dois romancistas passo-fundenses	113
As décimas de Algacir Costa	119
A Capital Nacional da Literatura e História Literária de Passo Fundo	123
Defendendo a verdade.....	127
A maldição do monge	131
Gabriel Bastos, poeta e prosador	135
1883/2009 – 116 Anos de Ativismo Cultural.....	139
Uma Terra à Procura do Céu.....	145
O 19 de Novembro da Academia Passo-Fundense de Letras	149
Os cento e cinquenta momentos mais importantes na História de Passo Fundo	151
Um Bocage de Bombachas	155
Um romance passo-fundense	161
O Puchirão do Gé Picaço – Poemeto Serrano – Resposta Literária a Antonio Chimango – Poemeto Campestre	167
Arthur Caetano: um líder passo-fundense esquecido.....	173
Micos & Microfones.....	177
Capitão Caraguatá (1912–1992).....	179

Em memória de Francisco Antonino Xavier e Oliveira,
Jorge Edethe Cafruni e Delma Rosendo Gehm,
cujas obras reli tantas vezes,
que suas lições se confundem
com minha própria escrita.

Introdução

Este livro é, a um só tempo, sonho e pesadelo. Há tempos projetei reunir meus textos sobre a história e a cultura de Passo Fundo em volume. Andam por aí, à solta, como as aves do céu.

Como escrevo e falo: sou fundamentalmente um publicista, e publicistas foram Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Jorge Edethe Cafruni (era assim que ele escrevia seu próprio nome) e Delma Rosendo Ghem. E, como de resto, o têm sido aqueles que verdadeiramente se dedicaram a escrever a história local.

Não escrevo com pretensões à originalidade, pois não vejo o conhecimento como inerente ao indivíduo, mas sim como um patrimônio comum à espécie.

A indicação do meu nome para Patrono da 27ª Feira do Livro de Passo Fundo apressou a concretização do sonho, com o apoio do Projeto Passo Fundo.

Ao reunir os textos esparsos, escritos durante décadas de estudos, manifestou-se o pesadelo. Seu número é tanto, apenas sobre aspectos históricos e culturais de Passo Fundo, que dariam pelo menos outros três volumes iguais a este. Impôs-se uma seleção.

Senti-me um novo Abrão nas terras de Moriá. Numa primeira demão, eliminei a metade do material. Mandeí Ismael para o deserto. Depois o dilema e o sacrifício de mais um quarto da produção sobre a história e a cultura locais. E aqui está o resultado.

Boa Leitura!
Passo Fundo, outubro de 2013.
Paulo Monteiro



A vara e os livros

Meu pai era operário do DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, ficando pouco tempo em casa. Morávamos na Vila Jerônimo Coelho e eu estudava na então Escola Municipal Parque e Grêmio dos Viajantes, hoje Escola Municipal Pe. José de Anchieta.

Criado conservadoramente, sem envolvimento com a praça das redondezas, mesmo porque há 35 anos, aquela parte da cidade era praticamente área rural, a ida para a escola proporcionou-me contato com um mundo novo. Uma dessas novidades foi o futebol das peladas.

Certo dia, após as aulas, demorei-me jogando futebol com a gurizada. Para minha vergonha essa aventura acabou com o aparecimento de minha mãe, portando uma bela vara de erva-de-corvo.

Tentei conversar, mas não teve argumento que servisse; apelei para as pernas, mas estas acabaram levando umas varadas, antes que conseguisse distanciar-me da fúria materna.

A partir daquele dia mudei meu comportamento. Futebol, só depois de comunicar em casa que ia jogar, onde e com quem. Para ocupar meu tempo, passei a ler os poucos livros que tínhamos em casa, a começar por uma velha edição da Bíblia.

Hoje, quando escrevo estas linhas desalinhavadas, minha mãe agoniza no Hospital São Vicente. Quando elas forem publicadas é possível que não esteja mais entre nós.

Já não tenho mais 7 anos. Tenho filhas, uma delas com essa idade, viciadas em livros, como eu. Chegam a dormir sobre eles.

Minha esposa, infelizmente para mim, não morre de amores pela leitura. Às vezes que ela reclamava perante minha mãe da minha bibliomania, Dona Crécia, com um sorriso orgulhoso, respondia prontamente: “Eu sou culpada disso. Eu e uma vara de erva-de-corvo...”



Obrigado, mamãe! Obrigado, pelas varadas que levei naquele dia!

NOTA DO AUTOR: O artigo acima foi publicado à página 8 de O CIDADÃO do dia 25 de abril de 1997. Leocrécia da Silva Monteiro, minha mãe, falecera no dia anterior, enquanto o jornal estava sendo impresso.



Passo Fundo das Missões

Jorge Edethe Cafruni, porto-alegrense de nascimento, fixou residência em Passo Fundo, onde se dedicou ao jornalismo e ao serviço público na qualidade de funcionário municipal. Deixou um livro de poemas em prosa, *Auroras e Crepúsculos*, o romance indianista *Irapuã*, que mereceu duas edições em vida do autor, e *Passo Fundo das Missões – Estudo do Período Jesuítico* –, publicado em 1966.

Passo Fundo das Missões é a obra mais importante escrita até hoje sobre os primeiros anos da presença de espanhóis e portugueses no território passo-fundense. Tornou-se um clássico, referência indispensável em toda e qualquer pesquisa sobre os primórdios da ocupação do que viria a ser o Rio Grande do Sul de hoje. Obras fundamentais para o entendimento da história de nosso Estado, como *Geopolítica Bandeirante*, de Amadeu Fagundes de Oliveira Freitas (Porto Alegre, 1975, s. ed.) e *Campos Realengos*, de Raul Pont (segunda edição, EDIGAL, Porto Alegre, 1983), entre outras, fazem referência ao livro do historiador que adotou Passo Fundo para viver e produzir sua obra literária.

No momento em que estamos comemorando os 150 anos de emancipação político-administrativa do Município impõe-se a reedição daquela obra basilar para o entendimento de nossa história. A Câmara de Vereadores, então presidida pelo coronel Octacílio de Moura Escobar, que deixou um profundo exemplo de respeito à convivência democrática, patrocinou a *edição principes* do livro.

Em 1955, aproximando-se o bicentenário da morte de Sepé Tiaraju e desejando o então governador do Estado, Ildo Meneghetti, erigir um monumento em homenagem ao guerrilheiro



guarani-castelhano, travou-se uma polêmica entre intelectuais gaúchos, especialmente pelas páginas vetustas do Correio do Povo. Não é preciso ter dons divinatórios para concluir que Cafruni acompanhou essa “guerra de papel”, para empregar o epíteto criado por Carlos Reverbel.

Jorge Edethe Cafruni foi verdadeiro polígrafo (poeta, cronista, romancista...), um publicista, para usar o melhor português, um “intelectual público”, como costumam escrever alguns tradutores apressados. Sua contribuição para aquela polêmica apareceu anos depois, quando os ânimos já estavam calmos e as discussões acaloradas jaziam sob a poeira pacificadora dos arquivos. E o fez com um livro-reportagem, gênero da moda nos dias que correm,

Passo Fundo das Missões é uma grande reportagem sobre a presença de jesuítas e bandeirantes no território passo-fundense. O estilo é jornalístico. Compensa a impossibilidade de entrevistas pessoais com a transcrição de passagens publicadas. Os autores fazem o papel de entrevistados e os livros de entrevistas concedidas ao historiador jornalista. Esse método é o responsável pelo grande carisma exercido por Passo Fundo das Missões. Apesar de suas quase 650 páginas, o livro pode ser lido aos poucos. Os capítulos, que não recebem numeração, fazem o papel de reportagens diárias, que acabam formando uma grande série. Não é cacete, como certos tratados doutorais.

Em 1628 os bandeirantes, associados com D. Luís de Céspedes Xérias, governador espanhol da Província do Paraguai, destruíram as reduções jesuíticas do Guairá, apresando milhares de índios. Os inacianos fugiram com os guaranis remanescentes para a região, hoje argentina, entre os rios Uruguai e Paraguai, e para o território da atual República do Paraguai.

Em fins de 1632 o padre Francisco Ximenes, em território passo-fundense, ergueu uma cruz e instalou a redução de Santa Tereza. Aqui era território espanhol, parte da Província do Paraguai. A 22 de março de 1633, o próprio padre Ximenes transmigrou a redução, do Povinho Velho, para o Rincão do Pessegueiro.

Os bandeirantes não reconheciam as terras do Rio Grande do Sul como pertencentes à Espanha. Defendiam um dos muitos traçados para os limites atribuídos ao Tratado de Tordesilhas, mais precisamente aquele que partindo da foz do Rio da



Prata seguia em direção aos atuais estados do Acre e Rondônia. Por isso, acompanhados de padres portugueses, andavam no encalço dos jesuítas espanhóis. Tanto isso é verdade que, no dia 23 de dezembro de 1637, comandados por André Fernandes, atacaram a redução de Santa Teresa, prenderam cerca de 4 mil índios ali reunidos e permaneceram na região por mais de 30 anos. Eram assistidos espiritualmente pelo padre Francisco Fernandes de Oliveira, filho do conquistador da redução. De fato, Passo Fundo só foi das missões por cinco anos e alguns meses. E foi usado como argumento em favor do *Uti possidentis juris*, pelo Barão do Rio Branco, na famosa Questão de Palmas, contra a Argentina, em 1895.

Alguns historiadores calculam que, ao final de sua investida, os bandeirantes acabaram aprisionaram mais de 30 mil tapes e guaranis. E mais: construíram o Fortim de Santa Teresa, que segundo o próprio Cafruni, serviu de base para ações contra as reduções jesuíticas às margens do Uruguai, inclusive da famosa Batalha de Mbororé, em 11 de março de 1641.

Nessa data, na confluência do rio que deu nome à batalha com o Uruguai, uma expedição bandeirante formada por 2.700 índios e 400 paulistas, em trezentas canoas, que desceram pelo rio Uruguai, foi barrada por 4.000 guaranis, entrincheirados nos barrancos dos rios e setenta canoas, dispendo até mesmo de canhões. Os guaranis eram orientados por jesuítas, com experiência militar. Os bandeirantes foram fragorosamente derrotados, mas guaranis e inacianos não esperaram o revide, abandonando a seguir o território do atual Estado do Rio Grande do Sul, só retornando em 41 anos depois, para fundar os “sete povos”.

Jorge Edethe Cafruni era um apaixonado pelo indianismo de José de Alencar. Seu romance *Irapuã* se passa no Ceará. Como um jornalista sério é um historiador honesto, *Passo Fundo das Missões*, que melhor poderia chamar-se “Passo Fundo das Bandeiras”, é um grande livro. E tanto mais do que das Missões, Passo Fundo é das Bandeiras, que só uma profunda pesquisa arqueológica no local de onde foi retirada aquela pedra incrustada no monumento dedicado às Missões, lá no Boqueirão, poderá assegurar se não é um fragmento do velho fortim bandeirante... Aliás, isto é mais de acordo com a Lei das Probabilidades.



A Igreja dos Negros

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi uma quartelada. Os militares, representando as camadas urbanas da população, que se avolumavam, acompanhando o processo universal de urbanização, depuseram Dom Pedro II, abrindo caminho para algumas reformas consolidadas apenas meio século depois, com a Revolução de 30.

Uma das primeiras, e mais radicais dessas mudanças, foi a separação da Igreja do Estado. Até a República, o Catolicismo era a região oficial do Estado, o que implicava em regras de convivência social muito diferentes das que praticamos atualmente. Sirva uma de exemplo: havia dois tipos de cemitérios, um para os católicos; outro para os acatólicos. A maioria das pessoas, hoje, não sabe que, no espaço mais ou menos compreendido entre a Avenida General Netto e as ruas Coronel Chicuta, Independência e General Canabarro, situava-se o Cemitério Católico e, na frente do antigo quartel do Exército, na Rua Teixeira Soares, o Cemitério dos Acatólicos.

Depois da República, independente da crença religiosa, as pessoas passaram a ser sepultadas nos mesmos campos-santos. Não parece, mas isso significa muito.

As reformas republicanas foram antecedidas e influenciadas por outra, talvez, ainda maior, a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888.

Em Passo Fundo, embora se possa minimizar, a importância da contribuição do negro foi muito grande. Antonino Xavier e Oliveira, nascido em 5 de setembro de 1836, e falecido a 10 de junho de 1959, conta que o primeiro colonizador, Manuel José das Neves, aqui chegou em 1827, “trazendo a família, escravos e gado” (*O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo*, in *Annaes do Município de Passo Fundo*, V. II,



Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 1990, p. 254). Da mesma forma, escravos acompanhavam os demais povoadores, que o seguiram, o que contribuiu para a presença marcante de afrodescendentes, desde os primeiros tempos da colonização passo-fundense.

A união entre Igreja e Estado gerava divisões sociais, que iam além da vida, e a economia escravagista manifestava essa segregação no dia a dia. Exemplo: a existência de igrejas de brancos e igrejas de negros. Dentro da Igreja Católica Apostólica Romana, essas separações se manifestavam, inclusive, no culto mariano.

Em todas as cidades surgidas durante a Colônia e o Império, encontramos essa divisão. Nas comunidades de portugueses e seus descendentes – e Passo Fundo é uma delas – essa divisão se manifesta, particularmente, com a presença de uma igreja consagrada a Nossa Senhora da Conceição, e outra a Nossa Senhora do Rosário. A primeira uma devoção tipicamente portuguesa; a segunda, eminentemente africana.

O uso do Rosário, ou Santo Rosário, é muito antigo. É possível que se prenda aos “mistérios” da Antiguidade e seus cultos às deusas da Fertilidade. A ligação desses mistérios com a devoção mariana é, porém, um assunto para a meta-história. Reconhecidamente antiga é a devoção a Nossa Senhora do Rosário, que se espalha a partir do ministério de São Domingos de Gusmão (1170-1221), fundador da Ordem dos Dominicanos.

Os discípulos do Santo espanhol levaram a adoração da Virgem do Rosário para o Congo, onde ela fez muitos devotos entre os naturais que se cristianizavam. Daquele território africano, em consequência da marcante presença portuguesa em Angola, vieram elevados contingentes escravizados para o Brasil, aqui popularizando e perpetuando a adoração à Santa de que era devoto São Domingos de Gusmão. Assim, foram sendo edificadas igrejas e, junto a cada templo, uma “Irmandade dos Homens Pretos”. Muitas delas chegaram, ainda atuantes, aos dias de hoje, como a de São João Del-Rei, no Estado de Minas Gerais, que é de 1708.

A popularidade à Virgem do Rosário estendeu-se pelo Brasil, durante o período colonial. Atestam-na os trinta sermões



reunidos em quatro dos quinze volumes, com o sermônário do padre Antonio Vieira. Aliás, o grande orador jesuíta traça ali um verdadeiro panorama da sociedade brasileira em que viveu, especialmente dos segmentos mais humildes, denunciando as mazelas sociais da época.

Antonino Xavier e Oliveira, historiando as festas religiosas da Passo Fundo antiga, assim se expressa: “As festas da espécie, então, eram a do Divino, a de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, a de Nossa Senhora do Rosário e a de São Miguel, sendo que a penúltima era feita pelo elemento ex-escravo, com o concurso dos brancos” (*Rememorações do Nosso Passado*, in vol. Cit., p. 413).

Portanto, os negros, em tempos pretéritos, festejavam a “sua santa”, na capela erguida às margens da “antiga estrada para Soledade”, a atual Rua Ireneo Grespan, na Vila Carmem, como pode ser lido em escrituras antigas. Ali persiste a velha devoção, num prédio de alvenaria construído há poucos anos, com o apoio de católicos alemães. Um livro de atas daquela capela, aberto em 1º de outubro de 1984, começa pelas seguintes palavras textuais:

“Segundo moradores das proximidades da Capela N. S. do Rosário, que há muitos anos residem no local, esta comunidade teve tempos áureos. A Capela N. S. Do Rosário é das primeiras da cidade de Passo Fundo. Há cinquenta anos as festas em honra a N. S. Do Rosário atraíam muita gente, a exemplo da Capela de São Miguel na época, hoje transformada numa verdadeira Romaria a São Miguel, no dizer do povo”.

O testemunho oral comprova a ancestralidade da capela e reafirma a concorrência popular às festividades, conforme registrado pelo “pai da história passo-fundense”. O mesmo historiador lembra a presença de índios, na coxilha da Vila Luiza (*O Elemento...*, ed. Cit. p. 262) E essa presença era bastante frequente, tanto que Antonino, em outra obra, *Apostillas Geográficas* (In ed. Cit. V. I, págs. 285 e seg.), relata a execução, por “índios coroados”, de dois moradores que tinham ido comer jabuticabas, num mato existente onde hoje se situam as “vilas Luiza e Carmem”. Uma “escolta” de moradores saiu em perseguição dos selvagens e foi batê-los, às margens do Taquari



(Capinguí), num local que, por isso, ficou conhecido como Mortandade.

Ora, o local em que os “dois moradores” foram mortos pelos índios, ao que tudo indica, é onde foi erguida a Igreja do Rosário. É possível que dois “homens pretos” tenham ido à coleta de frutas, a pedido de alguma sinhazinha, sequiosa de um refresco, acabando vitimados pelos índios. Em sendo assim, terços rezados por seus parentes “pretos” levaram à construção de uma pequena capela e o local passou a ser ponto de veneração à santa... Dessa forma, explica-se a antiguidade e a localização da igreja consagrada à padroeira dos “homens pretos”, em Passo Fundo. E esta seria, em termos de precedência, a segunda igreja do município.



Quem destruiu os Sete Povos das Missões?

A História é feita com palavras. E as palavras, como as varas, podem ser torcidas ou quebradas. A mentira é difundida sob a forma de palavras. E em História as mentiras contam-se às mancheias.

Uma das maiores mentiras difundidas, inclusive nos mais circunspectos manuais de História do Brasil, é que os Sete Povos das Missões foram destruídos pelos bandeirantes.

Quem dedicar alguns dias à leitura de obras sobre as bandeiras, como os livros de Afonso Descragnolle Taunay, sobre o assunto, ou o *Dicionário de História do Brasil*, de Moacyr Flores, aprenderá algumas coisas interessantes, que resumo nestas linhas. Urge esclarecer que o artigo jornalístico, entre nós, é importante para a difusão de informações, mas impõe limites físicos que asfixiam quem escreve.

A primeira dessas lições é que desde o Século XVI, isto é, poucas décadas depois do descobrimento do Brasil, os portugueses mantinham estreitas relações comerciais com os nativos do litoral rio-grandense, conhecidos genericamente, pelo nome de Patos. Pouco depois entraram em negociações com os Ibiraiaras e outras tribos do Vale do Rio Uruguai, que não gostavam dos Guaranis e, por extensão, dos seus aliados espanhóis.

Ao Sul, os lusitanos uniram-se aos Minuanos e Charruas, estes aquartelados em sua trincheira natural, a Serra do Caverá, de onde partiam em sortidas contra Guaranis e Tapes, que seriam nativos de uma outra etnia guaranizada.

Agora, é bom que se lembre uma coisa: o ocupação do território brasileiro foi efetuada por seguidores da Igreja Católica. Junto com os colonizadores vinham sacerdotes da sua Igreja. E como em todas as sociedades, onde as religiões instituíram sacerdócio, as relações entre sacerdotes e leigos nem sempre



foram as mais cordiais. Daí, no Brasil Colônia, especialmente quanto à escravidão, ocorreram “conflitos de interesses” entre esses dois segmentos da sociedade.

Enquanto os portugueses estreitavam relações com os nativos, ocupavam de fato o Litoral e avançavam para o Interior. Tanto isto é verdade que no ano de 1626 os jesuítas espanhóis entraram no Rio Grande do Sul, fundando a redução de São Nicolau. Chegaram a Passo Fundo em 1632, organizando Santa Teresa dos Pinhais, que seria tomada pelo bandeirante André Fernandes, a 23 de dezembro de 1637.

Católicos, não podemos afirmar até onde praticantes, os paulistas, em suas bandeiras, eram acompanhados de padres. Basta lembrar que os conquistadores de Santa Teresa dos Pinhais trouxeram o padre Francisco Fernandes de Oliveira, filho de André Fernandes. E esse sacerdote aqui permaneceu ao lado dos seus compatriotas.

A ideia de que os bandeirantes eram verdadeiros monstros, sem religião, vem das representações movidas pelos colonizadores espanhóis às suas majestades. São documentos eminentemente políticos, como tantos discursos que ouvimos nos dias de hoje, demonizando os adversários. Os bandeirantes não eram nem mais e nem menos católicos do que os súditos de Espanha.

A segunda lição que se aprende ao estudar com um mínimo de seriedade esse período histórico é que a presença dos jesuítas espanhóis em território rio-grandense ocorre em dois períodos bem definidos. O primeiro deles entre 1626, com a fundação de São Nicolau pelo padre Roque Gonzáles de Santa Cruz, e logo depois de 1641, quando jesuítas e guaranis mudaram-se para a margem direita do Uruguai.

“De 1636-38, os bandeirantes Antônio Raposo Tavares, André Fernandes, Fernão Dias Pais e Pascoal Leite devastaram 18 reduções. Os jesuítas conseguiram transmigrar os índios para a outra margem do rio Uruguai e colocar o gado ao sul do rio Jacuí. Esse gado desenvolveu-se abandonado, formando a Vacaria do Mar”, escreve Moacyr Flores, à página 510 do seu Dicionário.

Uma vez expulsos os espanhóis - e pouco importa se eram religiosos ou leigos, *o importante é que eram espanhóis* -, os bandeirantes foram chamados para uma empresa mais urgente:



contribuir na libertação do Nordeste, ocupado pelos holandeses, que conquistaram Olinda e Recife, no ano de 1630. Os batavos só deixariam o Brasil, depois que se renderam, em 26 de janeiro de 1654. E também porque as notícias da existência de ouro e pedras preciosas, no Centro, fez reduzir a importância econômica do Sul. E os bandeirantes eram homens eminentemente práticos.

O segundo período tem início em 1682, quando os jesuítas, definitivamente livres da ameaça bandeirante, reingressam no Rio Grande do Sul e fundam os Sete Povos das Missões: São Borja (1682), São Luís (1687), São Lourenço (1687), São Nicolau (1687), São Miguel (1687), São João Batista (1697) e Santo Ângelo (1707). Terminou em 1767, quando os jesuítas foram expulsos de terras de Espanha, como conta Moacyr Flores, no Dicionário de História do Brasil, p. 172. Isto foi depois da chamada Guerra Guaranítica, em que morreu o lendário Sepé Tiaraju, em 7 de fevereiro de 1756, “morto por uma descarga de fuzis”, conforme Moacyr Flores, in. Op. cit., p. 300.

Depois que os jesuítas foram expulsos da Espanha os Sete Povos das Missões passaram a ser governados por administradores espanhóis. Estes tratavam os índios de maneira opressiva, o que permitiu que as Missões fossem conquistadas, em 1801, por uma força formada pela junção de 14 desertores, anistiados, sob o comando de José Borges do Canto, 12 comandados por Antônio de Almeida Lara e mais seis soldados de Gabriel Ribeiro de Almeida. No caminho foram sendo engrossados por índios que se revoltavam contra o despotismo dos delegados dos reis espanhóis.

Em fevereiro de 1856, antes de incendiarem boa parte de São Miguel, os guaranis migraram para a margem direita do Uruguai. Essa destruição continuaria graças ao descaso dos administradores espanhóis que tomaram conta da Região e se aprofundaria depois de 1801.

Uma vez na posse do território, os portugueses trataram de ocupá-lo. Para tanto, as autoridades doaram sesmarias àqueles que desejavam mudar-se para a Região. Os primeiros a receberem essa benesse foram os que participaram da conquista. Os índios acabaram despojados de suas terras. Os materiais



das reduções, que iam ruindo pelo abandono em que jaziam, foram sendo usados, pelos conquistadores, para construir suas casas e demais instalações das fazendas.

Em 1817 forças brasileiras invadiram a Argentina e incendiaram várias das antigas reduções jesuíticas naquele País. Dois anos depois veio o revide. Andresito Artigas, caudilheite uruguaio nascido em São Borja, invade assolando Santo Ângelo, São João, São Miguel e São Nicolau. A destruição de São Miguel, pela incúria dos administradores espanhóis, se aprofundou pouco antes da ocupação portuguesa, em 1801.

Para que se tenha uma ideia de como foi lento e longo o processo de destruição das reduções bastam dois exemplos do que acontecia ainda em 1886. A pia batismal da redução de São Lourenço servia de cocheira para os muares de um colono italiano. Com os capitéis, baixos-relevos e outras obras arquitetônicas de São João Batista foi construído um chiqueiro de porcos e as madeiras nobres e melhores pedras empregadas para edificar excelentes casas. Lembre-se que os bandeirantes tinham deixado o Rio Grande do Sul há mais de dois séculos.

Portanto, os bandeirantes não destruíram os Sete Povos das Missões. A destruição foi obra inicial dos próprios índios, ao final da Guerra Guaranítica, persistiu com os delegados do poder civil espanhol e se aprofundou com os colonizadores europeus (portugueses, alemães e italianos) durante todo o século XIX.



O primeiro Ciclo Econômico da Região Serrana

O Rio Grande do Sul tem duas regiões fisiográficas bastante claras: a metade Sul, formada pela Campanha e a Depressão Central e a metade Norte, constituída principalmente pela Mata Atlântica. A esta segunda parte do Estado, sempre se aplicou o nome de Região Serrana. Modernamente, passou a ser conhecida através de diversos nomes, fomentados pela politicagem de lideranças políticas locais. Para facilitar a cata de recursos em Porto Alegre e Brasília, inventaram regiões que não correspondem à realidade.

O que caracteriza a Região Serrana, desde meados do século XIX, é a vocação agropecuária. Aqui se desenvolveram as principais culturas agrícolas; cada município serrano, para usar expressão consagrada pelos poetas regionalistas, é um verdadeiro “celeiro do Rio Grande”.

A região passou por diversos ciclos econômicos. O primeiro deles iniciou-se no ano de 1631 quando chegaram os primeiros brancos aqui fixaram residência. Eram jesuítas espanhóis que criaram a redução de San Carlos del Caapi. Sua localização ainda é discutida por historiadores e geógrafos, em função das divergências entre os mapas deixados pelos padres castelhanos e as mais avançadas notações geográficas. Alguns afirmam que o aldeamento ficava nas proximidades de Santo Cristo; outros, num ponto entre Carazinho e Palmeira das Missões, perto do Jacuí Mirim.

Em 1632, os inacianos organizaram a redução de Santa Teresa del Curiti, também conhecida como Santa Teresa de los Piñales, quase na divisa dos atuais municípios de Passo Fundo e Mato Castelhanos. Transferida, em 1633, para o Rincão do Pessegueiro, hoje Ernestina, às vésperas do Natal de 1637, acabou



atacada por uma bandeira paulista. Os bandeirantes aprisionaram quatro mil tapes (índios guaranizados, possivelmente de origem andina), expulsando os religiosos espanhóis.

Durante esse curto período em que permaneceram na Região Serrana, os padres castelhanos introduziram bovinos, equinos e ovinos. Com a ocupação paulista, os dois primeiros tipos de gado, alçaram-se pelos campestres serranos, dando origem à Vacaria dos Pinhais, que exerceria importante papel econômico décadas mais tarde. Dos ovinos não restou notícia; possivelmente acabaram devorados pelos carnívoros silvestres.

Os espanhóis, porém, começaram a explorar uma abundante riqueza nativa: a erva-mate (*Ilex paraguayensis*). Em vários pontos, vastos ervais já eram explorados pelos tapes, que, através do nosso conhecido carijo, produziam a erva para o chimarrão, que era consumido em cuias (cabaças), feitas de porongo, planta das Cucurbitáceas (*Lagenaria Vulgaris, Ser.*), como nós hoje o bebemos, apenas com uma diferença: a bomba, chamada taquapi, feita de taquara.

Os jesuítas, de início, tentaram extinguir o consumo do chimarrão. Disseram que dentro da erva existia um demônio (Anhangá-puitã) e que os índios costumavam colocar veneno. Para desmentir esses ensinamentos, adotaram o hábito de que o mateador (aquele que faz e serve o mate), tome a primeira cuiada.

Impossibilitados de acabarem com a bebida que se expandia entre os brancos e seus descendentes, os padres passaram a obter benefícios econômicos, com a produção de erva-mate pelos índios aldeados. Enviavam a erva-mate missioneira para Buenos Ayres, remetendo os lucros auferidos com o negócio para Roma e Madrid, onde ficavam os cofres da Ordem.

Os jesuítas estavam entre os homens mais estudados de sua época. Observadores atentos verificaram que a erva-mate exigia terrenos especiais para crescer naturalmente; observaram, porém, que poderia ser cultivada em qualquer lugar. Encontraram a solução para o problema descobrindo que somente se reproduziam as sementes comidas pelos pássaros. Passaram a incentivar que os curumins, como eram chamadas as crianças, comessem as sementes. Com essa técnica germinativa desenvolveram grandes ervais. Em poucos anos aumentaram consideravelmente a produção da apreciada bebida.



Não conseguiram pôr em prática essa “nova tecnologia” na Região Serrana porque, depois de expulsos pelos bandeirantes, os caingangues ocuparam as florestas densas. Esses nativos do grupo Jê, inimigos históricos dos guaranis, do grupo Tupi, passaram a combater, também os espanhóis, jesuítas ou não, aliados dos adversários ancestrais.

Com a saída dos paulistas, os índios missioneiros, comandados por padres com experiência militar, faziam incursões aos ervais serranos, em grupos com várias dezenas de homens, portando armas de fogo.

A erva-mate era cortada de quatro em quatro anos. Sapecada e cancheada, conduziam-na os índios nas próprias costas até local seguro, onde era embarcada em canoas para Buenos Aires.

A produção da erva-mate deu origem ao primeiro ciclo econômico da Região Serrana, que se iniciou na década de 1630 e continuou até metade dos 1800, quando acabou suplantada pelo comércio de tropas para as feiras paulistas. Seja extraída dos ervais nativos; seja através de cultivo racional, a produção ervateira constituiu o nosso primeiro e mais duradouro ciclo econômico. Dos nossos quase quatro séculos de ocupação branca, ocupação que teve, naturalmente, avanços e recuos, a erva-mate foi, por cerca de 250 anos, o carro-chefe da economia.



O segundo Ciclo Econômico da Região Serrana

Como vimos em artigo anterior, o primeiro ciclo econômico da Região Serrana foi o da erva-mate, continuidade do aproveitamento que os índios já davam àquela planta. O segundo ciclo foi o das tropas de muares, erroneamente ditas tropas de mulas.

Para início de conversa devemos aclarar os termos. Muar é todo o híbrido de cavalo (*Equus caballus Lin.*) e do jumento, também conhecido como burro. O filho do jumento (burro inchó, do espanhol burro hechor), popularmente é conhecido como burro (ou burro comum), quando macho, e mula, em sendo fêmea. Na verdade, a esse mestiço, seria correto dar o nome de mulo ou mula, e ao burro inchó e sua fêmea de jumento e jumenta. Essa mistura de nomes iguais para animais diferentes gera confusão.

Se acrescentarmos que o cavalo (bagual, isto é, não castrado) cruzando com a jumenta ou burra gera outro tipo de híbrido confundido com o mulo e a mula, embora de características físicas diferentes, aumenta a confusão. O nome correto desse mestiço do bagual com a jumenta é bardoto ou asneiro, sendo macho, e bardota ou asneira, a fêmea.

Na verdade, as chamadas tropas de mulas eram formadas por mulas, mulos, bardotos e bardotas.

Quando verificamos inventários de fazendeiros que se dedicavam à criação de muares descobrimos a grande quantidade de potros, cavalos machos. Tenho um desses documentos à minha frente: 75 éguas para cria de mulas, 3 burros hechores, 12 mulas e, coincidentemente, 12 potros. Como os burros hechores, desde pequenos, eram criados com as éguas, o natural é que eles tomassem conta da manada dessas fêmeas, “escanteando”



as fêmeas de sua espécie que, naturalmente deveriam se “encostarem” nos potros, gerando bardotos... E um burro inchó valia oito vezes mais do que qualquer um dos outros animais...

Bom, o certo é que a mula, da mesma forma que o mulo, é usada desde Antiguidade para o transporte de cargas e suprimentos militares. A famosa Guerra de Canudos, imortalizada por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, foi decidida pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, reforçada por um exército de mulas cargueiras...

As mulas exerceram papel importante no comércio andino. As ricas minas bolivianas eram abastecidas com alimentos transportados nos lombos de muares e das entranhas da cordilheira esses animais espalhavam prata pelo mundo. De início importadas da Espanha, logo burros hechores se misturaram com as manadas de equinos que se espalhavam pela pradaria Argentina, cruzando-se naturalmente com as éguas, gerando os primeiros mulos e mulas do Continente.

Como em todas as atividades comerciais, o mercado acaba determinando as regras, e os próprios jesuítas espanhóis incentivaram a criação de mulas nas reduções guaraníticas. E à erva-mate juntaram uma nova riqueza: a criação e o comércio de muares com os Andes.

Depois de 1680, com a Colônia do Sacramento, hoje em território uruguaio, os brasileiros começaram a se interessar com o comércio de mulas, especialmente para as Minas Gerais e, posteriormente, para a produção de café, no atual Estado de São Paulo.

Assim, quando a Região Serrana, na primeira metade do século XIX, começa a ser ocupada, o velho caminho do Mondocaá/Caapi, aproximadamente a atual BR 285, passa a ser o caminho natural das grandes tropas de mulas. Os historiadores chegam a discutir se o caminho dos tropeiros passava neste ou naquele ponto, mais acima ou mais abaixo, da atual ponte do Rio Passo Fundo, na Avenida Brasil. O certo é que existiam várias passagens para fugir dos “registros”, locais onde pessoas autorizadas pelo governo cobravam elevados impostos. Aliás, a primeira autoridade da região, Joaquim Fagundes dos Reis, era um desses “registreiros”.



No começo, a passagem por Passo Fundo, especialmente, no Mato Castelhanos e no Mato Português, era muito difícil, pois os tropeiros eram constantemente atacados pelos índios caingangues. A situação somente melhorou alguns anos depois da Revolução Farroupilha, com a abertura da estrada do Mato Castelhanos, ordenada pelo Duque de Caxias, então presidente da Província do Rio Grande do Sul.

O aldeamento dos índios, iniciado em Nonoai, e o verdadeiro massacre de caingangues promovidos pelas autoridades passo-fundenses daquela época, liberaram os campestres do município, para a invernada de muares. Nossos campos, mais conhecidos como campestres, eram excelentes, protegidos de ventos, com gramíneas altas e muitas aguadas. Tropas de mulas eram compradas na fronteira e invernadas em nossa região. Nos campestres, existia muito butiazeiro, apreciadíssimo pelas muladas. Daqui, fortalecidas, seguiam em melhores condições de preço para as feiras de Sorocaba e Piratininga, em São Paulo.

Em princípios do século XX, o centro do comércio de muares se desloca de São Paulo para a própria Região Serrana. A colonização das serras abriu um novo mercado. E os tropeiros passaram a negociar mulas diretamente nas colônias, pois seus moradores necessitavam desse animal para transportar seus produtos até as cidades ou portos, como o de Anta Gorda. Os tropeiros permaneciam longas temporadas em Passo Fundo e região. Arrendavam ou compravam campos, onde concentravam suas tropilhas, que saíam negociar, pelas colônias, especialmente nas festas religiosas, que funcionavam, até certo ponto, como feiras de animais. Muitos fronteirizos acabaram fixando residência, aqui, constituindo famílias numerosas.

Uma das coisas que os historiadores gaúchos menos discutem nas suas obras é a questão da sexualidade, ao contrário dos estudiosos nordestinos, como Gilberto Freyre. A presença desses homens, “livres” e com dinheiro, gerou a “indústria da prostituição”.

As primeiras “casas de tolerância” se desenvolveram nesse período. Eram, também, pontos de encontro entre compradores e vendedores de mulas. Guarda a história oral, a memória de um guarda conhecido pela alcunha de Caburé, acostumado



a surrar de espada os arruaceiros. Um destes era um bajeense preto, useiro e vezeiro em arrumar encrências. A cada confusão levava uma sumanta de espada, e o mulherio gritava em coro o dístico: “Meta a espada Caburé, nesse negro de Bagé”. Era O espetáculo...

Numa época em que a penicilina era desconhecida, as doenças venéreas aterrorizavam os tropeiros, tanto que a mais comum delas, a indenite inguinal, ficou mais conhecida pelo nome do animal mais negociado pelos tropeiros...

A criação e o comércio de muares representou um dos ciclos econômicos mais importantes para todo o Rio Grande do Sul. Contribuiu para a acumulação de capitais e constituindo-se numa oportunidade importante de ascensão social.

David José Martins, que mudou seu nome para David Canabarro, era um taquariense humilde, descendente de açorianos. Arrendando campos e criando mulas, na Fronteira, acabou rico e importante. Foi general e comandante do Exército Farrou-pilha e chegou a brigadeiro do Exército Imperial. José Gomes Pinheiro Machado, trocou o Curso de Direito, pela vida de tropeiro, acabou senador da República e um dos mais importantes políticos brasileiros de seu tempo. Salvador Pinheiro Machado, seu irmão, homem de poucas letras, chegou a substituto de Borges de Medeiros no governo do Estado. Aqui, mesmo, em nossa região, exemplos de casos parecidos são facilmente encontráveis.



Os tropeiros chegaram 400 anos antes do MERCOSUL

O recente lançamento da segunda edição, do livro *Tropeiros de Mula: a ocupação do espaço, a dilatação das fronteiras* (Gráfica Editora Berthier Ltda., Passo Fundo, 2004), do historiador Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, foi um dos acontecimentos literários mais significativos do ano passado, em Passo Fundo.

O livro chama a atenção para um dos fatores econômicos fundamentais na ocupação das terras americanas, a pecuária, e sua consequência mais imediata e profunda, o tropeirismo. No caso, as tropas de mulas.

Se o extrativismo vegetal, mormente do pau-brasil, e a cultura da cana-de-açúcar, foram basilares para o povoamento do litoral brasileiro, deve-se à criação de gado e ao seu comércio, através de tropas, a permanência de origem europeia no interior.

Quando se estuda a história dos primeiros anos de aposamento americano constata-se que havia um vasto intercâmbio entre a colônia portuguesa e as dependências espanholas. Cristãos novos, padres e militares, unidos por interesses econômicos, relações de compadrio e parentesco realizavam negócios entre as possessões de ambos os reinos. Assim, o tropeirismo se confunde com as próprias origens da América do Sul.

O gado, introduzido na Capitania de São Vicente (São Paulo), em 1534, por Ana Pimentel, esposa do donatário, se reproduzia bastante. Ao mesmo tempo era intenso o comércio entre o litoral paulista e o Paraguai, tanto que em 1556 teria sido feita a primeira tropeada, considerada contrabando e constituída de um lote de sete vacas e um touro trazidos da Andaluzia para o Brasil e dali levados para o Paraguai. É uma história romanesca e longa, onde aparece uma perseguição malsucedidas aos tropeiros-contrabandistas.



A ser verdadeira a história, que alguns autores veem com restrições, essa teria sido a primeira tropeada.

O percurso do litoral paulista ao Paraguai seguia um antigo caminho indígena, que de São Vicente ia até os altiplanos andinos. Aliás, eram muitas essas estradas usadas pelos primitivos moradores, uma das quais ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, sendo um de seus transcursores o Passo do Goio-en, no rio Uruguai. Mais tarde por ali passaram tropeiros numa caminhada inversa ao êxodo guaraníco.

O certo é que em 1580 já era embarcado de Buenos Aires para a Espanha um carregamento de couros e cerca de trinta anos depois tropeava-se de Santa-Fé para o Peru nada menos de um milhão de cabeças de gado segundo conta Roberto C. Simonsen, em sua clássica *História Econômica do Brasil* (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 5ª Edição, 1967, p. 159), citando Southey.

É possível que o gado que povoou as campinas rio-grandenses antes dos paulistas e lagunenses se apossarem desse espaço não seja descendente apenas daquelas cabeças de gado que entraram por São Vicente. As matrizes podem ter chegado pelos Andes ou pela própria região de Buenos Aires.

“Os missionários jesuítas reuniram os guaranis em reduções a partir de 1609 na região de Guairá, PR, e desde 1626 na margem esquerda do rio Uruguai, com a fundação de S. Nicolau. Em 1638 as expedições armadas em bandeira, oriundas de S. Paulo, destruíram 18 reduções na região do Tape, levando os índios como escravos. Os guaranis que conseguiram fugir para a outra margem do rio Uruguai, retornando em 1628 para a fundação de S. Borja, logo após para as fundações de S. Luís Gonzaga, S. Lourenço, S. Miguel, S. Nicolau, S. João e Santo Ângelo. A redução de Jesus Maria dos Guenoas fracassou e seus remanescentes foram incorporados na de S. Borja. A Guerra Guaranítica (1754-56), em função do Tratado de Madri (1750), destruiu a organização das reduções e abalou a confiança dos índios nos jesuítas. Gomes Freire de Andrade retirou 10 mil guaranis com seus animais, das reduções, reunindo-os em S. Nicolau da Cachoeira, S. Nicolau de Rio Pardo e Aldeia dos Anjos”. Assim, Moacyr Flores em seu *Dicionário de História do Brasil* (EDIPUCRS, 2ª Edição Revista e Amplia-



da, Porto Alegre, 2001, págs. 290-291), sintetiza o período em que se formaram as “vacarias” na área atualmente ocupada pelo Rio Grande do Sul.

A primeira dessas vacarias surgiu com a ocupação do Tape ou Tape, numa área “entre os rios Uruguai, Ibicuí, Ijuí e Jacuí”, a partir de 1626. Com os ataques de bandeirantes em 1638, os jesuítas formaram a Vacaria do Mar entre os rios Ibicuí, Jacuí e Uruguai. Em 1712 organizara a Vacaria dos Pinhais, nos Campos de Cima da Serra, que foi saqueada pelos paulistas na década de 1740, segundo Moacyr Flores (Op. Cit., p. 619).

Os bandeirantes, a partir de 1639, começaram as tropeadas, com a tomada dos animais reunidos pelos jesuítas e os índios aldeados. Essa atividade se intensifica a partir de 1680 com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, que “facilitou o contrabando de mulas criadas pelos espanhóis” (Idem, p. 609), atividade que teria importância econômica até a década de 1950, sendo vencida pela indústria de automotores.

A repressão portuguesa ao intercâmbio entre São Paulo e Paraguai favoreceu o novo trajeto comercial, via Rio da Prata, através da criação da Colônia de Sacramento. Mais tarde as muladas de Corrientes e Entre-Rios, na Argentina, passaram a entrar via Missões, seguindo por Cruz Alta e Passo Fundo, e, mais recentemente cruzando no Passo do Goio-en, na direção de Sorocaba.

Numa época em que se lembra da entrada em funcionamento do MERCOSUL, com Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o certo é que esse mercado, na prática, já tem quase cinco séculos. As notícias de repressão ao contrabando, especialmente nas fronteiras com Paraguai e Uruguai também são muito velhas. São Paulo surge, em 1560, com a extinção da Vila de Santo André da Borda do Campo, ambas criadas dentro de um processo de combate ao contrabando.

Parece absurdo dizer, mas o estudo da história do Cone Sul mostra que a política adotada pelos atuais governos pouco difere da colocada em prática pelas metrópoles ibéricas. O contrabando, entre nós, para escândalo dos defensores do *laissez-faire*, tem sido a face visível entre a livre iniciativa e as barreiras alfandegárias.



Tropeiros de mula

O Autor alterou sensivelmente a obra, em relação à primeira edição (Gráfica Diário da Manhã, Passo Fundo, s/d (1986)), feita sobre “uma série de artigos escritos no DIÁRIO DA MANHÃ durante o ano de 1985”.

Como a maioria dos livros de Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, a primeira edição de *Tropeiros de Mula* se caracteriza por uma desorganização temática. Isso acontece com quase todos os escritores que enfeixam artigos jornalísticos. No caso do autor de *O Gaúcho Quem é...* essa desarticulação não significa superficialidade ou pressa, devido à inexistência de uma bibliografia, deficiência superada nesta segunda edição. Leitor insaciável, pesquisador criterioso, tanto em fontes escritas quanto orais, Pedro Ari Veríssimo da Fonseca une a profundidade dos temas à simplicidade no escrever. Piá de estância, iniciou seus estudos da vida e da história serranas ouvindo as histórias de galpão, ao redor do fogo, num tempo em que as crianças não interrompiam os mais velhos. Naqueles, que não vão muito longe, valia a lição de José Hernandez, no *Martín Fierro*: “... es de la boca del viejo de ande salen las verdades”. E essa oralidade faz com que a leitura de seus livros seja agradável.

Pedro Ari Veríssimo da Fonseca historia a ocupação do Rio Grande do Sul, a começar pelo Litoral e pela Fronteira, culminando nas Missões e no Planalto, incluindo o que atualmente conhecemos como Ato Uruguai. Toda essa história passa pela presença dos jesuítas, a passagem dos bandeirantes (que não foi tão passageira como se pensa, pois chegaram a permanecer por algumas décadas na região de Passo Fundo), culminando com o trabalho dos tropeiros, mormente daqueles que conduziam mulas para São Paulo, ciclo econômico que durou mais de três séculos.

Nessa história das tropeadas os depoimentos dos sobreviventes, ouvidos há mais de 20 anos, exercem um papel importante. O autor enriquece seu trabalho com as tropas de porco, que comprova terem sido comuns em toda a Região, e com a chamada Via Victorio Vêneto, iniciada por volta de 1896, onde hoje se localizam as vilas Santa Maria e São Luiz Gonzaga, estenden-



do-se até a atual Avenida Presidente Vargas. O local constituiu-se num importante núcleo populacional de origem italiana.

Birivas, missioneiros e gaúchos

A leitura dos livros de Pedro Ari Veríssimo da Fonseca é uma imposição, tanto quanto a reedição dos mesmos é uma necessidade. *Tropeiros de Mula* é o primeiro que volta às livrarias. Urge, porém, que os demais, todos esgotados, saiam novamente a lume, a começar por *Formação do Gaúcho* (1982), continuando com *Estórias do Vovô Zacarias* (1991), *Gaúcho Serrano, usos e costumes* (1991), *O Gaúcho, quem é...* (1999). Todos são importantes para o entendimento do gaúcho que se formou no Planalto Rio-Grandense. Também chamado “biriva”, o homem crescido nos campos e matas ao Norte do Rio Grande do Sul tem características próprias, que o fazem diferente de seus patrícios das Missões (missioneiros) e da Campanha (fronteirços).

O autor de *Tropeiros de Mula* demonstra à saciedade essas profundas disparidades entre os habitantes do Planalto, das Missões e da Campanha. Talvez por isso a primeira edição tenha despertado tanta atenção dos pesquisadores, embora as referências em livros publicados depois de 1982 digam o contrário.

Essas diferenças ficam claras na entrevista do coronel Alberto Berthier de Almeida, nascido em 1890. Conta que os condutores de tropas eram sempre chamados de tropeiros e não de gaúchos. Biriva era termo reservado aos compradores de mulas que vinham de Santa Catarina e do Paraná. Já o termo era aplicado aos moradores do Planalto Serrano pelos habitantes da Fronteira (p. 107ss).

Dorval da Silva confirma essas informações. Eis como ele conta o que acontecia aos serranos serem chamados de gaúchos em São Paulo: “Eu gozava com eles... que nós éramos da terra dos gaúchos, mas não éramos gaúchos e dava umas explicações. Depois que ficamos conhecidos, brincávamos com eles e eu dizia que não éramos daqui que éramos gaúchos; o gaúcho parecia ter bom cavalo, bem encilhado, um trinta e oito na cintura, atirar um fio de cabelo para cima e espera-lo no fio, cortando-o. O pessoal da fronteira anos chamava de biriva e nós chamávamos



de biriva o pessoal de Santa Catarina e do Paraná” (p. 116). E, na mesma página, Dorval da Silva acrescenta mais uma chega ao vocabulário gauchesco ao informar que a peonada serrana era chamada de “soqueteiros” porque viviam pelas fazendas comendo soquete, ou seja, carne de segunda com osso.

O morador da região das Missões, conhecido como “missioneiro”, tinha profundas diversidades com o serrano ou biriva. Preste-se atenção ao que contou o tropeiro Hugo Ferreira de Mesquita: “Nada melhor, numa rodada de chimarrão, do que reunir um biriva e um condutor de tropas missioneiro. Missioneiro e biriva. Tão iguais e tão diferentes como quaisquer irmãos. O missioneiro mais recatado, mas modesto. Nas lentas e longas tropeadas para Pelotas, passando dias e noites sem dormir e sem falar – 30 a 40 dias de viagem silenciosa – aprendeu a refletir, a esperar a hora de falar, a ser econômico nas palavras e a dizer apenas o necessário. O biriva é um comerciante, tem de comprar bem e vender melhor. Tem de convencer o vendedor que lhe está oferecendo o melhor preço e que o produto – mula, cavalo, boi – não tem muita procura no momento. Que o dinheiro anda escasso e que precisa de prazo. Ao comprador, é necessário convencer de que lhe está faltando um preço especial, para pagar o dinheiro à vista, embora o preço chegue às raias da exploração. O biriva velho fala e convence. [...]” (p. 145).

O termo gaúcho só era usado na Fronteira, contou Hugo Ferreira de Mesquita, que conheceu bem a região, pois chegou a homem de confiança do estancieiro João Goulart, o presidente Jango. “Agora, naquela Zona de Santiago, São Borja e São Luiz, eles se chamavam de missioneiros”. E era daí que vinham as tropas de mulas (p. 161).

Outra dessemelhança fundamental entre o serrano e o fronteiriço é no trato com a peonada. “A vera experiência”, para empregar a clássica expressão camoniana, o demonstra. E ao fazê-lo arrasa um dos mais arraigados mitos da historiografia tradicional: a democracia das estâncias. Perguntado se havia uma diferença muito grande entre o peão da fronteira e um peão serrano, o tropeiro João da Silva (p. 135) foi taxativo: “– Havia. Até hoje um peão da fronteira só come no galpão; o nosso almoça na mesa, na casa. Ainda agora fui com o meu filho mais velho



olhar uma fazenda, um poço adiante de Gal. Vargas. Chegamos e já estava lá um comprador de Erechim. Eu e o meu piá – ele ficou apavorado! Nós e mais o comprador de Erechim ficamos no galpão comendo soquete de ovelha com farinha de mandioca e esperando. Aí eu mostrei pro meu filho: – Tá vendo? Lá em casa os empregados vão todos pra mesa e nós aqui, os compradores da estância do homem, comendo soquete”. Posso te dizer que na fronteira ninguém leva peão pra mesa. Posso até lhe garantir. Aquela peonada come carne assada com farinha, às vezes um cafezito e nada mais. Lá, até hoje, peão não é gente! [...]”.

Precisa documento mais contundente para desmascarar o “mito da democracia das estâncias” do que os testemunhos de homens que conheceram em todos os planos as formas de tratamento que se dispensa aos peões de estância na Fronteira e no Planalto Rio-Grandense.

Sexualidade

Tropeiros de Mulas é muito mais do que um relato histórico. É uma descrição da vida e dos costumes, portanto, uma obra sociológica. Falta-lhe apenas desenvolver mais a questão da sexualidade. Sendo a comitiva (o grupo organizado para o transporte de uma tropa) uma associação masculina, pela rusticidade do trabalho, não se deve estranhar que o estudo das relações sexuais tenha se constituído em um dos grandes tabus da “sociologia rio-grandense”.

A importância do assunto, tão olvidada pelos nossos estudiosos, talvez por um preconceito vitoriano, algum tipo de puritanismo, faz parte do imaginário e da própria literatura popular. As piadas com o bestialismo, as músicas e poemas que exploram temas sobre bailes-de-cola-atada, onde homens e mulheres dançam nus, e assim por diante, justificam a gravidade da omissão.

Creio que aí reside o fato de não termos produzido nenhuma obra representativa sobre a cultura rio-grandense do sul. Não nos faltam assuntos para uma *Casa Grande & Senzala*, por exemplo. Se não tivemos, ainda, o nosso Gilberto Freyre é porque um caldo preconceituoso amolece a história do Rio Grande.



Pedro Ari Veríssimo da Fonseca em caras oportunidades toca nessa temática em *Tropeiros de Mula*. Assim o faz na entrevista com D. Lorita Martins, que assegura ter feito a “melhor viagem” com o marido, até São Paulo.

Lorita (p. 119ss) contou que conduziam uma tropa com quinhentas mulas e vários cargueiros carregando tudo o que era indispensável para uma longa viagem. Ela dormia numa barraca, onde lhe leva “a comida prontinha”, que só deixou de comer o torresmo porque o saco onde era transportado ficou muito sujo. Lorita ia vestida com blusa e calças compridas. “Os quilotes apareceram muitos anos depois e então se vestia paletó, gravata, quilotes e botas”, contou. E mais: os tropeiros deixavam as esposas em Itapetininga e saíam vender os animais. Depois do jantar, que acontecia às 16h30min, todos se dirigiam para a praça onde os homens negociavam e as mulheres passeavam. Estas, procedentes de diversas cidades gaúchas, acabavam ficando amigas. “Praça dos Amores” era o nome do logradouro. Depois, havia reuniões sociais em casas de famílias. Atualizada em termos de corte de cabelos, Lorita chegou a São Paulo, onde assistiu uma apresentação teatral.

Ora, vê-se, que pelo menos os tropeiros “patrões” conduziam suas esposas.

O tropeiro Hugo Ferreira de Mesquita conta que costumava vender cavalos em Curitiba. Ali negociava bastante com um apresentador de “fitas de cinema”, que “tinha uma filha muito bonita que era apartada do marido. Eu ia por lá tomar um chimarrãozinho frio, de erva muito ruim, erva cancheada, de folha... Afinal a vida de tropeiro sempre foi essa vida. [...]” (p. 162). Essa insinuação é muito mais significativa do que aparenta, em termos de sexualidade, revelando muito mais do que o velho preconceito com mulher “apartada do marido”. Entenda-se disponível...

Obra importante

O labor de Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, ainda não recebeu a importância devida.

A reedição de *Tropeiros de Mula*, profundamente revisado, é um passo importante para que esse reconhecimento seja



alcançado. Urge que o próprio Veríssimo empregue esforços no sentido de revisar e reeditar os demais livros, já esgotados.

Sua obra, ao centrar-se no estudo do serrano ou gaúcho serrano, cumpre um papel importante para a cultura do Rio Grande do Sul. E é obrigatória a sua presença em todas as bibliotecas, especialmente, nas escolas e universidades. Os centros de tradições gaúchas deveriam, também, exigir de seus integrantes, em especial daqueles que participam de concursos de prendas e peões, o estudo de obras que tratem da história regional. Elas desmascaram uma série de mitificações, portanto de mentiras. E tradição é uma coisa; mitificação é outra muito diferente.

(O texto acima foi originalmente publicado no Jornal Rotta
Passo Fundo, edição de janeiro de 2005)



O Ponto Zero de Passo Fundo

Transcrevo, a seguir, na íntegra, o ofício que encaminhei ao secretário municipal de Planejamento, Giovani Corralo, emitindo parecer sobre o “Ponto Zero”, de Passo Fundo, qual seja o local em que, definitivamente, se fixou o primeiro morador da área urbana, Manoel José das Neves. Ei-lo:

Passo Fundo, 27 de agosto de 2007.

Ilmo. Sr. Dr.

Giovani Corralo.

Secretário Municipal de Planejamento

Nesta cidade

Senhor Secretário:

Em atenção ao Ofício nº 217/07-SEPAN, respondo-lhe, começando por elogiar a proposição, altamente meritória, do vereador Valdir Mendes, ex-presidente da Casa Legislativa, e um dos seus mais ilustres integrantes.

A colocação de um marco, fixando o ponto onde surgiu a cidade de Passo Fundo assume foros de homenagem a uma das nossas mais ilustres educadoras, a historiadora Delma Rosendo Ghem. Num dos seus livros, dedicados a preservar a memória de nossa terra, pregou a colocação de um MARCO indicando a localização da casa de Manoel José das Neves.

O vanguardeiro na dedicação ao estudo e à definição do ponto onde se fixou nosso primeiro morador, Manoel José das Neves, foi o historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Em artigo publicado no jornal *O Nacional*, de 26 de setembro de 1931, aproveitado mais tarde no livro *O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo*, impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Oficial, em Porto Alegre, no ano de 1957, assim se expressa o “pai da história de Passo Fundo”:



“Iniciado, em 1827, o povoamento do território passo-fundense pela gente civilizada, nesse mesmo ano, ou no seguinte, chegava ele, trazendo família, escravos e gados, o, depois capitão Manuel José das Neves, tratamento que, como deixei dito noutra obra, lhe proviera de, com essa graduação, ter servido na então recente campanha militar em que se travara o combate do Rosário.

Ergueu ele o seu arranchamento no lugar onde, hoje, na Praça Tamandaré, nesta cidade, se cruzam as ruas Paisandu e Teixeira Soares, tomando posse do campo circunjascente, do Pinheiro Torto para leste, que obtivera por concessão, sem dúvida, do comandante da Fronteira de São Borja, pois era então autoridade para isso competente.”

Antonino, nascido em 1876, conheceu muitos pioneiros, seus filhos e netos, como ele próprio descendia de nossos colonizadores. Ouviu de Pantaleão Ferreira Prestes, neto de Manoel José das Neves, informações sobre o local onde o primeiro proprietário de nossa área urbana fixou residência. Concluiu, pois, que foi na parte fronteira à atual Praça Tamandaré, Rua Paisandu, esquina com a Teixeira Soares.

O vereador Valdir Mendes, no seu Projeto de Lei assim legisla: Artigo 1º – Fica instituído como Marco Zero da ocupação oficial de Passo Fundo, como sendo o ponto localizado na esquina das Ruas 10 de Abril e Paissandu.

Segue, salvo melhor juízo, o que, ao falar do “arranchamento” do Cabo Neves a historiadora Delma Rosendo Ghem escreveu, à página 47, de *Passo Fundo Através do Tempo*, 3º volume:

“A tradição dá como sua primeira morada um grande rancho de madeira falquejada, com uma cobertura de capim, tendo ao redor vários outros, menores, para habitação dos escravos”. Ficavam esses arranchamentos mais ou menos no local onde se abriria, mais tarde, a Rua Lavapés, junto ao arroio do mesmo nome. Depois, construiria morada mais condigna, junto ao local da futura Praça Tamandaré com a Teixeira Soares”.

A historiadora, porém, não afirma de onde recolheu a “tradição”, o que não é significativo, uma vez que é sobejamente conhecida a idoneidade da educadora.

Portanto, chegando de São Borja, acompanhado de uma comitiva de parentes e escravos, Manoel José das Neves teria se



estabelecido próximo do Arroio Lava-Pés. Assim que foi possível, mudou-se para local mais alto, mais seco e ventilado, como lindeiro a atual Praça Tamandaré.

Antonino afirma que a moradia definitiva de nosso primeiro morador foi de um lado da Rua Paissandu. Delma assegura que era do outro.

Vejamos o que escreveu Delma sobre o assunto, conforme se expressa à página 13, do primeiro volume de *Passo Fundo Através do Tempo*, editado em 1978: “Em 1827, o cabo Manuel José das Neves fundou a Fazenda N. S. Aparecida, no local onde se ergue a cidade de Passo Fundo, levantando um rancho provisório no Lavapés e, em seguida, no confronto da atual Praça Tamandaré, cruzamento das ruas Paissandu e Teixeira Soares. Suas terras eram dilatadas: desde o rio Passo Fundo até o Pinheiro Torto”.

A mesma historiadora, no segundo volume de *Passo Fundo Através do Tempo*, dado a lume no ano de 1982, historiando a chegada de nosso primeiro morador do perímetro urbano, assim se expressa, à página 173:

“Foi mais ou menos em fins de 1827 ou começo de 1828 que aqui em terras do então Passo Fundo das Missões, o paulista Manoel das Neves, alcunhado “Cabo Neves”, levantara sua rústica moradia, como primeiro possuidor do campo em cuja área assenta hoje a cidade nossa”.

Logo adiante acrescenta: “Quando aqui fixou residência, o local da morada segundo informações de fontes fidedignas, era na quadra entre a Rua Paissandu com esquina na Rua Teixeira Soares, local esse que hoje faz frente ao Edifício dos Bancários.

Outras informações há que também morara na mesma Paissandu, no local onde se encontra um velho sobrado (conhecido pelo nome de sobrado dos Padres) hoje nele funcionando atividades diversas. Nos fundos dessa moradia, posteriormente, foi levantada uma outra que de quartel viera a servir na Revolução de 1835”.

Delma Rosendo Gehm escreve o seguinte, à página 174 do mesmo volume: “Se a rigor não se pode precisar o histórico sítio (moradia do Capitão Manoel José das Neves), ao menos possível é circunscrevê-lo a um espaço que basta para a noção



que necessita, para evocação do importante fato nele encerrado. Resta agora um apelo: que o civismo da nossa gente moça, que o conhecimento dos Acadêmicos da nossa Universidade, que a boa vontade do Instituto Histórico de Passo Fundo, a quem deve pertencer a iniciativa, porque, assim, mais bela se tornaria, lá erga um MARCO comemorativo, escolhendo, para isso, o local que melhor se presta que é o citado cruzamento de ruas. Ele foi o “Fundador” de Passo Fundo”. Delma Rosendo Gehm ensina, à página 45 do 3º volume de *Passo Fundo Através do Tempo*:

“O paulista Manoel José das Neves tornou-se o primeiro povoador e, mais tarde, garantiu a fundação do povoado com a doação da área de terras que fosse para isso necessária, bem como uma área para a Mitra, afim de que o povoado tivesse sua Capela, sob a invocação de Nossa Senhora Aparecida.”

Mais adiante, às páginas 46 e 47, do mesmo volume, acrescenta: “Graças aos serviços prestados à Pátria, teve despacho favorável num requerimento que fez, de uma gleba de quatro léguas quadradas, no Alto Uruguai, lugar da atual cidade de Passo Fundo, e cujo título definitivo lhe teria sido outorgado a 30 de novembro de 1831, como se vê no termo do Juizado de Paz, da Freguesia do Passo Fundo, de 24 de novembro de 1834, e constante no “Translado” a que nos referimos.

Aqui veio com sua mulher Reginalda Silva, e mais membros de sua família, escravos e gado, e “fundou uma modesta fazenda pastoril e agrícola”. Não sabemos em que data veio a falecer, porém, numa ação movida em 1835, constante do mesmo “Translado”, só aparece o nome de sua mulher, presumindo-se que ele tenha falecido pouco antes.

Infelizmente, engana-se a inolvidável educadora. À época, Manoel José das Neves, como capitão do Exército Imperial, deveria estar combatendo os farroupilhas, como está comprovado em documentos daqueles anos que estão sendo publicados pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Quanto à localização da residência do Cabo Neves, há outro detalhe. Inscrição antiga, hoje apagada, que existia no muro da casa que faz esquina, lado ímpar, da Rua Uruguai, com o “Beco da Marcelino Ramos”, informava que ali se situava a



moradia definitiva de Manoel José das Neves. Tal inscrição não deixava de possuir certo sentido, pois o local dá diretamente à Fonte do Goiexim, que matou a sede dos primeiros moradores de Passo Fundo.

Em conclusão, senhor Secretário, é possível que, provisoriamente, Manoel José das Neves tenha construído um “arrançamento”, no local indicado na proposição do vereador Valdir Mendes.

Apenas provisoriamente, porém. A residência definitiva de Manoel José das Neves, contudo, foi estabelecida, em algum local ao redor da atual Praça Tamandaré.

Considerando que o assunto é controverso quanto ao exato local, salvo melhor juízo, creio que a melhor solução é que o marco, proposto pelo vereador Valdir Mendes, seja fixado na Praça Tamandaré.

Para evitar qualquer imprecisão histórica, sugiro que, no “Marco Zero”, seja esclarecido que a residência definitiva de Manoel José das Neves foi edificada ao redor da Praça Tamandaré. Sendo o que tinha para o momento, aproveito a oportunidade para renovar-lhe meus mais elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,
Paulo Monteiro



Revolução Farroupilha: a primeira tragédia passo-fundense

Com a conquista das Missões, em 1801, consolidou-se a ocupação territorial, econômica e humana do que viria a ser o Rio Grande do Sul de nossos dias. Os militares que participaram dessa conquista acabaram dividindo entre si as novas terras.

A ocupação que começou pela atual região missioneira chegou ao atual perímetro urbano de Passo Fundo, em dezembro de 1827, quando Manuel José das Neves, mais conhecido como Cabo Neves, tomou posse das terras que lhe foram concedidas pelo Exército, fixando sua residência nas proximidades da atual Praça Almirante Tamandaré. Vinha acompanhado da família, parentes, agregados e escravos.

Como todo o descendente de bandeirantes era um planificador de cidades. Permitiu que outras famílias se fixassem nas proximidades. O arranhamento ali estabelecido cresceu rapidamente, com a chegada de diversas famílias, entre as quais a do alemão Adão Schell, nosso primeiro imigrante não português. A recente povoação chamou a atenção dos governantes da Província que para cá mandaram, como primeira autoridade, Joaquim Fagundes dos Reis, que fixou residência nas proximidades do atual Bairro São José.

Logo surgiu uma capela, consagrada a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, necessária para o reconhecimento oficial da povoação, e, ao lado, o cemitério católico.

A extração e o beneficiamento da erva-mate, a agricultura de subsistência, a criação de animais domésticos, o aproveitamento da pele de animais silvestres e o entreposto de tropas que por aqui passavam, foram as primeiras atividades econômicas.

Em meados de 1835, ao estourar a revolta dos estancieiros fronteiriços contra o governo central do Brasil, Passo Fundo



crescia em ritmo alucinante. As duas principais lideranças locais tomaram lados opostos: Manuel José das Neves ficou com o Império; Joaquim Fagundes dos Reis, maçom, manteve-se fiel aos seus confrades. A passagem de tropas conflitantes, saqueando a tudo e a todos, provocou o êxodo da população, em sua maioria paulista e paranaense, que não tinha os mesmos interesses de charqueadores e estancieiros da Fronteira.

Em 1838 por aqui passou o marechal Pierre Labatut, humilhado pelos ataques dos caingangues. Logo depois chegaram os revolucionários em seu encalço.

Muitos dos fazendeiros que, de início, apoiaram os farroupilhas, já haviam aderindo ao governo imperial, e participariam, inclusive, do Combate de Curitiba, onde os revolucionários foram derrotados pelas tropas de Passo Fundo e Cruz Alta, conduzidas por Atanildo Pinto Martins.

No território passo-fundense aconteceram alguns combates de pequena e média importância. Por aqui, após levantarem o cerco de Porto Alegre e subirem pela Serra das Antas, cruzaram e acamparam os principais próceres farroupilhas. Ao final do movimento armado, a promissora povoação estava reduzida a cinco ou seis ranchos, segundo o testemunho recolhido pelo historiador Antonino Xavier e Oliveira entre pessoas que aqui viviam ao tempo da revolução e, portanto, conheceram Passo Fundo daquela época.

A Revolução Farroupilha representou o que de pior poderia ter acontecido para a florescente povoação. Mesmo aqueles que, de início, ficaram ao lado dos revolucionários, ao sentirem que os interesses serranos não eram os mesmos dos charqueadores e estancieiros, bandearam-se para o lado imperial. Portanto, à exceção de alguns “políticos” e empregados públicos e pessoas, como Joaquim Fagundes dos Reis, que possuíam ligações com a corrente maçônica de que faziam parte os próceres farroupilhas, ficaram ao lado dos rebelados. A maioria dos passo-fundenses procurou refúgio no Paraná e São Paulo ou acabou apoiando as forças imperiais.

A Revolução Farroupilha, entre 1835 e 1845, foi a primeira grande tragédia que se abateu sobre Passo Fundo; a segunda foi a Guerra Contra o Paraguai (1864-1870) e a terceira a Revolu-



ção Federalista, de 1893. São três eventos históricos dos quais não temos nada de que nos orgulhar. Devemos orgulhar-nos de nossos ancestrais que souberam se beneficiar do posicionamento estratégico e dos recursos naturais para transformar nossa cidade num dos maiores centros econômicos e humanos do Rio Grande do Sul. Eles é que são nossos verdadeiros heróis.



As origens da Academia Passo-Fundense de Letras

A Academia Passo-Fundense de Letras foi fundada no dia 7 de abril de 1938 com o nome de Grêmio Passo-Fundense de Letras e assumiu oficialmente a atual denominação a 7 de abril de 1961. A decisão de criar a entidade aconteceu numa reunião preliminar levada a efeito no dia 31 de março de 1938. Na oportunidade foi lavrado o seguinte documento: “Nós, reconhecendo o valor que as letras têm na formação moral, cívica e intelectual do povo, e querendo contribuir á grandeza de nossa Pátria, pelo pensamento e pela ideia, resolvemos fundar um GRÊMIO LITERÁRIO, que tomará o nome de “GRÊMIO PASSO-FUNDENSE DE LETRAS”, associação essa que esperamos venha a ser reconhecida como entidade oficial pela “ACADEMIA RIOGRANDENSE DE LETRAS”, conforme plano da ‘FEDERAÇÃO DAS ACADEMIAS DE LETRAS’ do Brasil.

A primeira reunião fica convocada para o dia sete, Quinta-feira, as 20,30 horas, no salão nobre da Prefeitura, para instalação definitiva do grêmio e eleição da diretoria provisoria.

PASSO FUNDO, 31 de MARÇO DE 1938.

Sante Uberto Barbieri, Arthur Ferreira Filho, Gabriel Bastos, Tristão Feijó Ferreira, Aurélio Amaral, Odette de Oliveira Barbieri, Celso da Cunha Fiori, Pedro Silveira Avancini, Herculano Araújo Annes, Nicolau de Araújo Vergueiro, Armando de Souza Kanters, Túlio Fontoura, João José Boeira Guedes, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Verdi De Cesaro, Daniel Dipp, Antônio Athos Branco da Rosa, Heitor Pinto da Silveira, Sabino Santos, Gomercindo dos Reis, Onildo Gomide, Píndaro Annes, Waldemar Camillo Ruas, Lucilla Schleder e Oscar Kneipp.”



No dia 7 de abril de 1938 foi realizada a sessão de fundação do Grêmio Passo-Fundense de Letras, cuja até lavrada foi a seguinte:

Ata da sessão de fundação do “Grêmio Passo-Fundense de Letras”

Aos sete dias do mês de abril de mil novecentos e trinta e oito, no salão nobre da Prefeitura Municipal, às 20,30 horas, presentes a maioria dos que, anteriormente, resolveram fundar o “Grêmio Passo-Fundense de Letras”, levantou-se o Revdo. Sante Uberto Barbieri que propôs fosse aclamado presidente da sessão o Snr. Arthur Ferreira Filho, prefeito municipal, com poderes de designar os auxiliares na Mesa. Assim aclamado presidente o Snr. Arthur Ferreira Filho assumiu o lugar principal na Mesa, convidando para secretario o Snr. Verdi De Cesaro que ocupou o lugar digo o seu posto. Agradeceu o Presidente a honra da escolha, saudando o Grêmio pela auspiciosa sessão de fundação, prenuncio de um vasto descortino para o engrandecimento moral, cívico e intelectual do mais importante dos municípios da Região Serrana.

Em seguida o Revdo. Sante Uberto Baribieri pediu a palavra e expos o seu pensamento em torno da entidade literária, que se estava fundando, dizendo o que o levava a congregar os intelectuais de Passo Fundo para a presente reunião, falando do pedido da “Academia Riograndense de Letras” para, como seu delegado, por em execução nesta cidade o plano da “Federação de Letras” do Brasil, bem como, traçou em linhas gerais as finalidades essenciais do Grêmio. Serenados os aplausos que sucederam às últimas palavras do orador, o Presidente passou a deliberar com a Assembleia os pontos que deveriam ficar assentados para o normal funcionamento do Grêmio até que fosse organizado definitivamente de acordo com as normas que serão estabelecidas pela “Academia Riograndense de Letras”. Depois de uma longa troca de ideias ficou deliberada a eleição, por escrutínio secreto, de uma diretoria provisória composta de um presidente, um vice-presidente, um secretário geral, um 1º. secretario, um 2º. secretario, um tesoureiro e um bibliotecário, cuja



diretoria tomaria a direção do Grêmio até a escolha da que fosse eleita de acordo com os estatutos que serão elaborados. Procedida, após, a eleição, foi verificado o seguinte resultado:

Para presidente:

Arthur Ferreira F^o. com 10 votos

Sante Uberto Barbieri com 6 votos

Para vice-presidente:

Gabriel Bastos com 9 votos

Sante Uberto Barbieri com 4 votos

Celso da Cunha Fiori com 1 voto

Armando de Souza Kanters com 1 voto

Para secretário Geral:

Sante Uberto Barbieri com 14 votos

Verdi De Cesaro com 1 voto

Tristão Ferreira com 1 voto

Para 1^o. secretario:

Verdi De Cesaro com 9 votos

Daniel Dipp com 2 votos

Tulio Fontoura com 2 votos

Aurelio Amaral com 1 voto

Athos B. da Rosa com 1 voto

Para 2^o. secretario:

Lucila Schleder com 14 votos

Celso da Cunha Fiori com 1 voto

Sabino Santos com um voto

Para tesoureiro:

Daniel Dipp com 10 votos

Tristão Ferreira com 4 votos

Tulio Fontoura com 1 voto

Sabino Santos com 1 voto

Para bibliotecário:

Athos Branco da Rosa com 13 votos

Daniel Dipp com 2 votos

Tristão Ferreira com 1 voto



De acordo com o resultado apurado a diretoria provisória ficou assim constituída: Presidente: Snr. Arthur Ferreira F.º; Vice-presidente: Snr. Gabriel; Secretário Geral: Revdo. Sante Uberto Barbieri; 1.º Secretário: Dr. Verdi De Cesaro; 2.º Secretário: Srta. Lucila Schleder; Tesoureiro: Daniel Dipp; Bibliotecário: A. Athos Branco da Rosa.

Em seguida o Revdo. Sante Uberto Barbieri propôs que o Grêmio comemorasse festivamente o próximo dia 14 de abril, dia Panamericano, em cuja solenidade seria empossada a diretoria provisória. Aprovada a sugestão o Snr. Presidente escolheu a seguinte comissão para tratar dos festejos do dia Pan-Americano: Revdo. Sante Uberto Barbieri; Dr. Armando de Souza Kanters; Srta. Lucila Schleder; Snr. Tristão Ferreira; e Dr. Verdi De Cesaro.

Para tratar da escolha de um prédio próprio para a sede do Grêmio o Snr. Presidente designou a seguinte comissão: Snrs Gabriel Bastos, Tulio Fontoura, Tristão Ferreira e Dr Armando de Souza Kanters. O Snr. Heitor Pinto Silveira pedindo a palavra propôs, e justificou, que fosse consignado em ata um voto de louvor ao Revdo. Sante Uberto Barbieri, homenagem devida pela dedicação e entusiasmo que dispensara para a fundação do “Grêmio Passo-Fundense de Letras”. A proposta foi aprovada unanimemente com uma prolongada salva de palmas.

Às 22 horas, o Presidente declarou que ia encerrar a sessão, convidando todos os presentes para uma reunião terça-feira, 12 de abril, em local que seria designado. E, para constar lavrou-se esta ata, que vai por todos os presentes assinada.

Em tempo: Ao ser lida a presente ata a sua aprovação, pediu a palavra o Snr. Daniel Dipp para solicitar que ficasse consignada a proposta do Snr. Tulio Fontoura, que foi aprovada pela Assembleia, referente a doação do primeiro livro à biblioteca do Grêmio, pelo Revdo. Sante Uberto Barbieri, livro este de sua autoria. E para constar lavrou-se a presente ata que vai por todos os presentes assinada. Arthur Ferreira Filho, Gabriel Bastos, Sante Uberto Barbieri, Verdi De Cesaro, Lucila V. Schleder, Daniel Dipp, Heitor P. Silveira, Tristão F. Ferreira, Sabino Santos, Gomercindo dos Reis, Oscar Kneipp, Celso Fiori, e Tulio Fontoura.



Quando a Academia foi organizada o país vivia sob o Estado Novo, regime autoritário implantado por Getúlio Vargas, através do golpe de estado de 10 de novembro de 1937. Entre outras medidas “nacionalistas” Vargas implantou a nacionalização do ensino, obrigando que as aulas fossem ministradas apenas em português; impôs a censura à imprensa e à edição de livros; rígido controle sobre publicações em língua estrangeira e proibiu o uso de línguas estrangeiras em documentos e reuniões públicas. Isso gerou uma espécie de ufanismo entre vasta parcela da intelectualidade nacional, ainda sob o peso mítico do nacionalismo linguístico e de certo purismo à Rui Barbosa, também muito mais mítico do que real. Outra medida que exerceu grande influência sobre os intelectuais foi o fechamento dos partidos políticos, o que provocou um fenômeno parecido com o que aconteceu durante o período colonial: a discussão político-ideológica passou a ocorrer no interior de “clubes”.

É preciso que tenhamos consciência desses fatos para entendermos a criação do Grêmio Passo-Fundense de Letras. Também o estudo biográfico dos fundadores pode contribuir para o entendimento do processo. Pesquisas ainda preliminares têm sido realizadas pelo acadêmico Gilberto Cunha sobre Sante Uberto Barbieri, “idealizador” do Grêmio. Esse italiano, que saiu ainda menino de sua terra natal, antes de converter-se ao metodismo teria sido militante anarquista. Ora, os “clubes” sempre foram uma das formas preferidas dos anarquistas para a sua atuação intelectual.

O delegado da Federação das Academias de Letras do Brasil tinha conhecimentos suficientes para propor a organização de um “grêmio literário”, como forma de sobrevivência da “intelectualidade”. A mobilização de áulicos, como o então prefeito (na verdade, interventor) Arthur Ferreira Filho, em sua febre de integrar o elemento estrangeiro à civilização brasileira através da nacionalização do ensino, acabou favorecendo a iniciativa de Sante Uberto Barbieri.

À medida que vamos nos aprofundando no estudo daqueles anos descobrimos algumas coisas interessantes, entre as elas a fundação de grêmios literários em cidades da região. Encontramos notícias de que existiram entidades do gênero em Carazinho e Sarandi, pelo menos. Acabaram não prosperando.



O próprio Grêmio Passo-Fundense de Letras funcionou ativamente entre 7 de abril e 19 de agosto de 1938. Embora se afirme que esteve inativo dessa última data até 16 de setembro de 1939, quando uma assembleia, presidida por Arthur Ferreira Filho, decidiu pela continuidade do Grêmio, o fato não é bem verdade. No dia 18 de janeiro de 1939, “na sede do Grêmio Passo-Fundense de Letras”, foi realizada “uma sessão extraordinária e solene de recepção do Exmo. Sr. Cel. Januário Coelho da Costa, brilhante literato patricio, que tem enriquecido nossa literatura pátria com os fulgores de seu talento e inteligência, através de versos firmes, reveladores de um poeta e beletista de escol”.

Nessa primeira fase foram adotadas algumas medidas que teriam continuidade ao longo dos anos. Uma delas a apresentação de um trabalho literário, a cada reunião por um membro do grupo. Essa proposta foi levada a sério durante muitos anos, dela resultando os livros “Atlântida” e “Aborígenes Brasileiros”, de Gabriel Bastos. Alguns opúsculos do historiador Antonino Xavier e Oliveira, publicados na década de 1950, também surgiram através dessa hora literária, proposta por Sante Uberto Barbieiri, já na segunda reunião do Grêmio, a 12 de abril de 1938. A segunda medida foi a formação de uma comissão constituída por Gabriel Bastos, Túlio Fontoura, Tristão Ferreira e Armando de Souza Kanters, para conseguir o prédio do Clube Pinheiro Machado como sede própria do Grêmio. Só não foi possível porque no local funcionava o Tiro de Guerra 225, mas quando o mesmo fosse recolhido à caserna, o edifício passaria a ser usado pela associação literária.

O Grêmio Passo-Fundense de Letras iniciou suas atividades a pleno vapor. Há registros de diversas publicações de seus integrantes em “O Nacional” e “Diário da Manhã” sobre os mais diversos assuntos. Disso cuidava uma comissão de publicações presidida por Tristão Ferreira.

No dia 29 de abril foram lidos os Estatutos do Grêmio Passo-Fundense de Letras.

A assembleia decidiu nomear uma comissão formada por Antonio Xavier e Oliveira, Verdi De Cesaro e Arthur Ferreira Filho para revisarem os estatutos. Na sessão seguinte (6 de maio) foi apresentado um relatório da comissão e aprovada



proposta de Sante Uberto Barbieri para que a diretoria continuasse o seu mandato até 31 de dezembro daquele ano.

Esses estatutos continuariam sendo discutidos e rediscutidos até que foram definitivamente aprovados a 3 de outubro de 1939, já na atual sede da Academia Passo-Fundense de Letras, onde o Grêmio foi “reorganizado”.

Aliás, essa questão da reorganização é uma questão problemática. Aqueles que se dedicaram a estudar a história da Academia Passo-Fundense de Letras, seguindo o que consta em diversos documentos do sodalício, afirmam que a entidade esteve inativa entre 19 de agosto de 1938 e 16 de setembro do ano seguinte. Entretanto, a 18 de janeiro de 1939 aconteceu uma “sessão extraordinária e solene de recepção do Exmo. Sr. Cel. Januário Coelho da Costa, brilhante literato patricio, que tem enriquecido nossa literatura pátria com os fulgores de seu talento e inteligência, através de versos (...), reveladores de um poeta e beletrista de escol”.

O Regimento Interno foi aprovado em 20 de outubro do mesmo ano.

A definição de ordem e numeração das cadeiras foram decididas em 28 de outubro, com a seguinte ordem de cadeiras: 1 – Athos Branco da Rosa; 2 – Antônio Bitencourt de Azambuja; 3 – Armando de Souza Kanters; 4 – Arthur Ferreira Filho; 5 – Brasileiro Bastos; 6 – Celso da Cunha Fiori; 7 – Daniel Dipp; 8 – Francisco Antonino Xavier e Oliveira; 9 – Gabriel bastos; 10 – João José Boeira Guedes; 11 – Odalgiro Gomes Corrêa; 12 Odete Barbieri; 13 – Onildo Gomide; 14 – Oscar Kneipp; 15 – Pedro dos Santos Pacheco; 16 – Píndaro Annes; 17 – Sabino Santos; 18 Sante Uberto Barbieri; 19 – Tenack Wilson de Souza; 20 – Túlio Fontoura; 21 – Tristão Feijó Ferreira; 22 – Waldemar Ruas; 23 – Verdi De Cesaro.

A organização do Grêmio Passo-Fundense de Letras foi oficializada pela Academia Rio-Grandense de Letras e o presidente da mesma, De Paranho Antunes, foi recepcionado pelos intelectuais passo-fundenses no dia 24 de junho, oportunidade em que foi saudado por Armando de Souza Kanters.

O fato de que, na Região, apenas o Grêmio Passo-Fundense de Letras tenha conseguido sobreviver leva à conclusão de



que esse tipo de entidade era movida por fatores conjunturais, passageiros. Creio que possam ser encontradas nas propostas políticas do Estado Novo. Uma vez extinto o “regime” acabou o movimento gremista. Somente sobreviveu em Passo Fundo porque o município se consolidava como centro político e econômico regional. Era a única cidade do Norte gaúcho a dispor de uma “elite intelectual”.



A instalação da Academia Passo-Fundense de Letras

No dia 7 de abril de 1938 foi fundado o Grêmio Passo-Fundense de Letras, por um grupo de intelectuais sob o estímulo do escritor Sante Uberto Baribieri.

A entidade realizou intensas atividades que culminaram com a criação da Biblioteca Pública Municipal, a introdução do Movimento Tradicionalista Gaúcho, na Região, e a instalação da Universidade de Passo Fundo. Passados 23 anos de sua criação, o Grêmio se transformou em Academia Passo-Fundense de Letras, durante sessão solene realizada no salão da Biblioteca Pública, no prédio onde hoje o sodalício está precariamente instalado, após reforma de qualidade questionável.

Pela ata de Instalação da Academia e pelo noticiário de O Nacional e Diário da Manhã, sabe-se que os atos tiveram ampla repercussão, sendo transmitidos pelas duas rádios locais de ondas médias, Passo Fundo e Municipal, e filmada pela reportagem da TV-Piratini.

A solenidade foi aberta pelo acadêmico José Gomes, que passou a direção dos trabalhos ao então presidente da Academia Sul-Rio-Grandense de Letras, Arthur Ferreira Filho, um dos fundadores do Grêmio Passo-Fundense de Letras, que formou a mesa com autoridades representativas do Município, entre as quais, o juiz Diretor do Foro, o presidente da Câmara de Vereadores, o prefeito Benoni Rosado e líderes religiosos.

Arthur Ferreira Filho deu posse aos acadêmicos que ocuparam as primeiras cadeiras do novel sodalício. Foram os seguintes, por ordem alfabética, e seus respectivos patronos: Arthur Süssembach (Monteiro Lobato), Aurélio Amaral (Sante Uberto Barbieri), Carlos de Danilo de Quadros (Assis Chateaubriand), Celso da Cunha Fiori (João Maria Belém), César José



Dops Santos (Getúlio Vargas), Gomercindo dos Reis (Walter Spalding), Jorge Edethe Cafruni (Francisco Antonino Xavier e Oliveira), José Gomes (Dom Aquino Correa), Jurandyr Algarve (Arthur Ferreira Filho), Mário Daniel Hoppe (Gabriel Bastos), Mário Braga Júnior (Darcy Azambuja), Mário Lopes Flores (Augusto dos Anjos), Paulo Giongo (Ernani Fornari), Píndaro Annes (Prestes Guimarães), Reissoly José dos Santos (Rui Barbosa), Rômulo Cardoso Teixeira (Olavo Bilac), Sabino Santos (Erico Veríssimo), Saul Sperry Cezar (Álvares de Azevedo), Túlio Fontoura (Nicolau de Araújo Vergueiro) e Verdi De Cesaro (Raquel de Queiroz).

Também foi empossada a primeira diretoria acadêmica, assim constituída: presidente, Celso Fiori; primeiro vice-presidente, Túlio Fontoura; segundo vice-presidente, Mário Braga Júnior; secretário geral, Arthur Süssembach; subsecretário, Paulo Giongo; tesoureiro, Verdi De Cesaro; tesoureiro adjunto, Rômulo Cardoso Teixeira; bibliotecário, Jurandyr Algarve e bibliotecário adjunto, Gomercindo dos Reis.

Dois longos discursos foram pronunciados, na oportunidade. O primeiro pelo presidente Celso da Cunha Fiori, salientando a importância do ato.

Além dos pronunciamentos de Celso da Cunha Fiori e Arthur Ferreira Filho, duas outras manifestações tornadas públicas com referência à Instalação da Academia Passo-Fundense de Letras merecem lembrança: Dois acrósticos, poemas em que os versos se iniciam com as letras dos nomes homenageados. Escreveu-os o poeta Gomercindo dos Reis, que os publicou em O Nacional de 7 de abril de 1961. O primeiro dedicado à população de Passo Fundo, sob o título de ACADEMIA PASSO-FUNDENSE DE LETRAS; o segundo ao presidente do sodalício, CELSO DA CUNHA FIORI, um dos advogados mais conceituados da Região.

A importância de Celso da Cunha Fiori para a cultura passo-fundense não foi ainda devidamente reconhecida. A sua biografia está por ser escrita. Foi um dos advogados mais brilhantes que o Foro de Passo Fundo já conheceu, professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo, também foi presidente do Grêmio e da Academia Passo-Fundense de Letras.



Celso da Cunha Fiori nasceu em Pelotas em 1905. De família humilde, ainda criança, precisou trabalhar, exercendo as funções de aprendiz de sapateiro, alfaiate e telegrafista. Coursou Direito, lecionando Latim e Português no Instituto Ginásial, atual Instituto Educacional, de Porto Alegre. Mais tarde transferiu-se para Passo Fundo, onde permaneceu até seu falecimento. Aqui, além da advocacia e do magistério superior, destacou-se como político, desportista e líder de sua classe.

Ao ser empossado como primeiro presidente da Academia Passo-Fundense de Letras, a 7 de abril de 1961, pronunciou discurso que teve ampla repercussão.

A solenidade coroava o esforço de um grupo de intelectuais que criara o Grêmio no 7 de abril de 1938 e andara plantando a semente do associativismo cultural em cidades da Região. De todo esse labor sobrou apenas a Academia Passo-Fundense de Letras. Melhor para Passo Fundo, que assumiu a vanguarda cultural de uma vasta área do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



Encontro de Academias

A primeira notícia que se tem sobre a criação da Academia Brasileira de Letras (ABL) é uma ata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do dia 6 de junho de 1847. A proposta obteve a simpatia do imperador Dom Pedro II e dos nobres do Império. Aprovada no dia 22 do mesmo mês, com o nome de Academia Brasileira, acabou esquecida. Três décadas depois, a 24 de maio de 1878, noutra reunião do mesmo IHGB, de novo sob a presidência do segundo imperador, foi renovada a proposta de criação, com o nome de Academia das Letras Brasileiras. Também não prosperou.

Proclamada a República, a 15 de novembro de 1989, Meireiros de Albuquerque, diretor da Instrução Pública, retomou a ideia. Pretendia que a Academia Brasileira de Letras fosse patrocinada pelo Governo. Isso aconteceu em 1886. Chegou a elaborar uma minuta de Decreto, que seria expedido pelo Governo Provisório, nomeando Machado de Assis presidente da Academia.

Lúcio de Mendonça continuou com a ideia de fundar a Academia Brasileira de Letras. Falou com secretários de ministros, com os próprios ministros, e escreveu artigos expondo a proposta. Chegou até a defender que a Academia Brasileira de Letras fosse fundada a 15 de novembro de 1889. O bom senso fez com que não fosse fundada nessa data. Uma entidade, de nível nacional, para ser verdadeiramente “brasileira”, necessitava contar com a participação de intelectuais monarquistas ou ligados ao antigo regime. Sua organização, na data que lembrava a queda do Império, inviabilizava a participação do elemento ligado ao governo destronado.

Lúcio de Mendonça não desistiu e, a 20 de julho de 1897, foi finalmente fundada a Academia Brasileira de Letras. A pri-



meira diretoria estava assim constituída: Presidente – Machado de Assis; Secretário Geral – Joaquim Nabuco; Secretários – Silva Ramos e Rodrigo Otávio; Tesoureiro – Inglês de Souza.

Os primeiros tempos foram muito difíceis para os acadêmicos. Moldada na Academia Francesa, que começou a reunir-se no ano de 1634, e sem um Richelieu para estender as benesses do Estado, os imortais brasileiros passaram a reunir-se nos mais diferentes locais. Aos poucos foram conseguindo o apoio das autoridades constituídas, o que significou um minguado aporte de recursos.

Através do Decreto 726, de 8 de dezembro de 1900, a Academia Brasileira de Letras foi reconhecida como de utilidade pública e adquiriu o direito de publicar suas obras através da Imprensa Nacional. A Academia também conseguiu subvenção oficial, o que lhe permitiu pagar um módico jeton aos acadêmicos que participavam das reuniões.

Em 1915 a Academia Brasileira de Letras tinha uma subvenção anual de 15 contos de réis, paga em duas parcelas, o que lhe permitiu pagar um jeton de 20 mil réis por reunião. A situação mudou da água para o vinho em 1917, com o falecimento do livreiro Francisco Alves de Oliveira. Solteiro, deixou toda a sua fortuna, avaliada em cinco mil contos de réis, incluindo imóveis no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, para a Academia. Em troca, deveria promover concursos literários e premiar escritores. Dois anos depois, Francisco Ramos Paz legou dez contos de réis em apólices, com a condição de que os rendimentos servissem para patrocinar prêmios literários.

Logo depois, a Academia viveu largo período de turbulência, devido ao processo desencadeado pela Semana da Arte Moderna. A confusão chegou ao próprio seio do sodalício, com a palestra do acadêmico Graça Aranha, em 19 de junho de 1924. As coisas chegaram às vias de fato.

Passado o furacão modernista, a bonança retornou à Casa de Machado de Assis, já instalada no Petit Trianon, prédio que lhe foi doado pelo governo francês. Na década de 1960, o residente Austregésilo de Athayde, que dirigiu a Academia durante mais de trinta anos, conseguiu que o governo da União doasse à instituição um terreno ao lado do Petit Trianon. A parceria com



uma imobiliária permitiu a construção de um grande edifício. Hoje ele está integralmente nas mãos da Academia. Os aluguéis são uma importante fonte de renda, permitindo a manutenção de uma equipe com mais de cem funcionários, contribuindo para que a Academia Brasileira de Letras funcione como uma verdadeira empresa.

Além de diversas publicações, como a Revista Brasileira, desde 1905, funciona a Biblioteca da Academia que possui um acervo riquíssimo. O crescimento do acervo, hoje com mais de 70 mil volumes, fez com que ela fosse desdobrada em duas, surgindo a Biblioteca Rodolfo Garcia, moderníssima, e aberta ao público.

Guardiã da Língua Portuguesa no território brasileiro, a Academia Brasileira de Letras tem representado o país, em todos os acordos ortográficos firmados pelos países que falam e escrevem na língua de Camões.

Conservadoras, mas não reacionárias, fazendo sua a velha máxima do “modernizar conservando”, as academias de letras têm seus próprios rituais, o que tem servido para zombarias de espíritos menos sérios. No caso da Academia Brasileira de Letras é o chá das quintas-feiras, às 16 horas.

No dia 25 de setembro de 2008, uma representação da Academia Passo-Fundense de Letras participou do chá na Casa de Machado de Assis. Integravam a comitiva os acadêmicos: Paulo Monteiro, presidente, Santo Claudino Verzeletti, secretário geral, Helena Rotta de Camargo, presidente do Conselho Fiscal, Jabs Paim Bandeira e esposa, Daniel Viunisky e esposa, Dilce Peccin Corteze e esposo. Além dessas pessoas também confraternizaram com os imortais brasileiros a aluna da Escola Estadual Protásio Alves, Débora de Marco Machado e sua professora, Adriana da Silva, e as professoras Diva de Marco Machado, representando a 7ª CRE, e Rejane Bernardon, da Biblioteca Pública Municipal.

A delegação de passo-fundenses chegou ao número 231, da Avenida Presidente Wilson, no Rio de Janeiro, poucos minutos antes das 15 horas. Eram esperados pelas senhoras Teresinha e Daniela, assessoras da presidência, que promoveram um rápido encontro com o presidente Cícero Sandroni.



Enquanto ele participava de uma reunião de trabalho, nossos conterrâneos visitaram todas as dependências da Casa de Machado de Assis. Esta recebia levas de pessoas que acompanhavam exposições, lembrando a vida e a obra do seu primeiro presidente, cujo centenário de falecimento transcorreria a 29 de setembro.

Logo depois fomos conduzidos à sala onde é servido o chá. Ali, encontramos com diversos acadêmicos, muitos deles saudosos de Passo Fundo. Entre estes podem ser lembrados os nomes do próprio presidente, Cícero Sandroni, do ex-presidente, Ivan Junqueira, do poeta Ledo Ivo, do jornalista Murilo Melo Filho e do poeta e romancista Domício Proença Filho, casado com uma passo-fundense. Deve-se lembrar da maneira fraterna com que nos recebeu o poeta Carlos Nejar, um dos gaúchos com assento na Academia Brasileira de Letras.

É opinião unânime dos passo-fundenses que visitaram a Casa de Machado de Assis, o cavalheirismo com que foram recebidos, e a consideração demonstrada pelos imortais brasileiros por Passo Fundo, o que se deve à respeitabilidade alcançada pelas Jornadas Nacionais de Literatura e os elevados índices de leitura per capita do município. No domingo, 28 de setembro, nova e calorosa recepção, desta vez pela Academia Petropolitana de Letras e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Petrópolis, através do seu presidente, Joaquim Eloy Duarte da Silva, poeta e historiador daquela cidade. Mais uma vez pude constatar o respeito por Passo Fundo. Ficou acertada para 2009, possivelmente durante a Jornada Nacional de Literatura, a visita de uma delegação de intelectuais petropolitanos.

A conclusão unânime, de tantos quantos participaram dessa viagem cultural, é que a imagem de Passo Fundo mudou radicalmente, nos últimos anos. Do discutível e sempre questionado título de “Cidade mais gaúcha do Rio Grande”, hoje somos reconhecidos como a “Cidade mais culta do Rio Grande”. Os próprios diplomas legais, que conferiram ao município o status de Capital Nacional e Capital Estadual da Literatura, tornam inquestionável esse reconhecimento. E isso é muito bom. Quem investiria numa cidade de boçais? Quem gostaria de visitar ou morar numa cidade de tabacudos? É claro que ninguém.



Como alguém que estuda a história de Passo Fundo há quarenta anos, costumo repetir que a Academia Passo-Fundense de Letras é a herdeira de uma tradição que recua pelo menos até 1883, quando foi criado o Clube Amor À Instrução, que realizava diversas atividades culturais e mantinha uma grande biblioteca, para aqueles tempos. Desde 7 de abril de 1938, quando surgiu o Grêmio Passo-Fundense de Letras, do qual a Academia é sucedânea, tudo o que aconteceu em Passo Fundo, culturalmente falando, ou nasceu dentro do sodalício ou foi regado por nossos consócios. O primeiro Centro de Tradições Gaúchas de nossa Região, o telegrama ao presidente Getúlio Vargas, propondo a criação da Universidade de Passo Fundo, foram gerados dentro da Academia. Os ativistas culturais, que idealizaram e dirigem nossos principais eventos nessa área, amadureceram acompanhando as atividades da Academia. Por isso, a responsabilidade da Academia Passo-Fundense de Letras é muito grande. Somos e continuaremos parceiros, para que Passo Fundo se consolide, cada vez mais, como um centro de excelência cultural.

(Revista Água da Fonte n. 06, dezembro de 2008.)



O Grupo Literário Nova Geração

A década que se iniciou em 1970 foi marcada pela presença de um punhado de jovens que movimentaram o meio cultural passo-fundense.

Tudo começou com um poeta, Ubiratan Porto, que costumava divulgar seus poemas no *Diário da Manhã* e em *O Nacional*. Neste, mantinha uma coluna, *Da Prosa ao Verso*, dando espaço a outros autores contemporâneos.

Junto com José Epitágoras Vieira, seu amigo de infância, realizou pesquisas para a organização de uma Antologia Poética de Passo Fundo. Dessa obra, que nunca veio a lume, faziam parte, além dos organizadores, Jorge Luiz Niederauer de Lima, Emiliano Lemos, Maria Salete Tonial, Paulo Roberto Diehl, Sérgio Marchiori de Moura, Paulo Monteiro, Antonio Dipp Salton, Luiz Carlos Merlo e Vânia Schneider Vieira.

Em novembro de 1970, Ubiratan Porto divulgou, no *Diário da Manhã*, o longo artigo intitulado *Uma Poética e Apresentação do Grupo de Poetas Componentes da Nova Geração*, com dados biográficos e um poema de cada um daqueles autores jovens. Esses poetas, todos com idade entre 15 e 25 anos, costumavam reunir-se esporadicamente. A partir de maio de 1971, os encontros passaram a ocorrer todos os domingos. Evoluíram para a edição de uma coletânea poética intitulada *Presença*, impressa em mimeógrafo a tinta, reunindo poemas de nove autores: Ubiratan Porto, Sandra Maria Leidens, Paulo Roberto Diehl, Maria Salete Tonial, Sérgio Marchiori de Moura, Daltro Tadeu Diehl, Antonio Dipp Salton, Jorge Luiz Niederauer de Lima e Paulo Monteiro.

É importante salientar que o mimeógrafo era amplamente usado pelos poetas moços daqueles anos, formando a Geração do Mimeógrafo.



O otimismo era generalizado. No dia 4 de julho decidiram lançar uma revista literária, *Presença*. Doze dias depois vinha o reconhecimento público do grupo ao participar ativamente da solenidade promovida pela Academia Passo-Fundense de Letras, para lembrar o centenário de falecimento do poeta baiano, Antonio de Castro Alves. A 29 de julho era fundado o Grupo Literário “Nova Geração”, e eleita a primeira diretoria: Ubiratan Porto, presidente; Sandra Maria Leidens, primeira secretária (e vice-presidente); Paulo Monteiro, segundo secretário, e Antonio Dipp Salton, tesoureiro. Além dos integrantes da coletânea poética *Presença*, Ceres dos Santos participou da fundação do grupo.

No dia 14 de agosto, “através de um festejado coquetel no Clube Juvenil”, era lançado o primeiro número de *Presença*. O segundo, e último, somente sairia quase três anos depois, em julho de 1974, devido a problemas com a gráfica contratada. Os custos gráficos impediram a continuidade do periódico.

Os poetas, porém, não se intimidaram. Não saía a revista, mas as publicações continuavam, tanto que em abril de 1972, *O Nacional* começava a estampar a coluna *Presença - É Nova Geração*, divulgando entrevistas e trabalhos literários dos integrantes da agremiação. Em julho, dentro do programa *Night Show*, da Rádio Municipal, apresentado por Rubens Nodari, começou a ir ao ar o quadro *Nova Geração Presente*, que acabou sendo transferido para a Rádio Planalto.

Em 1973, o quadro de membros efetivos do grupo começou a se reduzir. Muitos, aprovados em vestibulares, mudaram para outras cidades.

Os remanescentes continuavam atuantes, tanto que em julho promoveram o *I Concurso Colegial de Conto e Poesia*, recebendo 140 trabalhos, muitos deles de cidades distantes. A premiação dos vencedores, a 13 de outubro, ocorreu no Salão de Atos e Ofícios da Faculdade de Direito. A solenidade repercutiu muito.

Na categoria poesia, os premiados foram: 1º lugar – Rosana Bier Vieira, do CENAV, com “Poesia”; 2º lugar – Pedro Lorenzi, Colégio Agrícola de Erechim, com “Prostituta da Chuva”; 3º lugar – Maria Salete Zanchet, do Colégio Notre Dame, de



Passo Fundo, com “Pedido de Paz”; 4º lugar – Ângela Maria dos Santos Garcia, da Escola Normal Rainha da Paz, de Lagoa Vermelha, com “Ar livre”; 5º lugar – Elaine Vargas Fortes, Colégio Notre Dame, com “Fragmentos”. Foi conferido ainda um prêmio de incentivo para Sérgio Hilgo Berwig, do C. E. João Batista Sorg, de Carazinho, por seu poema “Instanvida”, na poesia; e Vânia Sarenda Vieira, no conto, do Colégio Notre Dame.

Na categoria conto os primeiros colocados foram: 1º lugar – Vânia Sarenda Vieira, do Colégio Notre Dame, com “Acha-da da Sanidade Perdida”; 2º lugar – Rosana Bier Vieira, do CENAV, com “Elas”; 3º lugar – Vilson de Oliveira Nunes, do CENAV, com “O Inverno”; 4º lugar – Simone Meredith, do Colégio Notre Dame, com “Asas e Pétalas”; 5º lugar – Mara Beatriz Pucci, da Escola Normal Oswaldo Cruz, Passo Fundo, com “Outono-tempo de Renovação”. Foi conferido um prêmio incentivo a Cleusa Orieta Konig, do Colégio Centenário de Santa Maria, pelo conto “A Única Testemunha”.

Apesar do lançamento do segundo e último número da revista Presença, em julho de 1974, o fortalecimento do grupo continuou nos anos seguintes, através da divulgação de trabalhos em jornais, rádios e murais nas principais escolas da cidade.

Em meados de 1975, o quadro de membros era de 43: Ubiratan Porto, Paulo Roberto Diehl, Sandra Maria Leidens, Paulo Monteiro, Vânia Schneider Vieira, Luiz Carlos Merlo, Sérgio Marchiori de Moura, José Epitágoras Vieira (Porto Alegre), Gilberto Franzen, Vlademir Rezende de Moura (Porto Alegre), Jussara de Fátima Vieira, José Rui Borges da Silveira (Santa Maria), Elisomero da Costa Moura, Ivete da Costa Moura (Lagoa Vermelha), Carlos Graeff Teixeira, Rosana Bier Vieira, Regina Teresinha Fonseca, Elaine Vargas Fortes, Celso Luiz Rodrigues (Santa Maria), Flávio Antonio Damiani, Alcione Carvalho Becker, David Cardoso (Caxias do Sul), Zélio José Pinceta (Caxias do Sul), Ito José Brandão, Sônia Borges Fortes, José Artur Diehl (EUA), Veneusa Trindade dos Santos, Lace Jorge Dal Maso, Wilson José Webber, Maria Margareth Rossal, Antonio João Ruschel, Ana Lúcia Guedes, René José Gobbi e Paulo Gilberto Dutra.



As reuniões eram seguidas, sempre com horas de arte, onde eram apresentados trabalhos dos integrantes do grupo. Nem sempre essas horas de arte eram pacíficas, pois os trabalhos mereciam considerações e análises dos presentes. E, o mais das vezes, os autores não aceitavam que as limitações de suas obras fossem tornadas públicas. Estimulavam, porém, que poetas e prosadores do *Nova Geração* procurassem melhorar a qualidade literária de suas produções.

Produzia-se muito, em prosa e verso, e lia-se bastante. Afinidades literárias e estéticas desenvolveram-se. Intensificava-se o intercâmbio de informações sobre autores. Aos poucos os poetas e escritores locais passaram a relacionar-se com escritores de outras partes do país, visto ser intensa a circulação de boletins literários e outras publicações culturais mimeografadas.

No ano seguinte, com sucesso ainda maior, era realizado o *Il Concurso Estadual de Conto e Poesia*, dividido em três categorias: estudantes de 1º grau, 2º grau e universitários. Foram premiados os seguintes: Poesia (1º Grau): 1º lugar – Elisa Costa e Silva, de Torres, com “Artista”; 2º lugar – José Roberto de Brito, de Montenegro, com “Pensei”; 3º lugar – Marta Perón, de Bento Gonçalves, com “Em Busca do Fim”; 4º lugar – Roselaine Wanscheir, de Montenegro, com “Solidão”; 5º lugar – Márcia Cristina Goulart, de Panambi, com “Maria”. Conto (1º Grau): 1º lugar – Maria de Fátima Rogério, de Palmeira das Missões, com “Um sonho impossível”; 2º lugar – Alessandra Beatriz Fernandes, de Novo Hamburgo, com “Meus cinco anos”; 3º lugar – Eliane Amaral Borges, de Palmeira das Missões, com “A pobre velhinha”; 4º lugar – Simone do Valle Muller, de Passo Fundo, com “País contrário”; 5º lugar – Márcia Regina Calvaittis, de Ijuí, com “Você Jurou”. Poesia (2º Grau): 1º lugar – Ivone Kader Umar, de Santa Maria, com “Sátira”; 2º lugar – Jaime Basso, de Carlos Barbosa, com “Ele? ... Quem é ele? ...”; 3º lugar – Elaine Cartel, de Porto Alegre, com “Mutaçao”; 4º lugar – Paulo Ronei Ávila Fagundes, de Santana do Livramento, com “V sinfonia para o vento”; 5º lugar – Ivani Maciel de Freitas, de Pelotas, com “Pensando”. Conto (2º Grau): 1º Lugar – Rui Rogério Nobre, de Pelotas, com “Apocalipse”; 2º lugar – Liane Rossel Reinhardt, de Niterói (sic), com “O fundo do copo”; 3º



lugar – Rui Rogério Nobre, de Pelotas, com “A dança da solidão”; 4º lugar – Lauri Kruger, de Ijuí, com “Quem”; 5º lugar – Vera Regina Antoniazze, de Passo Fundo, com “Para um ensaio”. Poesia (Ensino Universitário): 1º lugar – Vera Beatriz Stumpf, de Erechim, com “Metamorfose”; 2º lugar – Antonio Gilberto Folletto, de Catuípe, com “Absurdo”; 3º lugar – Natanael Prates Canabarro, de Passo Fundo, com “As flores que não mandei”; 4º lugar – Luiz Carlos Battistello, de Cruz Alta, com “Reflexos”; 5º lugar – Augusto Xavier, de Passo Fundo, com “A procura da flor”. Conto (Ensino Universitário): 1º lugar – Idalécio Moreira, de Lagoa Vermelha, com “Mandaete”; 2º lugar – Rogério Liska, de Tapejara, com “Noite de Sábado”; 3º lugar – Natanael Prates Canabarro, de Passo Fundo, com “Real ou Irreal”; 4º lugar – Idalécio Moreira, de Lagoa Vermelha, com “A Explicação”; 5º lugar – Luiz Carlos Battistello, de Cruz Alta, com “A última flor”.

Hoje, passados 30 anos, vemos a diversidade da produção literária do *Grupo Literário Nova Geração*. Havia de tudo, desde sonetos sofrivelmente metrificados, imitações de poetas românticos do século XIX, até tentativas de filiação às vanguardas descabeladas. Nada, porém, que não estivesse dentro do espírito da Geração do Mimeógrafo.

A premiação dos vencedores do *II Concurso Estadual de Conto e Poesia* revestiu-se de caráter festivo. Ocorreu no dia 13 de novembro de 1976, na boate do Clube Caixeiral, com a presença do prefeito Edu Vila de Azambuja, do vice-prefeito, Juarez Paulo Zílio, do Juiz de Direito Diretor do Foro, Idênio de Carvalho, do presidente da Academia Passo-Fundense de Letras, Benedito Hespânia e as mais importantes autoridades do município, além de grande público.

O *Grupo Literário Nova Geração*, após cinco anos de intensas atividades, chegava ao zênite. As publicações nos jornais continuavam, poetas e prosadores persistiam em suas produções, mas a mobilização foi diminuindo, restando iniciativas individuais como as desenvolvidas por Paulo Monteiro, através da publicação do jornal literário “Quero-Quero”, que era enviado para 500 escritores de todo o país.



Durante os anos de 1979 a 1980, o Grupo esteve praticamente inativo. A 9 de janeiro de 1981, uma comissão de ex-presidentes convocava uma assembleia para decidir sobre a reorganização do Grupo. Da reunião, realizada no dia 15 seguinte, presidida por Paulo Roberto Diehl, membro fundador mais velho presente, tomaram parte Paulo Roberto Diehl, Ito José Brandão, Paulo Monteiro, Veneusa Trindade dos Santos, Marivone Terezinha Castelli e Milton Guimarães.

Decidiu-se pela continuidade do Grupo, elegendo-se uma nova diretoria, com Paulo Monteiro como presidente; Paulo Roberto Diehl, vice-presidente; Flávio Damiani, primeiro secretário; Milton Guimarães da Silva, segundo secretário; e Marivone Terezinha Castelli, tesoureira. Optou-se, ainda, pela ampliação, inclusive do quadro de membros correspondentes.

O plano não deu certo. Os custos gráficos inviabilizaram o relançamento da revista *Presença*.

Os tempos eram outros. Levados pela vida prática, muitos dos antigos integrantes do Grupo abandonaram a produção literária. Outros se mudaram até mesmo para outros estados, e as dificuldades para congregar elementos mais jovens foram praticamente intransponíveis. O Grupo passou, e continuou mantendo publicações cada vez mais esporádicas na imprensa local. Nem mesmo a agregação de escritores de outros estados foi suficiente para manter a entidade, que durante mais de cinco anos, movimentou os meios culturais de Passo Fundo.

Em 23 de janeiro de 1982, era eleita a última diretoria do *Grupo Literário Nova Geração*. Paulo Monteiro foi mantido na presidência, tendo Paulo Roberto Diehl, como vice-presidente, Milton Guimarães da Silva, primeiro secretário, Flávio Damiani, segundo secretário e Marivone Terezinha Castelli, como tesoureira. O grupo ainda intencionava editar uma coletânea e adquirir um mimeógrafo, para divulgar trabalhos dentro do espírito que norteava a “Geração do Mimeógrafo”, mas extinguiu-se nos meses seguintes.

Os jovens que fundaram o *Grupo Literário Nova Geração*, naquela noite fria de 29 de julho de 1971, tinham plena consciência de grupo, de geração literária. Sua contribuição, espalhada nas publicações que deixou (próprias ou na imprensa diária),



representa um dos mais vigorosos documentos da literatura passo-fundense.

Quando relemos os “boletins literários” daqueles anos de chumbo, estamos diante de uma “geleia geral”. O “é proibido proibir” era regra geral. Acolhiam-se, lado a lado, poemas vanguardistas, sonetos pretensamente parnasianos, e trovas, presas à camisa-de-força das exigências impostas pelas comissões julgadoras dos concursos de trovas e jogos florais, realizados em centenas de cidades brasileiras.

A produção do *Grupo Literário Nova Geração* insere-se dentro dessa época, e é por isso que nessa mesma época se encerra, quer dizer, é contida e concluída. É impossível estudá-la fora desse tempo. Por isso, também, muitos poetas abandonaram a literatura, que só teria sentido naquele período de trevas.

Assim, talvez pela primeira e única vez em sua história, Passo Fundo tenha tido um verdadeiro grupo ou grêmio de escritores, dentro do espírito mesmo da época literária vivida pelo país.

(Revista Água da Fonte n. 3, julho de 2005.)



As origens do Parque Turístico de Passo Fundo

Há algumas semanas encontrei-me com meu velho e bom amigo Irady Laimer, uma das pessoas mais persistentes que conheço. Há mais de 30 anos luta para que Passo Fundo tenha um Parque Turístico. Aposto nessa alternativa como a mais viável para a prosperidade econômica do Município. Sacrificou a maior parte de sua vida e da herança deixada pelos pais, perseguindo essa ideia.

Já ouviu dizerem que Irady é um visionário. Segundo Aurélio Buarque de Holanda visionário é “aquele que tem visões ou julga ver fantasmas”. Os construtores de grandes religiões e nacionalidades, com certeza, costumavam “ter visões”. Se Moisés não tivesse visões os israelitas teriam desaparecido nas areias do Egito. Se D. Diniz, o rei poeta, se contentasse em plantar couves, em vez de cultivar pinheiros, Portugal não disporia de madeiras fartas para construir suas naus e caravelas. Os visionários fazem crescer pinhais, os medíocres plantam couves. Irady é um cultivador de pinheiros. Bendito visionário!

Contou-me, naquela oportunidade em que conversamos, alienados ao burburinho da Avenida Brasil, que, naqueles idos de 1971, conversou sobre suas ideias com outro visionário, meu mestre e saudoso amigo professor Antônio Donin, e este sugeriu que fosse feita uma reunião na sede da Academia de Letras, sendo convidadas autoridades e pessoas interessadas no desenvolvimento de Passo Fundo. Mimeografaram uma convocação, meteram mãos à obra, saiu o encontro e o Parque foi criado. Parodiando a canção infantil: “Um visionário incomoda muita gente, Dois visionários incomodam, incomodam muito mais!...”

Pois bem, Irady esteve numa reunião da Academia Passo-Fundense de Letras e deixou cópias de alguns documentos. Pela importância dos mesmos, prefiro transcrevê-los na íntegra.



O primeiro deles é a convocação, redigida nos seguintes termos:

“Passo Fundo, 21 de julho de 1971

Ilmo Sr.

N/Cidade

Prezado senhor

Temos a grata satisfação de convidar V>S> para uma reunião que se realizará em data e local abaixo indicados, ocasião em que será apresentado e ventilado um plano de criação de um PARQUE que possa servir de Centro Turístico para a nossa cidade e região.

Contando com a participação de V.S. desde já agradecemos o seu comparecimento e contamos com suas valiosas sugestões.

Atenciosamente: Irady Laimer, Antônio Donin, Delma Gehm e Dirceu Torres.

Data da reunião: 27/07/1971- às 20 horas

Local: Academia Passo-Fundense de Letras”

A reunião foi realizada, sendo lavrada a seguinte ata:

“Ata nº 1

Aos vinte e sete dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e um, na sede da Academia Passo-Fundense de Letras, sita no Edifício do Clube Pinheiro Machado, à Avenida Brasil nº 792, foi realizada uma reunião, tendo por finalidade criar uma Sociedade “Pró Construção do Parque Turístico de Passo Fundo”, cujo programa foi o seguinte:

I - Abertura dos trabalhos pelo Prof. Dr. Antônio Donin

II - Composição da mesa dos trabalhos

III - Apresentação das finalidades da reunião pela Prof. Delma Rosendo Gehm

IV - Palavra livre

V - Diálogos e discussões

VI - Proposições

O programa desenvolveu-se conforme o registro, tendo ocupado a mesa Oficiais representando o 1º 2º R/C e 3º R.P.R Mont. Da Brigada Militar e Sr. Noé Machado representando o Sr. Prefeito Municipal. Na apresentação das finalidades a prof^a Delma Rosendo Gehm expos as justificativas, os objetivos e as



finalidades da reunião, seguindo-se logo a seguir a palavra livre; quando dela fizeram uso o Sr. Irady Laimer, dizendo dos seus sentimentos de integração com o bem estar de Passo Fundo; o Sr. Adolfo João Floriani agradecendo o convite à Associação Comercial, expôs suas preocupações quanto ao custeio e manutenção, contudo não impossível, o vereador Noé Machado expôs dificuldade de custeio por Poderes Públicos, por só investirem onde houver rentabilidade, porém pensando-se noutro meio para incentivar; o Sr. Camilo Ribeiro crê que a conjectura do Vereador Noé passa também ser removida e ajudas possam ser carreadas; o Dr. Dirceu Torres apresentou ideias de um Plano Comunitário; O Dr. Ari Veríssimo da Fonseca expôs que Passo fundo já conta com atrações obrigatórias que poderiam carrear para o local as suas realizações como: Festival Gaúcho, Fenatrigio, Feira de Ciências, etc.; o oficial Ivan Castro de Souza propôs que antes de fazer uma Comissão para estudos, penetração na comunidade e contatos com a Comunidade, deveria ser criada uma Comissão Técnica para fazer levantamento do local. Por unanimidade ficou assentado que a referida Comissão estaria composta dos Srs.: Tte. Ivan Castro de Souza, Dr. Dirceu Torres, Sr. Adolfo João Floriani, Dr. Celcio Boscarin, Dr. Norberto Eirich, Dr. Carrion, engenheiro do DAER, Dr. Engenheiro da Corsas, Cap. Adão Johson, Sr. Caio Machado, Dr. Bruno Markus e Sr. Deoclides Kzamanski. Por sugestão do Sr. Harry François ficou assentado que a Comissão que organizou a presente reunião fará as devidas comunicações à Secretaria de Turismo do Estado, para que elemento dela integrante viesse a Passo Fundo a fim de, juntamente com a Comissão determinada, visitasse o local. Por sugestão do Prof. Antônio Donin foi apresentada a ideia de cumprimentar S. Excia. O Sr. Governador do Estado Cel. Euclides Trichês pela criação da Secretaria de Turismo do R. G. do Sul. O Sr. Delvo Hughini, representando o Rotary Club Passo Fundo Norte felicitou a ideia de criação desse Parque o que já era ideia do seu Clube. A sra. Ziza de Araújo Trein falou da beleza de um Parque em Lisboa, onde flores maravilhosas pode apreciar. Em Viena num Parque onde música, vinho e dança alegrem o ambiente. No Brasil, D. Ziza, comentou dos parques nacionais de Belém,



Campinas e Santos e tantos outros. Terminou dizendo que espera que Passo Fundo realize alguma coisa pelo seu Parque. A prof.^a Representante da 7^a Delegacia de Ensino felicitou a ideia e pôs a disposição a 7^a Delegada da SEC. O Dr. Bruno Patussi secundou a opinião do Dr., Ari Veríssimo da Fonseca, pondo-se à disposição. O Prof. Sabino dos Santos, elogiou a ideia dizendo que se tornará numa realidade positiva. O oficial José Nunes representando o Comendo do 3^o R.P.R. Mont da Brigada Militar pôs à disposição os préstimos de sua Corporação Militar; o Sr. Deoclides Czamanski também apoia a ideia da criação de um Parque em Passo Fundo; o Sr. Tranquillo Grazziotin receia a posição geográfica por ser um local afastado das maiores vias de comunicação, contudo prestigia a ideia. O Sr. Camilo Ribeiro que nos honrou com sua presença foi o pioneiro que em companhia do Sr. Irady Laimer incentivou e estimulou ao proprietário que proporcionasse acesso ao local, pois favoreceria o aspecto e portanto o interesse dos que o visitasse, deixando como baiano uma sugestão aos gaúchos de Passo Fundo que fizessem seu Parque. O Sr. Dorival Gudes ache que é uma grande iniciativa e que deve prosseguir. A comunicação para a Comissão determinada em Ata para visitaçào do local será feita pela 1^a reunião, ou seja, Sr. Irady Laimer, Prof. Dr. Antônio Donin, Dr. Dirceu Torres e Delma Rosendo Gehm. Nada mais havendo a tratar lavrei a presente ata que será assinada por todos os presentes, depois lida e aprovada.

A ata termina com vinte assinaturas de pessoas presentes, muitos dos quais eram ou seriam membros da Academia Passo-Fundense de Letras.

(Revista SOMANDO, 30/06/2005.)



Literatura Local

A passagem do Dia Municipal do Escritor, que se comemora a 7 de abril, lembrando a fundação do Grêmio Passo-Fundense de Letras, em 1938 e sua transformação em Academia em 1960, serviu, neste ano de 2004, para tornar pública a discussão sobre a literatura local. Os programas produzidos pela TV da Câmara Municipal de Passo Fundo, com a participação de poetas, prosadores e catedráticos universitários, seguramente, despertaram incontáveis consciências para a importância do que se escreve nas nascentes do Uruguai-Mirim.

Poetas e prosadores que participaram das entrevistas discutiram amplamente a situação da literatura passo-fundense, chegando à conclusão de que nossas letras estão ao nível do que se produz nos mais diversos pontos do país. Concordaram, também, ser mínima a divulgação. Há casos – e não raros – em que nem se pode falar de literatura local. São escritores familiares, pois os livros circulam entre parentes e amigos. Obviamente, a obra de qualquer autor, sob tais condições, vai desaparecer dentro de poucos anos.

Emprego a expressão literatura local como um verdadeiro conceito de teoria literária, apropriado do conceito de “história local”, já usado por Hegel, há mais de um século e meio, em suas *Lições Sobre a Filosofia da História Universal*.

Literatura local é, pois, as letras da menor unidade de uma nação. É, no caso brasileiro, a literatura dos municípios. Assim, em nosso país, o conceito se aplica a alguns milhares de casos específicos.

É óbvio que se fazem indispensáveis algumas condições para a existência de qualquer literatura. Três de início: tema, criador e obra. Depois é preciso que a obra seja editada e publicada, isto é circule entre um determinado público. A extensão



e a receptividade da obra literária é que vai determinar se esta é local, nacional ou internacional. Os autores largamente consagrados, via de regra, começam como escritores locais. A recepção da obra é que determinará até onde o autor chegará, para o que contribui, especialmente, a combinação entre o espírito da época e o domínio da técnica literária, união que gera os escritores canônicos e os gênios literários.

Se os criadores não publicam suas obras ou se estas não circulam continuarão sendo, no máximo, escritores locais. A simples edição e difusão de livros, porém, não é suficiente. Ainda que um autor mandasse imprimir bilhões de exemplares, nas mais diversas línguas, e os fizesse distribuir entre todos os habitantes do Planeta, seria uma futilidade se lhe faltasse talento. Poderia, no máximo, derrubar o preço do papel higiênico. Não basta, pois, a recepção da obra literária; é preciso a sua conservação. Para tanto, deve alcançar, ao menos, certo grau de universalização do particular. Por isso é que muitos escritores de best-sellers e ganhadores de cobiçados prêmios literários terminam, em pouco tempo, apenas contribuindo para a ampliação do comércio de papel reciclável.

Nas conversas lembradas acima, chegamos a uma conclusão fundamental: para que os nossos caboclos ultrapassem os limites da aldeia é necessário que produzam e façam circular uma literatura da melhor qualidade.

A bem da honestidade intelectual devo afirmar que, até hoje, a maioria dos escritores passo-fundenses produziu uma literatura ultrapassada. Enquanto *Concretismo*, *Instauração Práxis* e *Poema Processo* assumiam a vanguarda da literatura nacional, nossos romancistas continuavam escrevendo folhetins à maneira do século XIX e os poetas compondo sonetos, sonetinhos e versos humorísticos à *Belle Époque*. Quando, há três décadas, a *Geração do Mimeógrafo*, deixava para trás as vanguardas, continuávamos estacionados num modernismo vulgar ou presos a um baixo parnasianismo. Ora, o novo é um dos componentes indispensáveis para a melhor qualidade da obra literária. E não se lho aprende nas salas de aula com a leitura simplória dos sempre ultrapassados manuais de História da Literatura Brasileira.

É preciso e urgente que a literatura local dialogue com a literatura praticada nos mais diversos brasis literários e em ou-



tros países. Quem conheça alguma coisa do que se passa até mesmo em pequenas cidades sabe que escritores locais são lidos e traduzidos em diferentes partes do globo terrestre. E isso não acontece de graça. É consequência de um intenso labor literário, através de publicações individuais e coletivas, além de periódicos que circulam nacional e internacionalmente.

A situação passo-fundense não é diferente da que ocorre em outros municípios. Os escritores locais não podem continuar chorando o leite derramado, mendigando o mecenato dos poderes públicos, especialmente daqueles que servem a projetos personalísticos, portanto, mesquinhos; muito menos reclamando espaços em atividades que têm uma abrangência maior como a Jornada Nacional de Literatura, se não conseguem romper os apertados círculos familiares.

Os exemplos são muitos de que há espaço para qualquer escritor desde que tenha talento e encontre mecanismos para a circulação de sua obra. Revistas literárias bem feitas – e a história das letras pátrias é preñhe de exemplos – têm contribuído para essa divulgação.

A literatura local somente alcançará amplitude pelo esforço dos próprios escritores. Esse o desafio posto ante milhares de brasileiros que, do Amazonas a Fernando de Noronha, do Amapá ao Rio Grande do Sul, exercem o mister de escrever. (*Outubro/2004*).



Crônicas Interioranas

Jorge Alberto Salton é autor de duas obras ficcionais: *Milan Miragem* (1994) e *Árvore dos Sussurros* (1995), editadas pela Armando Araújo Annes Casa Editorial e Editora Universidade de Passo Fundo.

Milan Miragem é a história dos traumas psicológicos transmitidos aos descendentes daqueles que lutaram na Revolução Federalista ou Revolução de 94.

Personagem central, Artur Jorge Pafos, é um treinador de futebol que, ainda jovem, querendo ser jogador, chegou a estar no Estádio do Real Madrid, mas não teve coragem de apresentar-se para treinar naquela equipe, voltando para jogar em times do interior do Uruguai e da Argentina e acabar como treinador em Passo Fundo, sua terra natal. Perseguido pela imagem de uma espanhola e por um quadro, termina descobrindo ser uma das “vítimas” daquela herança a que aludi acima, através de um velho estancieiro (Seu Armando), amigo de seu pai e que tem estranhas visões, devido a uma doença rara. No dia em que vence um jogo decisivo mata Pedro Nassar (o carrasco), é preso e liberado pelo delegado, torcedor do time, e acaba entre meninos de rua numa das praças da cidade.

O segundo livro é a história de Angelita, mulher de uma cidade ainda menor do que Passo Fundo e que aqui vem para cuidar do filho (Jackson), que sonha ser jogador de futebol e está internado em um hospital. Ela acaba tendo um envolvimento platônico com um dos médicos que cuida do rapaz.

São estas, muito resumidamente, as linhas mestras dos dois livros. Bem escritos, como se mãos invisíveis de hábeis artesãos houvessem polido os textos, apresentam entre si várias características formais e essenciais. Um mundo onírico povoa as mentes de Artur Jorge Pafos, Angelita e Jackson. Sonham alucinadamente.



Reprimidos emocionalmente, Artur Jorge Pafos não vai além do sexo oral com uma repórter assanhada, Angelita mantém o romance platônico com um médico e Jackson um namoro telefônico com Mariana. Artur Jorge e Jackson são dois jogadores de futebol que acabam fracassando, e muitos etcéteras.

Milan Miragem e **Árvore dos Sussurros** carregam um peso memorialístico inegável. O hospital está presente nas duas obras; os sonhos, tão caros aos psiquiatras, também. E o autor é psiquiatra. Os descendentes dos envolvidos nas revoluções de 1894 (Artur Jorge, no primeiro livro) e 1923 (o marido de Mariana, no segundo), são elementos marcados por esse passado. E o Autor descende de participantes nos dois episódios. A presença do futebol e da política é uma constante nas duas obras. E o autor é futebolista e sua família tem um grande passado na política.

A isso tudo podemos acrescentar: em **Árvore dos Sussurros**, as risadas características do diretor do hospital (seriam as risadas do Dr. Rudah?) e o zagueiro Dailon (Daizon?), o torcedor Lasquinha (Casquinha?), o presidente do Conselho Deliberativo do Clube, Arienzo (Darienzo?), o bicheiro Pietro (Pedro?) e o velho Armando (Armando Araújo Annes?), em *Milan Miragem*. Tudo isso são elementos de pura memória, que acabam influenciando sobre o valor artístico das obras.

São exatamente esses elementos muito fortes do memorialismo, presentes na obra ficcional de Jorge Alberto Salton, que fazem com que ele não consiga escrever verdadeiros romances, mas memórias romanceadas.

A característica fundamental do romance, como obra de arte, é a criação de personagens marcantes (heróis ou anti-heróis, vencedores ou derrotados...). Isto só é possível quando as personagens são maiores do que o autor. Don Quixote é maior do que Cervantes; Capitão Rodrigo é um gigante erguendo Erico Veríssimo; Gabriela conduz Jorge Amado nas costas. E assim por diante...

No memorialismo disfarçado de romance, ao contrário, o autor é maior do que as personagens. Pode estar visível, presente, ao vivo, ou andar como um fantasma, encarnando-se nelas, dando-lhes o *animus*, transmitindo-lhes o *spiritus*.



É claro que a memória é fundamental no romance, sendo usada artisticamente. É ela que dá o corpo, o instrumento, para a vivificação da matéria. Vila dos Confins, do então deputado federal Mário Palmério, é um exemplo. Paulo Santos, deputado federal, e os políticos que aparecem no romance são maiores do que o autor. Paulo Santos é um modelo; é a universalização de um tipo.

Jorge Alberto Salton tem tudo para escrever o grande romance de Passo Fundo basta libertar suas personagens, soltá-las; caso contrário continuará sendo nosso melhor cronista, e *Milan Miragem* e *Árvore dos Sussurros*, as melhores crônicas produzidas sobre nossa terra. Os méritos não lhe faltam e a vocação, também.

(O Cidadão, Passo Fundo, 22 de dezembro de 1995, p. 15.)



A obra literária de Gilberto Cunha

Gilberto R. Cunha é “doutor na área de meteorologia agrícola” e autor de três livros sob o título geral de *Meteorologia: fatos & mitos*, publicados pela Embrapa Trigo nos anos de 1997, 2000 e 2003. Essa trilogia se distingue da literatura acadêmica em geral por um motivo muito simples: trata-se de artigos escritos para jornal e originalmente impresso nesse tipo de periódico.

Leitor compulsivo, até por um dever de ofício, leio de tudo um pouco, até quase tresler. E tenho notado que vivemos numa espécie de Idade Média, do ponto de vista cultural. Isto porque a maioria das obras com pretensões científicas, é escrita em jargões técnicos que os torna ilegíveis aos leitores não acostumados à linguagem dos iniciados de uma determinada área do conhecimento e, dentro destas, às expressões peculiares de cada seita, que se via formando em torno dos diferentes mestres dessa nova escolástica.

Ora, isso cria alguns problemas que começam a ser analisados e que merecem uma discussão mais séria. O maior deles é que esses dialetos científicos entram em contradição com a dinâmica do conhecimento em nossos dias. A Internet faz com que as informações circulem instantaneamente. E como, há décadas, já dizia o “filósofo” Chacrinha “quem não se comunica se trumbica”.

Permitindo-me empregar uma ilustração, ou melhor, uma personagem para ilustrar o que digo, valer-me-ei do “deputado João Plenário”, do programa A Praça é Nossa. Quando não quer responder certos questionamentos, emprega uma linguagem completamente incompreensível. Parece-me que muitos autores não dominando certos assuntos optam pela linguagem ininteligível do “João Plenário”.



Gilberto R. Cunha é diferente. E se comunica muito bem. Sirvam de exemplo os diversos artigos em que fala sobre os fenômenos “El Niño” e “La Niña”. Quem ler seus livros vai entender perfeitamente esses acontecimentos. Assim, o autor presta um serviço à cultura e restitui, sob a forma de conhecimento compartilhado, o que a sociedade contribuiu para que ele se tornasse um doutor.

Seus livros não merecem ser lidos, mas devem ser lidos. É preciso que façam parte de todas as bibliotecas escolares, pois são fontes de informação e esclarecimento, ao mostrar “fatos & mitos”.

Os cientistas – e Gilberto R. Cunha é um deles –, hoje, mais do que nunca, precisam se conscientizar de que o conhecimento não é propriedade deste ou daquele iluminado. A mesmo que se queira reduzir à ética do cachorro: enterrar o osso para que seu semelhante não coma. O autor de *Meteorologia: fatos & mitos*, porém, pertence ao gênero humano e faz uso – e um bom uso – de sua razão, expressando-se através da palavra escrita na linguagem viva das ruas e não através de grunhidos, agrupados em torno de sinais alfabéticos, e reconhecíveis, no máximo, por alguns bípedes, bímanos e implumes.

Galileu é meu pesadelo

Gilberto Cunha é reconhecido internacionalmente como cientista e é um dos escritores passo-fundenses mais brilhantes.

Seus textos, do ponto de vista estético, dentro da limitação conceitual, podem ser divididos em dois grupos: ortodoxamente científicos e heterodoxamente científicos. No primeiro conjunto encontramos livros como os três volumes de *Meteorologia: Fatos & Mitos*; no segundo incluem-se *Cientistas no Divã* e *Galileu é meu pesadelo*, que será lançado na 22ª Feira do Livro de Passo Fundo. Naqueles é o cientista que escreve, nestes é o homem de ciência.

A diferença entre “cientista” e “homem de ciência” transcende a expressão retórica. Todo homem de ciência é um cientista, mas nem todo o cientista é um homem de ciência.



Às vésperas do Natal de 2009 transcorrerá o sesquicentário de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, modelo de homem de ciência. O que caracteriza a obra do sábio inglês é a clareza expositiva. E aí está a essência de um homem de ciência. Este é um sábio; o outro é um suja-páginas.

O Autor mesmo o confessa no *Prólogo* que os artigos *Galileu é meu pesadelo*, página 65, e *O olhar de Deus*, página 75, deixam clara a intenção de “trazer à tona a discussão de assuntos que, embora façam parte do dia-a-dia das instituições de CT&I (Ciência, Tecnologia & Inovação), nem sempre são tratados de forma aberta e transparente nos meios acadêmicos e científicos”. Diante da impossibilidade material de comentar o livro *in totum*, examinemo-los.

Galileu Galilei é uma das mais intrigantes personalidades científicas, por suas descobertas e pela negação dessas descobertas, diante do Santo Ofício. Homem de ciência acabou vítima dos cientistas. A religião é a mais duradoura forma de ideologia. Enquanto ideologia, a religião é a mais duradoura forma de política. Enquanto política, a religião é a mais duradoura forma de administrar a sociedade, no melhor conceito aristotélico. Enquanto política a religião é a mais duradoura forma de poder. E o poder tende ao absolutismo. Assim, fatalmente, à corrupção. E a corrupção é a negação do homem.

Se, do ponto de vista científico, a política, seguindo Aristóteles, é a arte de administrar a *pólis*; na prática é a ciência de enganar o cidadão. O homem de ciências é o cidadão em meio à política científica. Na verdade podemos falar em política parlamentar, política literária, política científica, *et caterva e ab aeterno*.

Toda e qualquer forma de política gira em torno de um conjunto de círculos sobre círculos, cujo material básico é o segredo pactual. Se a *Liga do Pombo* exerceu papel preponderante na condenação de Galileu, ao longo da história bandos de outras aves até mais perigosas transformam Galileu no pesadelo dos homens de ciência, porque o homem que o cínico Demócrito procurava com sua lamparina pelas ruas de Atenas é a negação do circulismo universal. Charles Darwin que o diga.



A ciência como ela é...

O lançamento de *A ciência como ela é...*, de Gilberto R. Cunha, na próxima quinta-feira, dia 10 de novembro, às 17 horas, na 25ª Feira do Livro de Passo Fundo, seguramente, será uma das atividades mais exitosas do evento.

Conheço o Autor há vários anos, através dos seus livros e artigos divulgados na imprensa local. Conviver com ele, na Academia Passo-Fundense de Letras, contribuiu para aprofundar o conhecimento de sua obra. A exemplo deste, li os dois mais recentes (*Cientistas no divã* e *Galileu é meu pesadelo*) ainda nos originais.

Gilberto R. Cunha é um cientista reconhecido. Assim, tinha tudo para ser um daqueles intelectuais odiados por Søren Kierkegaard e Arthur Schopenhauer, sobre os quais deixaram algumas das páginas mais duras da Filosofia. Gilberto R. Cunha, porém, é a antítese daqueles pavões liliputianos, hoje enterrados no aterro sanitário da História, que tanto irritavam os pais do existencialismo contemporâneo.

Já escrevi que o autor de *A ciência como ela é...* escreve com rara clareza, o que o diferencia da maioria dos autointitulados “acadêmicos”. Pensadores comprometidos com o humanismo, de há muito, constataram que vivemos um novo período escolástico. Membros de um clero laico, por um direito satânico, expressando-se numa nova língua morta, lançam a fogueiras morais quem não faça parte desta ou daquela ordem, também laica. E a ciência transformou-se num debate entre alienados, já descritos pelo “jovem Marx” de “A Ideologia Alemã” e de “A Miséria da Filosofia”.

Gilberto R. Cunha é um humanista, e, como humanista, escreve para homens e não para *daimons*. Ao modelo dos grandes humanistas, que plasmaram as ciências, de Platão, aos contemporâneos, escreve para ser entendido. Daí, naturalmente, sua preocupação, nos últimos livros com a Filosofia da Ciência. O trocadilho que faz com *A vida como ela é...*, de Nelson Rodrigues não tem nada de inocente. Ambos (Nelson e Gilberto) deixam o Ser e penetram na Essência. Cada um, a seu modo e a seu tempo, apropriam-se da *epistême*.



A experiência do Autor, como Chefe-Geral da Embrapa Trigo, de 1º de março de 2006 a 5 de setembro de 2010, permitiu-lhe ver “a ciência como ela é...” e os “cientistas como eles são”. Durante mais de um lustro, Gilberto R. Cunha aprendeu Filosofia da Ciência na própria carne. Aprendamos, também, com ele.



Ubiratan Porto, poeta

Ubiratan Porto não é apenas um dos mais representativos poetas passo-fundenses, mas também um dos mais prolíficos. Nascido em Passo Fundo no dia 2 de fevereiro de 1950, exerceu intensa atividade literária e cultural na década de 1970, sendo o principal idealizador do Grupo Literário “Nova Geração”, num período que foi, possivelmente, o de maior ativismo literário na cidade. Aqui, em 1976, publicou seu primeiro livro, *O Canto do Visor*, e participou da Academia Passo-Fundense de Letras.

Formado em Direito, transferiu-se para Porto Alegre, onde continuou sua militância literária, como poeta, ampliando sua atividade para o teatro, sendo autor e ator de diversas peças. Presidiu o tradicional Grêmio Literário Castro Alves e, ali, publicou mais quatro livros: *O Vôo do Visor* (1981), *Rebel-dia ao Portador* (1984), *Contribuição* (1990) e *Breviário* (1998). Atualmente reside em Capão da Canoa, onde continua suas atividades culturais.

Sem esquecer a poesia lírica, Ubiratan Porto é, essencialmente, um poeta social. Todos os seus livros carregam a marca da revolta contra as injustiças de classe e o *status quo* estabelecido. Sua admiração por Castro Alves, cuja biografia pesquisou para publicação na imprensa passo-fundense, marca sua carreira poética.

Praticamente do verso livre, muitos de seus poemas aproximam-se da poesia metrificada, o que lhes oferece um ritmo característico. Sirva de exemplo *CONTEMPLAÇÃO*, de seu último livro:

No topo da montanha
Um gavião
Corta o arado do Tempo.

No topo da montanha
Acasala a terra
Os seios da camponesa.

Ah! Os caiporas da mata
Na vertente da noite
A vida é um mote definitivo.

O ritmo do poema é encontrado pela alteração na ordem da linguagem. Noutros poemas as palavras se unem formando termos compostos ou aproximam-se, não se hifenizando, obtendo um efeito diferente, do tipo neologístico. Esse uso e figuras de linguagem e pensamento, herança talvez dos simbolistas, contribui para expressar o movimento vital, pois como diz o próprio poeta: “A vida é um mote definitivo”. E o mote literário, efêmero, captando o movimento, só se eterniza ao reproduzir a vida, entende o poeta em sua estética realista.

A técnica literária, o artesanato das palavras, serve apenas para reproduzir a montanha, o gavião, a terra, a camponesa, os seios, a mata, à noite em seus movimentos.

Entremos nesse poema e imaginemos a camponesa, a figura humana que o poeta humanista (social) nos apresenta. Suponhamo-la deitada, de perfil, e obteremos a fotografia de uma paisagem (imaginária). Distinguiremos a montanha (seios), um gavião (olhar do poeta, desejo), o arado do tempo (idade), a mata (cabelos), à noite (cor dos cabelos) e a vida (toda a visão objetiva-subjetiva).

Essa é uma leitura bastante aproximada do que o poeta realmente quis dizer, num poema lírico, mas carregado de figuras concretas, fornecendo uma estrutura real para a imagística do poeta. Ouso dizer que minha leitura é “bastante aproximada do que o poeta realmente quis dizer”, porque aplico as leis básicas da lógica dialética hegeliano-marxista, especialmente aquela que expõe a unidade e luta dos contrários. No caso, os elementos humanos (a camponesa) e naturais (a terra), opostos que acabam se unindo.

E os caiporas do texto? É um terceiro elemento: Os sentimentos do poeta, a ideologia - a síntese.



Poeta aparentemente simples, Ubiratan Porto está a exigir um estudo aprofundado de sua obra e uma edição reunida de seus poemas éticos e inéditos.

(Do Jornal Rotta, Outubro de 2002.)

Alguns poetas passo-fundenses

Durante a Semana das Letras Passo-Fundenses, promovida pela Academia Passo-Fundense de Letras, 7ª Coordenadoria Regional de Educação e Secretaria Municipal de Educação, realizada entre os dias 1º e 7 de abril de 2002, realizei uma palestra, em parte publicada no nº O de *Água da Fonte*, sob o título *Dois romancistas passo-fundenses*, analisando os romances de Jurandyr Algarve e Jorge Edethe Cafruni. Com o presente estudo, concluo a publicação do núcleo central daquela dissertação.

Creio que, ao analisar, ainda que rapidamente, alguns dos poetas e romancistas mais conhecidos de Passo Fundo, contribuo para um melhor conhecimento de nossa literatura local. Seguindo uma tradição da historiografia literária iniciada há quase um século por José Veríssimo, e que se mostrou positiva, acredito que o estudo de escritores representativos e aceitos como canônicos, de uma determinada literatura, é suficiente para o entendimento dessa mesma literatura.

Optei por romancistas e poetas já falecidos, pois suas produções literárias estão concluídas, são imexíveis. Todos eles são reconhecidos como integrando o grupo mais representativo dos escritores passo-fundenses, o nosso cânone literário.

A literatura passo-fundense começa com um poeta: Bento Porto da Fontoura, nascido aqui, possivelmente no dia 12 de janeiro de 1840, e falecido no Rio de Janeiro, em 25 de março de 1913. Seu livro de poemas, *Flores Incultas*, foi publicado em 1875, pela Tipografia Jornal do Comércio, de Porto Alegre. Procurei essa obra entre bibliófilos e bibliotecas, sem êxito. O exemplar existente, que pertenceu a Guilhermino César, desapareceu antes de chegar à Biblioteca Pública do Estado, em Porto Alegre.

Antonino Xavier

A poesia passo-fundense continuará com Francisco Antonino Xavier e Oliveira, que também nasceu aqui, no dia 5 de setembro de 1876, vivendo até 9 de julho de 1959. Foi um dos fundadores do Grêmio Passo-Fundense de Letras e é conhecido como nosso primeiro historiador local. Cognominado “o pai da história de Passo Fundo”, deixou vários livros sobre a formação histórica do antigo município e de sua área urbana.

Antonino inicia seu livro *Pelo Passado* (Oficinas da Livraria ABC, Passo Fundo, 1922), com uma série de seis quadras:

*Lá de traz daquele serro
se levanta uma fumaça,
contando que João dOutrora
já vem perto desta praça.*

*Traz ele bem afinada
a viola do tempo antigo,
com a qual, quando era moço,
não temeu nenhum perigo.*

*Abra cancha, minha gente;
que não haja tropelia.
João dOutrora só pretende
liquidar um arrelia.*

*Foi pealado de surpresa
quando passava na estrada,
agora vem ver se é certo
que acabou-se a gauchada.*

*O guiso de cascavel
já treme dentro do pinho,
ansiando pela porfia
de daqui a bocadinho.*

*Abra cancha, minha gente,
que é de paz o João dOutrora,
corra o mate-chimarrão
que a pega começa agora.*



São quadras calcadas sobre versos folclóricos, como a série de trovas que começa com o conhecidíssimo: “Lá atrás daquele serro ...” E assim vai João dOtrora (pseudônimo usado por Antonino), imitando, parodiando nossa poesia popular anônima.

Livro inteiramente em versos é *Cartas Gaúchas* (Tipografia A Nacional, Passo Fundo, 1929), “Homenagem à Aliança Liberal e seus denodados batalhadores, que, hoje, formam a guarda avançada das instituições republicanas da Pátria, na mais necessária de todas as reivindicações”.

Antonino foi um típico poeta de circunstância, embora soubesse versejar, o que fica demonstrado por estrofes como esta:

*Minha consciência me disse
que aos liberais eu pedisse,
nestes versos de campeiro,
consciência mais elevada
nesta causa tão sagrada
para o povo brasileiro.*

Precursor da nossa poesia gauchesca, ao final de seu livro reúne uma série de “palavras e frases populares”, que comprovam sua filiação ao regionalismo poético.

Gabriel Bastos

Nascido em Santa Maria (RS), no dia 9 de janeiro de 1858, e falecido em Passo Fundo, no dia 25 de julho de 1950, Gabriel Bastos, também fundador do Grêmio Passo-Fundense de Letras, foi um poeta bissexto. Seu livro *Da mocidade à velhice* (Tipografia Independência, Passo Fundo, 1944), reúne quase três dezenas de poemas de sua lavra e alguns de seu pai. Muitos foram escritos circunstancialmente, ao longo de 40 anos. Publicou, ainda, *A Atlântida*, sobre o “continente desaparecido” (Of. Gráfica da CITA Editora Ltda., Porto Alegre, s/d -1948?-).

Seu soneto, *A VIDA*, de 1936, tem algo da lírica bocageana:

Mar encapelado de agonias,
Oceano de lutas e amargores,
A vida é estendal de dissabores,
Onde duram bem pouco as alegrias.

Se aos lábios nos aflora riso leve,
Logo vem a dor cortar-lhe o surto,
Não deixando, sequer, um só minuto
Passar inteiro, esse momento breve.

Nessa estância de luta, anos e anos,
Nesse viver de amargos desenganos,
Vai o tempo levando a creatura.

Jamais, jamais prazer inteiro existe,
Pois que, a desilusão a tudo assiste,
Até nos encerrar na sepultura.

Antônio Donin

Antônio Donin é outro passo-fundense por adoção. Nasceu em Vila Maria, área do antigo município de Passo Fundo, no dia 15 de fevereiro de 1911. Formado em Filosofia, Teologia e Direito. Veio para cá em 1941. Daqui saiu em 1946, retornando definitivamente em 1952. Educador e advogado. Foi um dos idealizadores da Universidade e do Movimento Tradicionalista Gaúcho, em Passo Fundo. Foi secretário municipal da Educação.

Sua contribuição para o tradicionalismo e a educação passo-fundenses não foi ainda devidamente reconhecida. Publicou *O Brasil em marcha* (Tip. Modelo, Erechim, 1941), *Alma de poeta* (versos, Tip. A.B.C., Erechim, 1946) e *Heroínas* (Tip. Liceu Salesiano de Artes e Ofícios Leão XIII, Rio Grande, 1950).

Antônio Donin nunca aceitou o verso livre. Sempre praticou uma poesia grave. Nos últimos anos de vida dedicou-se intensamente à trova.

Veja-se o poema *As Mestras*:

Pulindo cérebros, moldando as almas,
Numa tarefa quase descomunal,
Mas sempre altivas, álacres e calmas,
As mestras vão cumprindo seu ideal.

As efêmeras glórias e os salões,
Em que palpita a alma juvenil,
Não têm encanto para os corações
Destas heróicas filhas do Brasil.

Elas fazem dos bancos escolares
Fontes de vida e forças imortais,
Porque ali formam nossos ricos lares,
Pela virtude e pelos ideais.

Difundindo o saber, na mocidade,
Dão a seiva do amor da Pátria amada;
Com a fé, o labor e a liberdade,
Dignificam a raça imortalizada.

As mestras são as lídimas obreiras
Da grandeza do povo varonil;
São sempre intrépidas e prazenteiras,
Na defesa da glória do Brasil.

Falecido no dia 8 de agosto de 1987, Antônio Donin foi um poeta conservador. Seus poemas possuem um tom oratório, típico dos neoparnasianos.

Gomercindo dos Reis

Outro poeta conservador, na forma e na temática, foi Gomercindo dos Reis, nascido em Pinheiro Marcado, então interior de Passo Fundo, no dia 4 de fevereiro de 1898. Veio para Passo Fundo em 1920, fixando-se como corretor de imóveis. Libertador, participou da Revolução de 23. Homem de grande coragem cívica, chegou a ser preso ao comandar um movimento social, evitando que a Praça da Vila Rodrigues fosse vendida. Combateu o Estado Novo, escrevendo um libelo intitulado *Defendendo a Verdade, crítica administrativa na vigência do Estado Novo* (Empresa Gráfica Editora, Passo Fundo, 1947) e os livros de poemas *Jardim de urtigas, versos satíricos e humorísticos*

(Imprensa Oficial, Porto Alegre, 1957) e *Nuvens e rosas, versos líricos* (Imprensa Oficial, Porto Alegre, 1957). Faleceu no dia 11 de outubro de 1965.

Formal e tematicamente conservador, Gomercindo dos Reis poderia ser colocado entre os poetas da chamada *Béllé* Époque, do início do século XX. Sirva de exemplo, esta sátira a seus adversários políticos estado-novistas, escrita em 1940:

Trevas na prefeitura

Na Comuna há mandachuva,
Mas outros mandam também,
Como em tareco de viúva,
Como em casa de ninguém.

Qual cego que vai palpando
Numa eterna noite escura,
Vê-se um prefeito tateando
Nas trevas da Prefeitura.

Se a “turma” pedir que fique
E o povo disser que saia,
Hão de ver que esse cacique
Não há de sair sem vaia.

Se por fora há lama e poeira
Que nos magoa e tortura,
Também, há grande sujeira
Por dentro da Prefeitura ...

Seus dois livros de poemas foram publicados em 1957, quando o Modernismo já estava consolidado, os poetas da chamada Geração de 45 produziam obras significativas, e o Concretismo, com sua poesia visual, avançava pelo país.

Nessa época, escrevia acrósticos em versos decassílabo ao bairro de sua predileção:

Velho Boqueirão

*Vendo que a minh'alma se afervora
Eu brado ao Senhor lá do infinito:
Luz e vida que nos deste outrora,
Hoje é glória ao Boqueirão bendito!*

*O povoado que surgiu na história,
Berço que nasceu da luz da aurora;
O povo já o grava na memória,
Quer amá-lo na existência afora.*

*Um século de progresso e de glória,
E ainda vê-se aquele povo, agora,
Irmanado e sempre extraordinário!*

*Relembro os heróis dessa vitória,
A gente, enfim, que ainda revigora
O meu velho Boqueirão lendário.*

André Pithan

Outro poeta, libertador também, veterano da Revolução de 23, literariamente conservador, é André Pithan, nascido na Fazenda Capão Grande, à margem da estrada que liga Santa Bárbara a Palmeira das Missões, no dia 9 de julho de 1894, e falecido em Passo Fundo, no dia 21 de dezembro de 1958.

Satírico terrível, talvez por isso não tenha sido aceito para integrar os quadros da Academia Passo-Fundense de Letras, que mais tarde viria a ser presidida por seu filho Romeu Pithan, também poeta. Seu filho, Ruy, que ainda reside em Passo Fundo, é autor de diversos poemas, inéditos.

Os poemas de André Pithan foram publicados postumamente, no livro *Landas* (Gráfica Papelaria Andradas, Porto Alegre, s/d [1963]). Verdadeiro *Bocage de bombachas*, alguns poemas seus continuam inéditos, pois seus herdeiros não quiseram publicá-los, tal a virulência empregada, especialmente contra os adversários políticos do Partido Libertador.

Veja-se este soneto intitulado Carta de alforria, a um desafeto que aniversariava no dia 10 de abril:

Hoje tu completas mais um ano,
Meu pobre burro, estúpido animal,
Como não gastas ouro nem estragas pano,
Te presenteio uma ração de sal.

Se fosses, como eu, um ser humano,
Em vez de seres burro, ó imoral,
Um relógio, um livro de Herculano,
Escolheria para o teu natal.

Mas nada disso se te não prescreve,
São uns trastes inúteis, sem valia;
Burro não lê, não veste, não escreve,

Nem sabe quantas horas tem o dia,
- Não mais terás meu freio de almocreve,
Pois dou-te a vida inteira de alforria.

Severino Ronchi

Severino Ronchi, médico nascido em Itajaí, Santa Catarina, a 4 de dezembro de 1907, casado com Lucila Schleder Ronchi, fundadora do Grêmio Passo-Fundense de Letras, legou-nos um livro de poemas intitulado *Pelos caminhos do horizonte* (Editora Pe. Berthier, 1976, Passo Fundo). Os poemas foram compilados e acompanhados de alguns comentários da própria Lucila.

Severino faleceu no dia 2 de setembro de 1977, e deixou publicado, ainda, o volume *Temas de introdução à Psicologia*, calcado sobre ideias marxistas-leninistas.

É outro poeta tradicional, comprovando a tese de que um intelectual com ideias revolucionárias pode ser, esteticamente falando, conservador e até reacionário. Sirva de exemplo o soneto *Origem*, escrito em Santo Cristo, no dia 20 de setembro de 1942:

Surgimos do infinito interminável
Dos mundos siderais em formação;
Dos átomos de força incontrolável
Que se agitam por própria vibração.
Por séculos de tempo inexorável,
A matéria em tenaz transformação,
Se organiza e dum ciclo inevitável,
Emerge a vida em grande floração.

Da vida animal, mas pelo trabalho,
Remontamos até A NOSSA ESSÊNCIA,
Causando às feras um grande espantinho ...

Das RELAÇÕES SOCIAIS, em convivência,
- Pois este pensar nunca será falho -
É que brota, afinal, NOSSA CONSCIÊNCIA.

Lucila, em nota, afirma: “Original do soneto Origem, escrito na sobrecapa do livro de F. Engels: Feurbach e o fim da filosofia clássica alemã, ao terminar a leitura, quando lhe chamou a atenção o conteúdo da VI Tese de Marx sobre Feurbach.”

Ele mesmo se definiu em versos que acabaram por servir-lhe de epitáfio:

*Por aqui dorme o Ronchi Severino
Que, embora tendo vida muito inquieta,
Sempre soube de amor tecer um hino:
- Era doutor, amou e foi poeta!*

Tenebro dos Santos Moura

Tenebro dos Santos Moura nasceu em Palmeira das Missões, no dia 21 de março de 1906. Participou das forças que ocuparam a cidade de São Paulo, em 1924; foi um dos fundadores do Partido Libertador, em 1928, e participou de nova ocupação da Paulicéia, durante a Revolução de 30. Ali escreveu seu primeiro poema, intitulado *Saudade*. Foi um dos pioneiros do Movimento Tradicionalista Gaúcho na região.

Seus poemas foram reunidos no livro *Querência*, que teve duas edições (1ª Editora Berthier, 1985, Passo Fundo; 2ª: idem,

1987, Passo Fundo). Tenebro dos Santos Moura continua sendo o mais representativo poeta gauchesco passo-fundense. Até mesmo por ter vivido no meio rural, antes que o processo de mecanização dos nossos campos substituísse a criação extensiva (base para a existência do gaúcho serrano) pela granja, empresa agrícola para a produção de grãos destinados à exportação.

Homem de poucas letras e múltiplas leituras, conhecia os clássicos do regionalismo gaúcho, mas sua maior admiração era Guerra Junqueiro (1850-1923), poeta português. Aposentou-se como funcionário Municipal e faleceu no dia 29 de agosto de 1994.

O conhecimento da vida real do chamado gaúcho serrano, e a convivência com os clássicos da língua marcaram profundamente seu regionalismo poético, e contribuíram para que não praticasse a mesmice e o artificialismo da poesia gauchesca mais recente, o que pode ser visto em poemas como este:

O cusco

Para Nicolau Araújo Freitas

*Apareceu um dia no meu rancho
um cusco teatino, magro e feio.
Eu pensei: este cusco que veio,
com jeito humilde de quem pede abrigo,
irá compartilhar das minhas penas,
será meu companheiro, meu amigo ...
O cusco ficou e é cheio de latidos
o sítio todo que era muito quieto.
Eu acho até que o cusco, solidário comigo,
quer enxotar pra longe o meu pesar secreto.
Às vezes mais atento aos seus latidos,
não espero, mas gosto de pensar
que alguém que vive no meu pensamento
também sente saudade e vai chegar.
Mas, se à noite, fugindo do relento,
no borrar se aquieta, o cusco dorme,
meu coração se agita no silêncio,
e invade o rancho uma tristeza enorme.*



Conclusão

Nossos poetas e nossos prosadores do passado merecem ser lidos, para que possamos entender a literatura passo-fundense. Em entendendo essa literatura, estaremos contribuindo para que tenhamos escritores que inscrevam o nome de nossa cidade na história das letras pátrias.

Ouso dizer que, os estudo dos nossos escritores mais antigos, levou-nos à constatação de que até agora não tivemos um Simões Lopes Neto, um Erico Veríssimo, um Mário Quintana, um Moacyr Scliar ou qualquer outro escritor da projeção daqueles que saíram de outras cidades gaúchas, porque o peso do conservadorismo estético é muito grande entre nossos ficcionistas e poetas. E esse tradicionalismo literário acaba exercendo uma força frenadora sobre nossos criadores literários, fazendo com que eles sejam historicamente ultrapassados.

Não faltam valores, não falecem méritos aos nossos romancistas e poetas, mas eles não pertencem ao seu tempo, e sim a tempos anteriores. Por isso não encontram reconhecimento histórico.

O que nos cabe é conservar a sua memória; é editar as obras inéditas; é reeditar os editos; é estudar suas obras como jamais estudamos, para que possamos viver para a história do nosso tempo, para as letras de nossa época e, assim, transcendermos tempo e época.

Nossos romancistas e nossos poetas já falecidos merecem nosso respeito e nossa consideração, mas merecem, acima de tudo, que façamos muito mais do que eles puderam fazer. Para isso, precisamos praticar uma literatura atual e atualizada, que seja referencial para a época em que vivemos.

(Revista Água da Fonte, n. 1, Abril de 2004.)

Dois romancistas passo-fundenses

Passo Fundo até meados do século XX, nos anos 40 e 50, encontramos apenas dois romancistas em: Jurandyr Algarve, autor de um único romance, *Marta* (1947); e Jorge Edethe Cafruni, também com um único romance impresso, *Irapuã* (1955 e 1962).

A maioria dos escritores passo-fundenses não é de nativos, mas de pessoas que adotaram o município. É o caso de Cafruni e de Algarve. Este casou com uma passo-fundense, deixando gerações de descendentes que contribuem para a prosperidade de Passo Fundo.

Cada um deles escreveu um romance e ambos pertenceram à Academia Passo-Fundense de Letras.

Jurandyr Algarve nasceu em Laguna, Santa Catarina, no dia 13 de outubro de 1917. Veio muito moço para a Capital do Planalto, onde constituiu família, vindo a falecer a 13 de julho de 2001. Aqui, em 1947, sob o pseudônimo de Montclair, publicou *Marta (romance brasileiro)*. O livro não traz local de impressão, nem tipografia. Pedro Vilas-Bôas, em *Notas de Bibliografia Sul-rio-grandense* (Editora A Nação-SEC, Porto Alegre, 1974), afirma que o livro foi publicado em Passo Fundo, na Tipografia de Izauro Rodrigues.

Marta é um folhetim, a começar pelo pseudônimo francês do Autor. Em exatas cem páginas é narrada a vida de Marta, filha de Arlete (uma costureira) e Olegário Gomes (militar aposentado e jogador compulsivo). Premida por um complexo de inferioridade social, a jovem não aceita casar-se com Raul, o narrador, um médico. Muda-se de Curitiba para São Paulo, com a mãe. São acolhidas por uma bondosa milionária (D. Iolanda) que morre, deixando-nas na miséria. Para garantir segurança à mãe, Marta aceita casar-se com Mário, também médico, e amigo de Raul.

O casal vai passar férias em Laguna, onde Raul está residindo; ali nasce Valéria. No hospital, Marta confessa seu amor por Raul e pede para ficar com ele. O marido flagra os dois de mãos dadas e em seguida retoma com a esposa e a menina à Paulicéia. Logo partem para a Europa, onde ele vai especializar-se, antes de se descobrir um testamento da bondosa Iolanda, deixando uma fazenda em Cruz Alta para suas protegidas.

Mário retoma da Europa com o sistema nervoso completamente abalado, contando que a mulher falecera na Polônia, onde ficara sepultada.

Dezesseis anos depois, completamente mudada, Marta aparece em Vacaria, onde Raul se encontrava, contando que o marido, enciumado, a deixara abandonada na Polônia. Pede ajuda para encontrar a filha. É auxiliada e vai para São Paulo, onde assiste, à distância, o casamento de Valéria. Ninguém a reconhece.

Adoentado, Raul vai para São Paulo. Mário, que poderia salvá-lo, acaba matando o rival. Valéria encontra-se com a mãe, que leva para morar em sua casa, onde o pai já está abrigado. Marta e Mário se encontram. Ela tem uma hemoptise e morre. Mário desaparece para sempre.

O romance de Jurandyr Algarve tem todas as características do clássico folhetim: a luta entre o bem e o mal, a fatalidade, a multiplicidade de cenários (Curitiba, São Paulo, Laguna, a Fazenda Fortaleza, em Cruz Alta, Europa, Vacaria ...), o amor infiel (ainda que platônico), o amor que tudo sacrifica (Marta e Arlete), o amor bandido, a vilania (representada em Mário) e o final vingadoramente trágico do vilão.

Apesar de ter escrito este único romance, Jurandyr Algarve deixou seu nome inscrito entre os ficcionistas da terra adotiva.

Outro passo-fundense por opção foi Jorge Edethe Cafruni, que legou uma obra mais vasta e multiforme. Poeta, historiador e romancista, nasceu em Porto Alegre, no dia 8 de agosto de 1913. Exerceu diversas profissões: mascate, auxiliar de farmácia, barbeiro, representante comercial, jornalista e bancário.

Seu romance *IRAPUÁ* teve duas edições. A primeira, em 1955 (Tipo-Lito-Fabril, Passo Fundo); e a segunda, em 1962 (Edições Dispal, Passo Fundo). Foi o primeiro romance que li na minha vida, assim que aprendi a ler. Cafruni soube usar a

mídia da época, especialmente o jornal O Nacional e as rádios Passo Fundo e Municipal, para divulgar seu livro. Lembro-me que, levado por essa propaganda, meu pai comprou e leu o livro que foi lido e relido por mim.

A história se passa entre 1612 e 1651, durante a ocupação francesa do Nordeste brasileiro, narrando as lutas entre os tabajaras, moradores do interior, na Chapada de Ibiapaba, na divisa do Ceará com o Piauí, e os potiguaras, indígenas litorâneos, aliados dos invasores franceses.

Irapuã era filho de Ubiratã, líder da nação tabajara. Era para chamar-se Tupacininga, o raio, mas Juruetê, o pajé, profetizou que o menino traria grandes desgraças. Por isso, passou a chamar-se Irapuã, abelha que produz mel ruim; e foi criado junto às mulheres, para não ser guerreiro.

Por esse fato, sua mãe, Aracati, era humilhada. Aos quinze anos, o filho foi mandado por ela para a tribo de seu tio Acangatu, onde aprendeu a arte de usar as armas de guerra, com seu primo Itamiri.

Mais tarde retornou a sua taba, onde continuou acompanhando as mulheres em seus trabalhos domésticos e de lavoura.

Certa feita, antes que os guerreiros conseguissem caçar uma temível canguçu, ele abateu a fera, e acabou matando o filho do cacique dos juris, uma tribo tabajara. Foi condenado à morte. Solto por sua mãe, fugiu, mas retomou trazendo como prisioneiro Ataguer, irmão de Camaragibe, o tuxaua potiguar que, com seus aliados brancos, ia atacar os tabajaras para tomar as esmeraldas que eles costumavam usar como botoques.

Voltou à aldeia com o prisioneiro, sendo julgado e absolvido. Os tabajaras foram atacados. E Ataguer foi solto pela índia Coema. Tentando matar Irapuã, que permaneceu perto das mulheres, feriu Aracati. Indignado, Irapuã empunhou o tacape e destacou-se na batalha que termina com a fuga dos atacantes.

Ferido por um tiro disparado pelo comandante francês, Ubiratan renuncia e Irapuã prepara o revide aos inimigos. Descem para o litoral reforçados por outras tribos e atacam os potiguaras e seus aliados brancos. Apaixona-se por Maniú, irmã de Camaragibe, que é orientada pelo pajé de sua nação a atraí-lo a uma emboscada. É preso e conduzido à taba litorânea. Maniú é indicada para

executá-la, mas não consegue. Deixa cair a clava, revelando sua paixão e, incontinenti, é morta por seu próprio irmão.

Os tabajaras atacam. Na confusão, Caititi, que é apaixonada por ele, sem a devida correspondência, entra na taba inimiga e o liberta. Na fuga, para protegê-la, é morta. A batalha é terrível. Ao final restam vivos apenas o chefe branco e outro soldado francês, além dos tabajaras Irapuã, Japiaçu e Ubiratã. Na perseguição aos maires, o herói para diante da rede mortuária de Maniú. É flechado pelo próprio pai indignado com a atitude do filho.

Japiaçu abate o soldado francês e é posto fora de combate pelo chefe maire. Este, mata Ubiratã e tenta fugir para uma embarcação com uma carga de esmeraldas.

Japiaçu sobrevive para contar a história, que termina assim: “Abatinga, o estrangeiro, soltou convulsa gargalhada. Era o único lidador, entre a infinidade de Maires, Potiguaras e Tabajaras que ainda se mantinham de pé, depois da duradoura peleja.

“Tomou, então, do fardo do outro, contido numa rede, e, com esforço, levou às costas.

“Japiaçu tinha o ombro quebrado e as suas forças esvaíam-se com o sangue que borbotava, ruidoso, do ferimento. Viu o Maire afastar-se, dobrado ao peso da carga, rumando para a igaraçu, à margem do rio.

“Japiaçu tentou soerguer-se, mas resvalou no próprio sangue; chorou então, como se fora mulher e não guerreiro.

“Nisto, Irapuã, prostrado em terra, alçou vagaroso a frente empoeirada.

“Seus olhos eram dois brasidos, quase extintos, que reavivavam. Os dedos tacteantes procuraram o rijo arco e a dura seta.

“Ajoelhou-se: um fio sangrento escorria-lhe do peito, sob a haste encravada. Seus membros musculosos tremiam e sua boca, entreaberta, resfolegava, quando, com esforço, se apurou nos pés.

“E cambaleava, quando dirigiu suas armas para o estrangeiro, que já transpunha a passagem da caiçara que olhava para a alva praia.

“– Jurupari, empresta-me a tua força! clamou.

“Estirou, arquejante, a fina corda. A flecha sibilou por sobre ruínas e cadáveres, espetando, com estalo, no crânio do Maire que, lançado para diante, foi estatelar-se no pó, à saída da aldeia.

“A carga tombou, a rede soltou-se, e as pedras verdes de Jurupari esparramaram-se, cascalhantes, sobre as nódoas de sangue de Tabajaras e Potiguaras.

“Irapuã sorriu.

“Apoiou-se, então, no grande arco de braúna, mas logo rodou caindo em terra.

“Assim, morreu Irapuã, o guardião dos Tabajaras.” (sic).

Sabino Santos, em seu livro, *Os Imortais de Passo Fundo* (Instituto Social Padre Berthier, s/d, 1963), conta que o primeiro livro que Cafruni leu, “aos 13 anos de idade, foi “Iracema”, de José de Alencar, que lhe causou profunda impressão”. Como se vê, a impressão foi tamanha a ponto de situar seu romance indianista no estado natal de Alencar.

“Assim como Walter Scott fascinou a imaginação da Europa com seus castelos e cavaleiros – escreveu Antônio Cândido, no ano de 1964, em sua *Formação da Literatura Brasileira*, 2º volume, 5 ed., Editora Itatiaia, da Universidade de São Paulo, 1975, p. 224 –, Alencar fixou um dos mais caros modelos da sensibilidade brasileira: o do índio ideal, elaborado por Gonçalves Dias, mas lançado por ele na própria vida quotidiana. As Iracemas, Jacis, Ubiratãs, Ubirajaras, Aracis, Peris, que todos os anos, há quase um século, vão semeando em batistérios e registros civis a “mentira gentil” do indianismo, traduzem a vontade profunda do brasileiro de perpetuar a convenção, que dá a um país de mestiços o álibi duma raça heroica e, a uma nação de história curta, a profundidade do tempo lendário”. (sic).

Podemos, pois, concluir que nossos dois romancistas, escrevendo ao redor de 1950, literariamente falando, pertencem a um século antes. Jurandyr Algarve reproduz o folhetim, difundido por Eugène Sue, Scribe, Féval e Alexandre Dumas (pai), por volta de 1830; e Jorge Edethe Cafruni continua o indianismo, a maneira do José de Alencar de 1857, seguindo a trilha aberta anos antes por Walter Scott e Chateaubriand. E é exatamente esse atraso literário o maior responsável para que os romancistas passo-fundenses não alcançassem repercussão

fora do município. Eram homens do século XX, escrevendo no estilo do século XIX.

Apesar de suas limitações, tanto *Irapuã* quanto *Marta* merecem ser lidos e estudados, porque representam o que foi realmente produzido em Passo Fundo, naquele período. Cabe aos escritores pósteros, escreverem trabalhos melhores, superarem os escritores do passado, produzindo obras que insiram as letras passo-fundenses nas literaturas gaúcha e brasileira.



As décimas de Algacir Costa

Quando soube que Algacir Costa havia reunido em volume suas *DÉCIMAS*, cuidadosamente guardadas durante anos, pensei logo em lê-las e sobre elas escrever. Andei procurando o autor que, à época, residia em Porto Alegre, e seu livro, cujo volume demorei muito para encontrar.

Conheci o poeta em Passo Fundo, quando liderava o grupo musical regionalista *Os Fronteirizos*. Naqueles tempos, meu amigo Flávio Damiani, jornalista hoje radicado na Capital dos Pampas, insistia em ter minha parceria em suas composições, que enviava para os festivais nativistas. Algacir e seu conjunto chegaram a gravar algumas composições. Como o próprio Flávio já contou, em um longo artigo divulgado pelo Jornal Rotta, de Passo Fundo, nossas composições eram sistematicamente censuradas pelas comissões julgadoras. Até porque nunca dependemos dos cofres públicos para nossa militância cultural.

Eu sabia que Algacir sofria de uma doença incurável. Queria escrever sobre seu livro enquanto estivesse vivo. E consegui. Meu amigo José Eurides Alves de Moraes emprestou-me o exemplar. Enviei cópia do artigo. E muitos meses depois, quando o poeta já falecera, recebi uma correspondência dizendo que ele recebera o jornal no dia do seu aniversário, o que o deixara muito feliz. Poucos dias após ter lido meu artigo, Algacir exalou seu último suspiro.

Algacir Costa foi um autêntico poeta popular. Recuperou uma das mais caras tradições da poemática popular do Rio Grande do Sul, a décima. Esta é um tipo de poema (e não a forma estrófica também do mesmo nome, encontrada nos estudos sobre versificação e metrificação), onde são narrados acontecimentos, fatos, emoções. Décima é o correspondente ao clássico romance, em forma de poema, muitas vezes com estrofes de dez

versos. Aliás, as décimas, como as conhecem os poetas populares do Rio Grande do Sul, também são encontradas noutras partes do mundo. Veja-se, a propósito, *Poesias Completas de Juan Cristóbal Lopez Fajardo*, Ediciones Huracán, La Habana, 1974.

O livro do poeta nascido em Vila Teixeira, então 7°. Distrito de Passo Fundo, em 11 de outubro de 1944, pode ser dividido em duas partes bastante diferenciadas. Na primeira, encontramos poemas de uma feição mais tradicional, gauchesca. É o caso de *ORELHANO*, que abre o volume. São poemas onde há o apelo às coisas telúricas dos pagos sulinos, ao peão, à china, à prenda. Já a segunda espécie – diga-se assim –, é constituída de composições dedicadas a lembranças de leituras do autor, como os poemas onde fala sobre elementos da história, da cultura e da indumentária gaúcha, e outros onde lembra locais e pessoas com quem manteve contato nos seus longos anos de músico profissional.

Li as *DÉCIMAS* de Algacir Costa e lembrei-me de uma de minhas bisavós, a mãe de meu avô materno, cantando ao som de harpa - isto mesmo, ao som de harpa -, na velha Cruz Alta, maldizendo a Revolução de 93, na qual meu bisavô se engajou.

“Maldita Revolução,
O que vieste fazer?
- Levar os pais de família;
- Deixar as mães a sofrer...”

Assim começava o poema, acredito que irremediavelmente perdido, e do qual são os únicos versos que recordo.

O *payador* de Vila Teixeira compunha suas décimas ao som do violão, com cordas metálicas, e com a mesma intensidade com que minha ancestral cantava, enquanto dedilhava as cordas feitas por ela mesma, carinhosamente, com tripas de carneiro.

As *DÉCIMAS* de Algacir Costa pode não possuir a elaboração dos romances de Aureliano de Figueiredo Pinto ou dos poemas de Jayme Caetano Braum ou de Apparício Silva Rillo, mas têm o vigor chimarrão da mais antiga poesia popular dos gaúchos, anterior à própria gauchesca. Esta, uma consequência natural do romantismo literário, nos deu os maiores monumentos da literatura das três pátrias gaúchas: o *Martín*

Fierro, de José Hernandez, e o *Antônio Chimango*, de Amaro Juvenal. Aquela vem sendo improvisada nas pulperias, nos bolicos ou recônditos dos ranchos da Campanha ou da Serra. E até mesmo nos casarões das estâncias. Para que se possa avaliar literariamente o livro de Algacir Costa é preciso que se tenha presente esse duplo aspecto da poesia gauchesca. Atrevo-me a dizer: as duas gauchescas, uma regionalista, literária; e a outra eminentemente popular.

(Revista Água da Fonte, n. 3, Julho de 2005.)

A Capital Nacional da Literatura e História Literária de Passo Fundo

A sanção da lei que institui Passo Fundo como Capital Nacional da Literatura presta-se a diferentes interpretações. Lei é lei e fato é fato. Cabe-nos, agora, laborar para que a vontade legal entre para o mundo das coisas reais, consume-se. Não basta a certidão de casamento. Urge a consumação do ato. Nesse sentido, a reunião havida no campus da Universidade de Passo Fundo no último dia 6 de março significou que sentamos no tálamo.

No momento em que Passo Fundo comemora os seus 150 anos de independência político-administrativa, ocorrida a 28 de janeiro de 1857 e não a 7 de agosto daquele ano, quando foi instalada a Câmara Municipal, o documento apresentado como “anteprojeto” e parece que já, por imposição dos *dáimons* do Olimpo, com todo vigor dos mandamentos divinamente inspirados, deve merecer uma reflexão sobre a história cultural e literária do Município.

O “anteprojeto das ações que consolidarão a cidade de Passo Fundo como ‘Capital Nacional da Literatura’”, apresentado ao público naquela data é um belo documento. A História, porém, não se faz somente com belos documentos. Muitas vezes cresce à margem deles. As vontades particulares apenas se realizam como verdades permanentes quando respondem a interesses coletivos e incorporam as massas. Provam-no os três grandes eventos que acontecem aqui: a Jornada Nacional da Literatura, o Festival Internacional de Folclore e o Rodeio Tradicionalista. “Se não reunissem milhares de pessoas iriam tão longe quanto a nau bestialógica apontando na direção do Botucaraí, a partir do Trevo do Sechi”.

Sirva de exemplo a jornada Nacional de Literatura, iniciada em 1981, que já mobilizou centenas de milhares de pessoas,

sendo o *leitmotiv* que levou ao reconhecimento oficial de Passo Fundo como “Capital Nacional da Literatura”.

A preocupação com entupigaitar ainda mais nossas avenidas, como monumentos reproduz uma tradição “aristocrática”. Esta se materializa através de títulos, medalhas e mausoléus. Mais do que a essência, a aparência. É preciso ter cuidado com esse tipo de prática. Os monumentos que temos servem para a ação de pichadores e depredadores- muito dois quais publicamente estimulados por elementos formados na própria Universidade- Pela forma de alguns desses monumentos, com toda certeza servirão de mictórios e motéis públicos. O que não é de estranhar-se numa cidade de onde o policiamento responsável pela segurança de mais de quarenta mil famílias é retirado para proteger a propriedade de uma única família em Coqueiros do Sul.

É o caso de monumentos e outras atividades previstos para a Antiga Estação Ferroviária. Em certos locais daquela área os vigilantes da Prefeitura estão publicados de ingressar porque é reduto de traficantes, viciados, cafetões e baixo meretrício.

Como lembrou muito bem o professor Alcides Guareschi, na própria reunião, trata-se de um conjunto arquitetônico a ser aprisionado ao longo da Avenida Brasil, longe dos nossos bairros. Escolas que, muitas vezes não tem bibliotecas. E é destes que saem as crianças que dão um colorido especial às Jornadas Nacionais de Literatura.

A preocupação com a literatura em Passo Fundo vem de muito longe. Podemos data-la, enquanto ação coletiva, de 15 de fevereiro de 1883, quando foi fundado o Clube Amor à Instrução, que manteve uma rica biblioteca. Alguns exemplares desse acervo fazem parte do setor de obras raras da Biblioteca Pública de Passo Fundo.

Assim, a primeira iniciativa coletiva, em termos culturais, levou à organização de uma biblioteca e despertou para outras práticas culturais comunitárias, materializadas no Clube Literário Passo-Fundense (1º de março de 1891) e ao Clube Literário e Recreativo (25 de março de 1897), que manteve um grupo de teatro amador, e o Grêmio Dramático Passo-Fundense (1º de junho de 1899).

O extremismo partidário contribuiu para que, ao contrário de tantas outras cidades, tivéssemos uma imprensa paupérrima, até meados da década de 1920. Nossos jornais eram meros instrumentos do oficialismo político, órgãos a serviço dos “coronéis castilhistas” que comandavam Passo Fundo com mão de ferro.

Apesar da violência política, responsável pela tradição fratricida que marca a vida local, a preocupação com a cultura, perpassa nossa história e encontraria um dos seus pontos máximos a 7 de abril de 1938, com a fundação do Grêmio Passo-Fundense de Letras. Entre seus fundadores listam-se adversários políticos irreconciliáveis como o republicano Arthur Ferreira Filho e o poeta libertador Gomercindo do Reis. E foi no seio desse sodalício, transformado em Academia, a 7 de abril de 1961, que frutificaram ideias como a as própria Universidade de Passo Fundo.

Com o Grêmio Passo-Fundense de Letras nossa produção literária assume uma fase nova. A entidade estimula a publicação de artigos nos diários do município e começam crescer a impressão de livros de autores locais, como o romance *Irapuã* (1955 e 1962), de Jorge Cafruni, alguns opúsculos de Antônio Xavier e Oliveira e *Atlântida* (1948) e *Aborígenes Panamericanos* (1950), de Gabriel Bastos. Também são dados a lume *Nuvens e Rosas* e *Jardim de Urtigas*, ambos de 1957, com poemas de Gomercindo dos Reis.

Como já tive oportunidade de afirmar numa palestra proferida durante a Semana das Letras Passo-Fundense, em abril de 2002, depois publicada na revista *Água da Fonte (Dois Romancistas Passo-Fundenses, Ver. Cit. Ano 1, nº 0, dez. 2003, p. 27-28 e Alguns Poetas Passo-Fundenses, idem, Ano 1, nº 1, abr. 2004, p. 7-10)*, nossos autores fazem uma literatura esteticamente ultrapassada e por isso não tivemos nenhum autor que se projetasse além dos limites municipais.

Cruz Alta possui Érico Veríssimo. Santa Maria ofereceu Felipe de Oliveira ao Modernismo. Pelotas é terra do maior regionalista brasileiro, Simões Lopes Neto. Quaraí deu os romancistas Dionélio Machado e Ciro Martins. De Alegrete saiu Mário Quintana. Uruguaiana ofereceu o “poeta mártir” Alceu Wamosy. Em São Leopoldo nasceu Viana Moog, autor de belos romances e do clássico *Bandeirantes e Pioneiros* ou Vacaria com

Raimundo Faoro de *Os Donos do Poder*, uma das obras basilares do moderno pensamento social brasileiro. Seria uma longa lista cidades gaúchas com autores representativos. Infelizmente nenhum autor da Capital Nacional da Literatura alcançou reconhecimento estadual ou nacional.

A inexistência de uma literatura local sólida, em Passo Fundo, é plenamente justificável, pois enquanto o Município destina verbas para um carnaval de rua de qualidade duvidosa, fornece dinheiro para a reconstrução de escolas de samba e outros quejandos mais, não cumpre desde 1992, com sua obrigação de recuperar o prédio da Academia Passo-Fundense de Letras, tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal.

Para fortalecer a literatura passo-fundense defendo que Passo Fundo precisa criar um fundo para a edição dos seus autores. Estaremos beneficiando o parque gráfico local, que tem dado a lume obras de excelente qualidade gráfica. Nossas instituições de ensino superior, também, tem feito publicar trabalhos de professores e alunos. Em edições que, muitas vezes, nem chegam a três centenas de exemplares. Situação que não pode continuar. Mas que esses recursos, a exemplo daqueles que são destinados à criança e ao adolescente, não acabam concentrados em mãos de pessoas que terminam recebendo o mesmo tipo de ajuda conferida ao ex-deputado federal João Alves (aquele que era campeão de ganhar nas loterias).

Deveriam ser realizadas oficinas literárias, abertas a tantos quantos escrevam ou queiram escrever. Não é nenhuma novidade. É uma exigência, tanto que tem gente que anda ganhando dinheiro às custas dessa necessidade alheia- e, muitas vezes dos próprios ministradores das “oficinas”. De igual modo, poderia ser aproveitada a ideia do jornalista Rodrigo Pimentel: um Curso de Letras destinado à formação de escritores.

Enfim, há todo um universo de iniciativas que devem ser tomadas para que o tálamo seja bem aproveitado para um bom povoamento da “Capital Nacional da Literatura”. É só seguir os exemplos que deram certo, aqui mesmo. Caso contrário, esse nobilíssimo título seguirá o mesmo de outros que orgulhosamente já ostentamos: Terra do Trigo, Cidade Mais Gaúcha do Rio Grande...

Defendendo a verdade

Quando ingressei na Academia Passo-Fundense de Letras, dentre as cadeiras vagas constava a de número 32, cujo patrono é Gomercindo dos Reis, um dos fundadores do sodalício local. Meu amigo Ney Eduardo Possap d'Ávila foi ao encontro de meu propósito de assumir essa cadeira. A admiração pela figura humana do satírico de *Jardim de Urtigas* firmara essa convicção. E o estudo que venho fazendo de sua obra, cada vez mais, consolida essa admiração.

Poeta, político, publicista, homem envolvido com sua e minha terra natal, Gomercindo dos Reis também era daqueles convictos de que “Ideias não são metais que se fundem”. Podem unir-se, fundir-se – e pior! –, confundir-se, jamais.

Como já deixei claro em artigos publicados da Somando (Edição 107, de fevereiro de 2006) e na Água da Fonte (Revista da Academia Passo-Fundense de Letras), em abril do ano passado, o lírico de *Cravos e Rosas* foi o primeiro líder comunitário de Passo Fundo, ao enfrentar a especulação imobiliária entre 1928 e 1930. Arrastou processos e prisão, mas salvou a Praça Brasil, na Vila Rodrigues. Depois enfrentou toda a ditadura do Estado Novo, promovendo excursões ao local onde ocorreu a Batalha do Pulador, mostrando aos donos – mais passageiros do que imaginam – do poder e aos seus esbirros que são imorredouros os sonhos de liberdade.

Gomercindo dos Reis foi um panfletário. E panfletários foram grandes escritores: Maquiavel, Voltaire, Rousseau, José Hernández, Torres Homem, Castro Alves, José de Alencar, Aureliano Cândido Tavares Bastos, Eduardo Prado, Euclides da Cunha e Rui Barbosa, apenas para falar em alguns autores que escreveram textos fortes e se tornaram clássicos.

Há momentos em que o escritor precisa transformar a pequena faca de cozinha em uma espada, sob pena de acanalhar-se. Aí surge o panfletário, talvez no momento de maior sublimidade literária, pois o risco de transformar-se num asqueroso janísaro é muito grande.

O panfletário que, pelas páginas de *O Nacional*, salvou a Praça Brasil reaparece alguns anos depois, nas colunas do mesmo jornal, enfrentando o Estado Novo, na pessoa do interventor Arthur Ferreira Filho. Os artigos que publicou e os discursos que pronunciou em praça pública foram enfeixados no panfleto *Defendendo a Verdade* (EMPRESA GRÁFICA EDITORA, Passo Fundo, 1947, 185 p.). O futuro autor da História Geral do Rio Grande do Sul tinha tudo para desgostar Gomercindo dos Reis. Vinha do antigo Partido Republicano Rio-Grandense, combatera a Revolução de 23, da qual o poeta fizera parte. E era um positivista, autoritário e ditatorial tão empedernido que não apoiara a Revolução de 30 e só apareceria na cena política anos depois, “na qualidade de emissário ou “recadeiro” dos Vargas”, como escreve Gomercindo, à página 4 do livro que lhe dedicou.

Gomercindo nos mostra que o interventor – e Arthur Ferreira Filho foi exatamente isso, interventor – começou formando um Conselho Consultivo com Arthur Lângaro, Inocêncio Schleder, Dorval Miranda, Hélio Morsch, Dr. Verdi De César, Adão Kern, Aristóteles Lima, Mário de Lemos Braga e Túlio Fontoura. O objetivo era respaldar as decisões do interventor. O “Conselho Consultivo teve vida efêmera porque o Prefeito pretendeu expô-lo ao ridículo, resolvendo as questões mais importantes à revelia dos seus membros que só eram convocados para opinar sobre assuntos banais, como vasilhames que seriam adotados pelos leiteiros, etc...”, conclui à página 8. Gomercindo dos Reis mete o bedelho em tudo, e com pertinência. Discute assuntos que continuam atuais, como a espécie de árvores que devem ser plantadas nas praças e o tipo de material mais indicado para a pavimentação das vias públicas.

Expõe Arthur Ferreira Filho ao ridículo, como a crônica *O BEM-TE-VIE A CASCATEL* (Op. Cit., páginas). E defende a desapropriação de imóveis aos fundos a atual Escola Esta-

dual Protásio Alves, para a ampliação daquele estabelecimento de ensino e outra proposta atualíssima, seis décadas depois: um mercado público. Preconiza a construção de um “Estadium Municipal”, às páginas 153 a 157.

O livro termina denunciando a bandidagem que se alastrava pela cidade e região. Lembra a morte do jovem Inácio Ribeiro Diehl, no dia 13 de fevereiro de 1945, possivelmente por uma quadrilha de contrabandistas de pneus, negócio criminoso responsável pela formação de algumas fortunas familiares. Recorda o assassinato do delegado de polícia Demenciano Barros de Moraes, em pleno centro da cidade. E conclui recordando a morte do ex-soldado Valpirio Dutra da Cruz, pelo major Creso de Barros Jorge Monteiro, à época, comandante do 3º Batalhão, sediado em Passo Fundo. Creso contou com o apoio de subordinados, um destes degolador durante a Revolução de 23. O Caso Creso é hoje disponível no livro *CRIMES QUE COMOVE-RAM O RIO GRANDE*, editado pelo Memorial do Ministério Público, onde pode ser lido entre as páginas 180 e 215.

Se durante a Revolução Federalista, no final do século XIX, a política passo-fundense era dirigida por José Gabriel da Silva Lima, durante as primeiras décadas do século XX, o comando político passou para Firmininho de Paula, o célebre degolador do Boi Preto (10 de abril de 1894). Durante o Estado Novo, Gomercindo dos Reis deixa claro que a política de Passo Fundo passou a ser dirigida pelo coronel Valzumiro Dutra (Op. Cit., p. 4). Episódios recentes, envolvendo indústrias que estavam praticamente acertadas para serem instaladas na Capital do Planalto indicam que as coisas não mudaram muito. Por isso, apesar de publicado há sessenta anos, *Defendendo a Verdade* é um livro atual.

Agora, é importante salientar que tanto Gomercindo dos Reis quanto Arthur Ferreira Filho, apesar de adversários políticos inconciliáveis, sabiam separar suas divergências ideológicas das questões pessoais. Tanto o que afirmo é verídico que, no ano seguinte à publicação de *Defendendo a Verdade*, a 7 de abril de 1938, estavam juntos durante a fundação do Grêmio Passo-Fundense de Letras, hoje Academia Passo-Fundense de Letras, instituição a que ambos serviram com denodo até os últimos dias de suas vidas.

Ao finalizar este artigo, deixo um sincero agradecimento à professora Nira Worm dos Reis, que me brindou com um exemplar desse livro que testemunha a importância do seu pai para a história de Passo Fundo.

A maldição do monge

(Lenda Passo-Fundense)

Ninguém consegue explicar como as lendas se formam. O certo é que elas sempre têm um pé fincado no real. Parecem explicar simbolicamente uma realidade histórica, muitas vezes ignorada pelos historiadores. É o caso do Negrinho do Pastoreio, imortalizado pela arte literária de Simões Lopes Neto, ao enfeitar o conto original com o marianismo.

Passo Fundo tem uma lenda, pouco divulgada, envolvendo uma ou mais figuras a merecer ou merecerem investigações aprofundadas de nossos historiadores regionais: o monge João Maria ou São João Maria. Sua existência é documentada.

À minha frente, falando desse beato, *Voluntários do Martírio*, livro de Ângelo Dourado, médico das tropas de Gomerindo Saraiva durante a Revolução de 1893 (fac-símile da edição de 1896, Martins Livreiro – Editor, Porto Alegre, 1979) e *Dicionário Sociolinguístico Paranaense*, de Francisco Filipak (Imprensa Oficial do Paraná, Curitiba, 2002).

O último autor (Op. cit., p. 249) conta que, no Paraná, pareceram três monges. “O segundo monge foi Anastás Marcaf, que chegou à Lapa com as tropas de Gomerindo Saraiva, durante a Revolução Federalista em 1884. Imitou em tudo a João Maria d’Agostini e intitulava-se João Maria de Jesus”.

Se é que esse Anastás Marcaf chegou à Lapa com as tropas de Gomerindo foi em 1894. Não é, porém, o que se depreende do testemunho deixado por Ângelo Dourado. Nesta última data, um morro existente nos arredores da cidade paranaense de Lapa, já era conhecido como “serro do Monge” (*Voluntários...*, p. 225). Algum outro ermitão, talvez o primeiro João Maria, deve ter estanciado por ali.

Não quero entrar nessas sutilezas históricas. Retorno a Ângelo Dourado que viveu na época do surgimento da lenda passo-fundense. Ele nos relata (p. 218ss) que retornando do Paraná, quase na divisa com o Rio Grande, chegaram a uma aldeia onde “Começam os domínios de um célebre monge que tem percorrido toda a região missioneira, plantando cruzeiros em frente das casas, designando árvores, que dizem ser sagradas onde os crentes habitantes destas regiões vão a certas noites rezar, levando cada qual um rolo de cera que acendem ali”.

O médico federalista foi conhecer o célebre monge apenas nos primeiros dias de julho, já nas proximidades de Soledade, e depois da Batalha do Pulador (27 de junho de 1894). Conta que o eremita, ainda jovem, era simpático aos revolucionários, chegando a acompanhar pelo menos um combate. Ângelo Dourado, porém, não dá nenhum testemunho pessoal dessa assistência. Com certeza o louco, como o médico define o religioso, não acompanhou as forças de Gomercindo ao Paraná. Verdade é que prestava culto a Santo Antão, tanto que edificou uma capela a esse velho monge nas proximidades de Santa Maria, bem no coração do Rio Grande.

Há poucos quilômetros de Passo Fundo, às margens da velha estrada que levava ao Botucaraí, existe a localidade de Santo Antão, onde nasci, e uma igreja a ele consagrada. É perto dali que o monge teria lançado uma maldição contra Passo Fundo.

Contam os mais velhos que São João Maria (era assim que lhe chamavam) caminhava sempre se apoiando num cajado rústico de madeira, levando um cordeirinho branco sob o braço. Numa de suas andanças pela região pediu pousada em fazenda próxima ao Bom Recreio. Foi muito bem tratado. Os filhos do fazendeiro resolveram fazer uma maldade com o santo. À noite roubaram e degolaram o carneirinho. O peregrino levantou cedo e saiu tranquilo. Os malandros ficaram observando, quando viram, ressuscitado, o animal correndo atrás do dono. Este, voltando-se, teria dito que pagariam muito caros pelo seu ato e que nada de bom prosperaria em Passo Fundo. Pior é que parece ter funcionado a praga do anacoreta.

Os maldosos e seus descendentes perderam a vida faustosa e foram mourejar de sol a sol. Os capitais gerados no Município

pela exploração da madeira, do trigo, da soja e de outras atividades têm migrado para enriquecer outras regiões. Prédios que antes abrigavam indústrias servem como pontos de promiscuidade e consumo de drogas.

Parece que ainda está por aparecer boca mais poderosa que a do São João Maria, capaz de quebrar a lendária maldição.

Gabriel Bastos, poeta e prosador

Quando estudamos a literatura passo-fundense verificamos que existem algumas personalidades significativas a nível local, e tão desconhecidas quanto nossa própria história, Gabriel Bastos, comerciante, organizador da sociedade civil, político militante, poeta e prosador é uma dessas figuras.

Delma Roendo Gehm, incansável pesquisadora, afastada da vida social por uma longa e pertinaz enfermidade, dedicou-lhe um longo ensaio, intitulado *Valores de Passo Fundo: Gabriel Bastos*, publicado em O NACIONAL, de 19 de junho de 1973, de onde retiro alguns dados biográficos para este artigo.

Gabriel Bastos, filho de Antonio José Pereira Bastos e de Joaquina da Costa Bastos, nasceu em Santa Maria no dia 9 de janeiro de 1859. Ali realizou estudos primários com o professor Alfredo Calazans. Mudou para Soledade e, posteriormente, em 1885, fixou residência em Passo Fundo.

Aqui manteve casa de comércio e casou com Lucinda Araújo Bastos, com quem teve os seguintes filhos: Alzira Bastos Guimarães, Manuel Araújo Bastos, Olga Bastos de Moraes, Mário Araújo Bastos, Alcinda Bastos Rodriguez, Cecy Bastos Quadros, Brasileiro Araújo Bastos, Edith Bastos Miranda, Americano Araújo Bastos e Hiran Araújo Bastos.

Integrou-se, desde cedo, à vida passo-fundense, elegendando-se para o 1º Conselho Municipal Constituinte, logo após a Proclamação da República, desempenhando suas funções até 15 de novembro de 1891. Exerceu o mandato de intendente (prefeito), em 1893, por cerca de um mês, até 18 de agosto, quando solicitou ao presidente (governador) Júlio de Castilhos, sua exoneração. A exemplo de tantos outros moradores de Passo Fundo, durante a Revolução Federalista, mudou-se com a família, fixando residência em Cruz Alta.

Na terra de Erico Veríssimo continuou trabalhando e envolvendo-se com a sociedade. Foi presidente do Conselho Escolar, entre 1898 e 1899, estimulando a criação de um Centro Comercial, o que só seria concretizado em 17 de junho de 1900, com a criação do Clube Comercial, do qual foi eleito primeiro vice-presidente. Manteve o jornal *A propaganda* (1900) e colaborou em *O Viajante*, *Cruz Alta*, e *Município em Revista*.

Enviuvando no ano de 1902, mais tarde, contraiu segundas núpcias com Juvência Annes Bastos, com quem não teve filhos. Nesse ano retornou a Passo Fundo, sendo um dos pioneiros da indústria madeireira. Colaborou nos jornais *Echo da Verdade*, *17 de Julho*, *O Gaúcho* e *O NACIONAL*. Continuou sua atividade política no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), exercendo diversos cargos públicos, inclusive de vice-intendente (vice-prefeito) nos quadriênios 1908-1912 e 1920-1924.

A 7 de abril de 1938 estava entre os fundadores do Grêmio Passo-Fundense de Letras, o mais velho deles. A associação despertou a produtividade intelectual de Gabriel Bastos, culminando com a publicação de três livros.

Já sexagenário continuava estudioso incansável. Assim, quando os “gremistas” decidiram os associados deveriam responsabilizar-se pela elaboração e apresentação de trabalhos literários nas reuniões Gabriel Bastos levou a determinação como uma questão de honra. E se lançou à pesquisa sobre um tema que aguça a imaginação humana há mais de dois mil anos: o continente perdido da Atlântida.

Em 3 de novembro de 1939 encontramos o “velho” apresentando a seus consócios uma palestra sobre *A dor como expressão estética*. E não parou mais. A 12 de abril do ano seguinte já está na terceira conferência sobre *A Atlântida*. Em 16 de maio de 1941 desenvolve a quarta palestra sobre o continente lendário. Pouco mais de um ano depois, a 17 de julho de 1942, Gabriel Bastos entrega os originais de seu livro ao Grêmio Passo-Fundense de Letras. José Pedro Pinheiro, bispo da Igreja Metodista, é encarregado de emitir parecer sobre a obra. A análise, altamente elogiosa, é lida a 28 de agosto. Túlio Fontoura, outro fundador do Grêmio, se prontifica a publicar o livro a ser composto na linotipo do *DIÁRIO DA MANHÃ*.

Antes que se concretizasse a divulgação em volume das conferências do Grêmio Passo-Fundense de Letras, Gabriel Bastos deu ao público um livro reunindo poemas de sua lavra e alguns de seu pai. *Da Mocidade à Velhice* (Tipografia Independência. Passo Fundo, 1944) enfeixa poemas tradicionais, como já tive a oportunidade de comentar em *Alguns poetas passo-fundenses* (Revista *Água da Fonte*, da Academia Passo-Fundense de Letras, ano 1, nº, p. 7-8), o que mostra a pluralidade de interesses culturais do Autor.

Não sabemos qual o motivo que retardou a edição de *A Atlântida*, só dada a lume no ano de 1948, pelas “Of. Gráficas da CITA Editora Ltda.”, de Porto Alegre. O livro, com 182 páginas, tem uma apresentação do historiador Walter Spalding (p. 6-7), algumas ilustrações de Geolar Caminha e o parecer de José Pedro Pinheiro, secretário geral do Grêmio Passo-Fundense de Letras (p. 11-13). Também deixou um pequeno folheto contendo conferência que pronunciou na Liga de Defesa Nacional de Passo Fundo, da qual foi presidente.

Gabriel Bastos cita autores antigos e modernos para discutir a localização desse continente que teria desaparecido sob águas oceânicas, após ter visto florescer uma vigorosa civilização. Divergindo daqueles que localizavam a Atlântida no oceano que se ao nome, nosso escritor a coloca “ao sul da Ásia, mais ou menos próxima à China, na direção de norte para sueste” (p. 23). Avança, ainda em considerações sobre outros “continentes desaparecidos”, como a Lemúria, a Gondwana e avança em discussões quanto a datações geológicas e considerações astronômicas.

Como é sabido os debates sobre os “continentes desaparecidos” são infundáveis, emergindo das sociedades secretas. Nessa mistura entre o histórico, o mítico e o religioso, é muito difícil separar o falso do verdadeiro.

Gabriel Bastos não ficaria nesse livro. Em 1950 saía dos prelos das “Of. Gráficas da Liv. Nacional – Av. Brasil, 533 – P. Fundo –”, um pequeno volume de 36 páginas, intitulado *Aborígenes Pan-Americanos*, com uma nota introdutória do historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira. É, na verdade, uma continuação de *A Atlântida*. Em linhas gerais defende a tese de que, as terras que constituem a Austrália, arquipélagos e ilhas

do Pacífico procedam, como a América do mesmo continente disperso, a Atlântida, enxergando nas diferentes tribos nativas da América restos dispersos dos primitivos moradores daquele território lendário.

Bem escritos, embora questionáveis como todos os livros polêmicos, *A Atlântida e Aborígenes Pan-Americanos* ficaram como registros da ação cultural de um homem que as atividades práticas, “imediatistas”, da vida revelaram-se incapazes de afastá-lo das preocupações culturais. A idade avançada em nada arrefeceu produtividade do escritor. Antes, pelo contrário, parece que o estimulou a escrever. Ultrapassou os noventa anos de idade estudando e escrevendo.

Gabriel Bastos faleceu a 25 de julho de 1950, no mesmo ano da publicação de *Aborígenes Pan-Americanos*. Independente de qualquer juízo de valor sobre a obra literária de Gabriel Bastos, o seu exemplo de ativista cultural já o recomenda à consideração dos passo-fundenses.

Gabriel Bastos é um desmentido histórico que pode – e deve – ser lançado à face de tantos quantos usem a falta de tempo e a idade para fugirem aos compromissos com a coletividade.
(Revista Água da Fonte, n. 4, Abril de 2006.)



1883/2009 – 116 Anos de Ativismo Cultural

Há poucos dias recebi do professor e cônego Elídio Alcides Guareschi, com a incumbência de transferir ao acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo uma cópia datilografada de *CLUBE LITERÁRIO AMOR À INSTRUÇÃO – Esboço Histórico* –, de autoria de Nicolau Araújo Vergueiro.

Nicolau de Araújo Vergueiro foi um dos mais importantes políticos passo-fundenses da primeira metade do século passado. “Herdeiro”, do caudilhismo local personificado na pessoa do coronel Gervásio Lucas Annes, enfrentou a contestação dos “coronéis de macega” e dos rúbulas que se beneficiavam do clientelismo, que vicejava em torno da ditadura borgista instituída pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Contra o “Dr. Vergueiro” levantava-se a barreira de sua formação superior de médico e farmacêutico, que o afastava do círculo semi-instruído dos “coronéis de macega” e do bacharelismo clássico dos bacharéis formados e da rabulagem não diplomada nas Faculdades de Direito.

Nicolau de Araújo Vergueiro conta que, certa feita ficou sabendo que se encontravam nos porões do prédio da atual Academia Passo-Fundense de Letras dois caixões com livros e papéis antigos. Foi examiná-los e ali encontrou um livro que pertencera a seu pai, volumes contendo atas, registro de sócios, receita e despesa e a tentativa de reorganizar o Clube Literário Amor à Instrução. Em sua maioria acabaram incinerados, como de hábito se fez com documentos antigos.

Com os documentos que preservou reconstituiu escreveu, em 1954, parte da história do Clube Literário Amor à Instrução, fundado no dia 15 de fevereiro de 1883, tendo como presidente Gasparino Lucas Annes, cujos auxiliares diretos foram

Diogo de Oliveira Penteadó, Felício Bianchi e Pedro Lopes de Oliveira, únicos sócios fundadores. Do Clube fizeram parte personalidades que desempenhariam importantes papéis na história passo-fundense, entre as quais: Antônio Manoel de Araújo, Adão Schell, Aníbal Di Primio, Belisário de Lima, Dr. Cândido Lopes de Oliveira, Diogo de Oliveira Penteadó, Diogo da Silva Rocha, Eduardo Augusto da Silva Britto, Frederico Graeff, Fernando Goelzer, Francisco Prestes, Coronel Francisco Marques Xavier (Chicuta), Gervásio Lucas Annes, Gabriel Pereira da Costa Bastos, Joaquim Gonçalves Gomide, Jerônimo Lucas Annes, José Claro de Oliveira, João Vergueiro, Jorge Moogen, José Pinto de Moraes, Leôncio Amandio Ozama Rico, Lucas José de Araújo, Marcelino Ramos da Silva, Martim Francisco do Amaral Monteiro, Pedro Lopes de Oliveira (Coronel Lólico), Pantaleão Ferreira Prestes, Teófilo Rodrigues da Silva e Tomaz Canfield.

Ao longo de sua existência o Clube Literário Amor à Instrução foi presidido por Gasparino Lucas Annes, Gervásio Lucas Annes, Pedro Lopes de Oliveira, Jerônimo Fernandes de Oliveira, Francisco Prestes, Tomé Gonçalves Ferreira Mendes, Gabriel Pereira da Costa Bastos, Daniel Manoel de Araújo, Joaquim Gonçalves Gomide, Dr. Domingos Augusto de Azevedo, Antônio Manoel de Araújo, Afonso Caetano de Souza e Tomás Canfield.

O Clube mantinha uma rica biblioteca, onde se destacavam autores que se tornaram clássicos, como Fagundes Varela, Melo de Moraes, Alexandre Dumas, Aluizio Azevedo, Pinheiro Chagas, Camilo Castelo Branco, Voltaire, Tomás Antonio Gonzaga, Almeida Garret, Chateaubriand, Lord Byron, Júlio Verne e Guerra Jongueiro. Além disso, podiam ser encontrados diversos dicionários, muitos volumes com discursos e até uma edição do Alcorão, em francês. Além dos livros oferecia diversos jornais aos associados.

Outras atividades desenvolvidas pelo Clube Literário Amor à Instrução eram a leitura de trabalhos, em prosa e versos, não apenas dos seus associados. Recebia solenemente autoridades e comemorava datas magnas. Também eram discutidas, nas sessões semanais, teses propostas nas reuniões anteriores.



Nicolau de Araújo Vergueiro transmitiu-nos diversos desses temas, alguns dos quais aqui vão transcritos, com os nomes dos respectivos proponentes. Ei-los: “Até onde vai o amor de mãe?”, de Gasparino Lucas Annes; “São benéficos os resultados produzidos pela instrução popular?”, de Antônio Stenzel Filho; “O que é o direito diante da força?”, de Gervasio Lucas Annes; “Existe ou não revelação nos sonhos”, do Dr. Cândido Lopes de Oliveira. Esses assuntos eram motivos para “brilhantes, acalorados debates”, na expressão literal de Nicolau de Araújo Vergueiro. O Autor destaca pela participação nesses debates os associados Dr. Domingos Augusto de Azevedo, Gasparino Lucas Annes, Tomé Gonçalves Ferreira Mendes, Gervásio Lucas Annes, Gabriel Pereira da Costa Bastos, Dr. Cândido Lopes de Oliveira, Antônio Stenzel Filho, Pantaleão Ferreira Prestes, Maurício Nunes de Almeida, Antônio Manoel de Araújo e Olegário Caldeira.

O Clube, que começou a funcionar, à Avenida Brasil Oeste 926, em prédio há décadas demolido, cobrava uma mensalidade de 1\$000 rs. e pagava a importância considerada ponderável de 10\$000 por mês para o bibliotecário da entidade. Sua segunda sede foi numa casa de propriedade de Jesuíno Bordalo, que ficava no lado direito do atual Museu de Artes Visuais Ruth Schneider. Mais tarde construiu sede própria, em terreno comprado de Pedro Schleder Filho e Lourenço Máximo de Barros.

Em 1891, o Clube União Recreativo engrossou a entidade. A última ata do Amor à Instrução foi lavrada a 3 de setembro de 1892. O Estado vivia clima pré-revolucionário, que culminaria, no ano seguinte, com a Revolução Federalista.

O Clube Literário Amor à Instrução participou da “revolução da degola”, organizando a guarda republicana, constituída de aproximadamente cem voluntários, sob o comando geral do coronel Gervásio Lucas Annes, o comando efetivo do major Eduardo Augusto de Souza Britto e o tenente porta-estandarte Otávio Miranda dos Santos. Os demais integrantes eram simples soldados. O Clube possuía uma banda de música, que foi incorporada à Guarda Republicana. Esta recebeu o apelido de “Treme-Terra” e participou pelo menos da maioria dos combates ocorridos em Passo Fundo, no período revolucionário. A banda do “Treme-Terra” tocou durante horas, na tarde de 8

de fevereiro de 1894, para abafar o clamor de mais de 120 maragatos feridos que eram executados pelas forças republicanas. Destas, um dos comandantes mais importantes era Antônio Augusto Borges de Medeiros.

As atividades culturais do clube cessaram durante a Revolução Federalista. A sede transformada em local de treinamento e aquartelamento das forças governistas, e até como hospital de emergência. “A sua biblioteca virou estilhas... livros desemparelhados, rasgados... em fim, verdadeiramente fragmentada e inutilizada”, retrata Nicolau de Araújo Vergueiro.

Em 1º de fevereiro de 1899, passada a “revolução da degola” aconteceu uma reunião para reorganizar o Clube. Participaram Gervásio Lucas Annes, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Brasília Gabriel de Oliveira Lima, Claro Pereira Gomes, Padre Cavalcanti, Benjamim Franklin de Oliveira Xavier, José Maria de Oliveira, Armando Araújo Annes, Francisco Moretti e Jovino de Oliveira Lima. Elegeu-se a seguinte diretoria: Francisco Antonino Xavier e Oliveira, presidente; Claro Pereira Gomes, tesoureiro e Brasília Gabriel de Oliveira Lima, secretário.

“Apesar do ardor manifestado, a ideia não foi avante... e o Clube não mais teve vida. Faltou-lhes, nessa ocasião, a energia invulgar, a tenacidade e o entusiasmo de Gasparino Lucas Annes, então já falecido e que foi, de maneira incontestável, a grande alma, o mais vigoroso e animoso sócio do Clube”, sentença Nicolau de Araújo Vergueiro.

Quando analisamos as atividades do Clube Literário Amor à Instrução saltam à vista duas iniciativas importantes: a organização de uma biblioteca, de enormes proporções em relação à população alfabetizada, e a realização de debates sobre temas determinados com antecedência. E se confrontamos essas práticas com as atividades do Grêmio Passo-Fundense de Letras, fundado no dia 7 de abril de 1938, vemos que essas duas práticas têm continuidade na instituição que, a 7 de abril de 1961, se transformaria na atual Academia Passo-Fundense de Letras.

Essa continuidade, embora um lapso de tempo, de quatro décadas entre o Clube e o Grêmio, não é mera coincidência, pois entre os 25 fundadores da segunda entidade encontramos pelo menos três sobreviventes da primeira: Herculano Araújo



Annes, Gabriel Pereira da Costa Bastos e Antonino Xavier e Oliveira, estes dois foram presidentes do Clube.

Uma das primeiras iniciativas do Grêmio Passo-Fundense de Letras foi propor a criação da Biblioteca Pública Municipal de Passo Fundo, conjuntamente com o Rotary Club, o que foi materializado através da aquisição de livros, pelo próprio sodalício. O reconhecimento oficial veio através do Decreto nº 6, de 2 de abril de 1940 com o qual o prefeito Arthur Ferreira Filho, fundador e primeiro presidente da novel entidade, criou a Biblioteca.

Ao longo de anos, o Grêmio Passo-Fundense de Letras realizou debates e palestras, sobre temas predeterminados, a exemplo do Amor à Instrução. Algumas delas, como as proferidas por Gabriel Bastos, antigo presidente do Clube, acabaram resultando nos livros *A Atlântida* (1948) e *Aborígenes Pan-Americanos*, dado a lume dois anos depois.

Passo Fundo é uma cidade orgulhosa do seu presente cultural. A Academia Passo-Fundense de Letras é uma das mais antigas e atuantes do interior brasileiro. A Universidade de Passo Fundo, gestada no seio do então Grêmio Passo-Fundense de Letras, é pioneira e vanguardeira em vastas áreas do Rio Grande do Sul Santa Catarina e Paraná. O Movimento Tradicionalista Gaúcho, também concebido em reuniões acadêmicas no velho prédio da Academia, deram a Passo Fundo o título de “Cidade Mais Gaúcha do Rio Grande”. As Jornadas Nacionais e a Jornadinha Literária levaram Passo Fundo ao reconhecimento de Capital Nacional e Capital Estadual da Literatura, por força de Lei. Nossos dois diários estão entre os mais antigos do Estado. A imprensa e demais veículos de comunicação locais exercem influência regional. A indústria gráfica passo-fundense é uma referência positiva há quase um século. Tudo isso se insere num processo que recua, no mínimo a 15 de fevereiro de 1883, quando foi fundado o Clube Literário Amor à Instrução. Recua no mínimo àquela data, observemos, se é que o Clube União Recreativo que se lhe fundiu em 1891, não é anterior.

Passo Fundo é uma cidade orgulhosa do seu presente cultural. Deve orgulhar-se ainda mais do seu passado, passado que

nos aumenta a responsabilidade. Representamos uma tradição mais do que secular, que nos eleva às alturas das cidades culturalmente mais ativas do Brasil. E tantas delas muitíssimo mais antigas do que nossa comuna. Somos, pois, num trocadilho com a História, uma ponte entre o passado e o futuro, erguida sobre os alicerces do amor à instrução.

Uma Terra à Procura do Céu

Graças a meu confrade Gilberto R. Cunha, depois de uns 30 anos, reencontro-me com *Uma Terra à Procura do Céu* (Instituto Social Pe. Berthier, 1966, 319 páginas, Passo Fundo). Lembro-me que em princípios dos anos 1970 andei lendo alguns trechos do romance de Gilberto Borges. O jovem romancista, cedo abandonaria a ficção, formando-se engenheiro agrônomo, e optando pelo prosaísmo da vida prática, que o levaria, alguns anos depois, à imprensa agrícola, através do jornal *Plantio Direto*, transformado na revista que ainda mantém o mesmo nome.

Devo, a bem da verdade, reconhecer que o exemplar tido em mãos há cerca de três décadas pertencia ou a Ubiratan Porto, poeta, hoje residindo em Capão da Canoa, ou a um outro companheiro do Grupo Literário “Nova Geração”, que movimentou os meios culturais de Passo Fundo entre 1970 e 1980. Pouco me lembrava da trama, tendo como personagem central o fazendeiro Francisco Costa, tornado esquipático pela orfanidade temporã. Nascido pelas alturas do Mato Castelhano ao redor de 1887 sua história se passa entre 1917 e aproximadamente 1945.

Gilberto Borges nos apresenta algumas passagens históricas como o “cerco de Passo Fundo” pelos assistas, em janeiro de 1923, e o ataque, em Giareta, à composição ferroviária que transportava o general chimango Firmininho de Paula para retomar Erechim ocupada pelo general libertador Felipe Portinho. O romancista descreve a mistura entre revolução e banditismo, com grupos de facínoras aproveitando o conflito para saquearem propriedades e cometerem todo tipo de violências contra pessoas.

Francisco, já casado com a argentina Maria Cortez, participa da Revolução de 1923 mais como forma de libertação,

espécie de esconjuro de seus demônios interiores, motivo que o levaria a tomar parte na Revolução de 30, agindo heroicamente em Itararé. Retorna para encontrar Maria com a saúde abalada. Engravidada pela terceira vez e morre no parto. O filho, Chico, tem o nome e praticamente as mesmas características esquisitas do pai, tanto que os irmãos mais velhos, Libório e Roberto, são enviados para estudar em Porto Alegre, enquanto ele permanece na fazenda.

Já quarentão e viúvo há vários anos, o fazendeiro encontra o amor na professora Sandra, enfrentando a oposição de Chico, que costuma vagar pelos campos e matos, sendo, várias vezes, definido como “bicho”. Apegado à memória materna, apresenta um violento complexo de Édipo, que o leva a investigar a vida da mãe, descobrindo que não era feliz com o pai e que tivera relacionamento íntimo, antes do casamento, com o fêmeiro Olívio, filho do bodegueiro José Ramos. Esses achamentos desmitificam a rainha Jocasta, abrindo caminho para que o “mito” se materialize através do casamento de Chico com a jovem vizinha Maria Souza, com a qual some, no mundo e da história.

O desaparecimento de Chico/Édipo com Maria/Jocasta, deixa o caminho livre para Francisco/Laio encontrar felicidade com a professora Suzana, espécie de Sofia.

O próprio velho maltrapilho e barbudo (p. 264) que Chico encontra num mato e lhe profetiza a descoberta, não antes dos dezoito anos, de um tesouro enterrado, personifica Políbio, outra figura edipiana. De fato, na data em que atinge aquela idade, mesmo dia em que sua mãe falecera, enquanto Francisco festeja as segundas núpcias, ele encontra a fortuna prometida, que o permite libertar-se dos seus complexos ao sumir-se com a sua Jocasta.

Obra de um escritor bastante jovem, mesmo não ficando presa aos estreitos limites folhetinescos e regionalistas, *Uma Terra à Procura do Céu*, necessariamente, pagaria tributos à idade do Autor. Embora um certo fatalismo naturalista, pois as tragédias acontecem na Primavera e o renascimento no Inverno, estação em que termina o romance, e que também se manifesta no sentido edipiano do entre-texto, Gilberto Borges entrou para a história da literatura passo-fundense como a me-

lhor promessa de ficcionista que tivemos. Pena, que tenha ficado apenas na promessa e que a raridade de seu livro permita somente a alguns privilegiados, entre os quais agora me incluo, o prazer de degustar essas páginas escritas há quase quatro décadas.

Gilberto Borges não está mais entre nós. Queira Deus que ele tenha alcançado o paraíso que nossa terra continua a procurar, pois o seu talento literário não encontrou o céu merecido.

O 19 de Novembro da Academia Passo-Fundense de Letras

Hoje foi um dia muito importante para a Academia Passo-Fundense de Letras.

Reunidos em Assembleia Geral, os acadêmicos marcaram a Eleição da Diretoria o próximo dia 17 de dezembro para o biênio 2012-2014. A maioria dos confrades decidiu tudo exigindo o cumprimento do Estatuto e dos regimentos internos. Num país, onde há um desrespeito pleno às leis é um grande fato.

Outro grande momento foi a decisão do acadêmico Osvandré Lech por seu nome à disposição dos demais confrades para presidir o sodalício. Conhecemo-nos desde os tempos em que estudávamos no velho CENAV, hoje Escola Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro. Estudante aplicado, jamais deixou de participar ativamente da vida escolar, em especial na Banda e nos esportes, em tudo se destacando.

Osvandré esta deixando a presidência da SBOT – Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – cargo para o qual foi preparado ao longo dos anos. Como é do seu feitio, age às claras. E jamais escondeu de ninguém o seu sonho de presidir a Academia Passo-Fundense de Letras, depois que concluisse a carreira como dirigente daquela Sociedade. E concluiu, culturalmente, com chave de outro: promovendo a edição de exata de uma dezena de livros, dois com a tinta de sua operosa caneta.

Como acadêmico, apesar de sua vida profissional fatigante e de outros compromissos de classe, tornou-se um cientista reconhecido internacionalmente e um escritor prolífico. Foi o principal responsável pela publicação de *Os 150 Momentos Mais Importantes da História de Passo Fundo*, obra coletiva e a mais importante e atualizada até hoje escrita sobre a história local. Osvandré Lech é, na minha modestíssima opinião, o nome do momento para presidir a Academia Passo-Fundense de Letras.

Confesso que me senti honrado quando recebi seu telefonema, já nas proximidades da sede do sodalício, confirmando seu desejo de presidir a Academia a partir do próximo ano. E dizendo que estava mandando uma proposta de comando acadêmico, através do confrade Gilberto Cunha – outro escritor prolífico e cientista reconhecido internacionalmente, confirmando sua vontade de que o máximo de confrades deve participar ativamente dos destinos da confraria literária.

No dia 10 do corrente, cheguei a elaborar o modelo de uma “carta aberta” aos demais confrades, defendendo que, apenas em extrema excepcionalidade, ex-presidentes retornem ao cargo. Para mim esse é o verdadeiro espírito fixado na proibição estatutária a reeleição para mandados consecutivos dos presidentes da Academia.

Entendo – e disse isso durante a Assembleia Geral de hoje – que todos, mas absolutamente todos os acadêmicos e acadêmicas, desde que assim o desejem, podem e devem exercer a função presidencial.

Entendo, também, que a ambição a reconduções sucessivas à Presidência de qualquer instituição, a mim me parece, um desrespeito aos demais consócios, em não sendo manifestação explícita de vaidade doentia. E mais: o momento presente nos ensina que os déspotas estão sendo lançados no aterro sanitário da História.

Sinto que pelo menos um confrade e uma confrreira desejam presidir a Academia Passo-Fundense de Letras, embora essa vontade não tenha ainda sido externada publicamente. Ótimo. É a garantia de que, pelo menos, durante os próximos seis anos, seremos bem conduzidos. E por quê? Porque já demonstraram amor à casa e comprovaram capacidade de trabalho.

Imortalidade à casa dos imortais passo-fundenses!



Os cento e cinquenta momentos mais importantes na História de Passo Fundo

Passo Fundo não conhece sua história. É uma triste, mas inevitável afirmativa. Tanto isso é verdade que já deveríamos estar comemorando o centenário de emancipação político-administrativa do Município, em respeito à data real em que ocorre: 28 de janeiro de 1857, quanto o então presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Jerônimo Francisco Coelho, assinou a Lei nº 340. Deveríamos, também, estar prontos para solenizar o sesquicentenário da instalação da Câmara Municipal, que aconteceu em meio a festejos memoráveis, no 7 de agosto daquele mesmo ano.

A Academia Passo-Fundense de Letras, fiel ao respeito que se deve à verdade, inclusive à verdade histórica, transforma em realidade o projeto *150 Momentos Mais Importantes na História de Passo Fundo*. Questionários foram enviados a personalidades da comunidade, que tiveram os nomes selecionados em reuniões do sodalício. E as respostas já chegam ao prédio histórico, que leva o nº 792, da Avenida Brasil, junto ao antigo paço municipal.

A ideia do médico e escritor Osvandré Lech, abraçada pela Academia, repercute profundamente. Conterrâneos vivendo em plagas distantes, enviam contribuições para o projeto, que culminará em um livro, a ser lançado na Semana do Sesquicentenário da Instalação da Câmara de Vereadores, transformada em Semana do Município.

Temos uma história riquíssima, iniciada em 1632, com a Redução de Santa Teresa, destruída no dia 23 de dezembro de 1637 por uma bandeira paulista, que prendeu mais de quatro mil índios, conduzidos a São Paulo. Os bandeirantes, deixaram marcas profundas, inclusive um fortim de pedra, que funda-

mentou os argumentos do Barão do Rio Branco, para garantir a posse definitiva desta parte do país, que era, há pouco mais de um século, reivindicada pela Argentina.

Em fins de 1827 aqui chegou o cabo de milícias Manuel José das Neves, com uma autorização do Exército Brasileiro, para ocupar o local onde hoje se situa a maior parte da Cidade. Ergueu casa, galpões e senzala nas proximidades da atual Praça Tamandaré.

Logo os tentáculos do Estado se fizeram presentes. E não sob forma de órgãos de proteção à segurança, à educação ou à saúde, mas com um “pedágio” concedido ao capitão Joaquim Fagundes dos Reis. O Estado veio para cobrar impostos sobre as tropas, o charque, a erva-mate, encarecendo os produtos da terra.

As atividades produtivas despertaram a ganância das autoridades. E a riqueza cresceu com a população de paulistas, paranaenses e lagunenses, que geraram os primeiros moradores brancos e mestiços de nossa terra. Nem a ganância dos governantes, nem a violência da Revolução Farroupilha, que provocou o êxodo dos primeiros colonizadores e não poupou os indígenas locais, atacando os caingangues do cacique Marau e arrasando a aldeia guarani do Barro Preto, conseguiu destruir o tipo civilização que aqui era introduzida.

Vieram a Guerra Contra o Paraguai e a Revolução Federalista, com os passo-fundenses se destacando em ambas as hecatombes. Todos esses fatos se nos apresentam destituídos de importância porque não nos aprofundamos nos acontecimentos locais, preferindo flutuar na história oficial do Rio Grande do Sul. Esta, no geral, foi, é e continua sendo escrita por áulicos, que transformam a pena em chapéu que, de joelhos, levantam à esmola dos poderosos.

A chegada da estrada de ferro, que contribuiu para que o Município entrasse numa nova época merecerá um tópico especial. As colônias instaladas no território passo-fundense durante o domínio exercido pelo Partido Republicano Rio-Grandense e que resultaram em hoje prósperas cidades, são fatos importantes que não podem ser ignorados. A Revolução de 1923, aqui iniciada no Pulador, com armamento improvisado, culminando no semicercos de Passo Fundo, será lembrada. A Revolução de

30, a participação dos passo-fundenses na Força Expedicionária Brasileira e a Capital do Estado, aqui instalada a 1º de abril de 1964, são fatos relevantes.

Em termos culturais não podemos esquecer as iniciativas que realizamos desde o século XIX, a começar no dia 15 de fevereiro de 1883, com a fundação do Clube Amor à Instrução, perpassando todo o século passado, com a Academia Passo-Fundense de Letras, o Grupo de Teatro Amador Delórges Caminha, o Instituto Histórico e Geográfico de Passo Fundo, os centros de tradições gaúchas, a Jornada Nacional de Literatura, o Festival Internacional de Folclore, o Rodeio Internacional, e tantas outras atividades culturais.

Continuando em área afim, não se olvidará a presença dos Irmãos Maristas, de outros educadores e educadoras católicos e dos metodistas, com o Instituto Educacional. Também as iniciativas dos poderes públicos, com escolas que se tornaram referências regionais: Protásio Alves, EENAV, Cecy Leite Costa e Fagundes dos Reis, são fatos que marcaram a história local. O ensino superior, ideia de um homem injustamente esquecido, o professor Antônio Donin, abraçada pelo então Grêmio Passo-Fundense de Letras, hoje representado por diversas escolas universitárias, estará presente na obra em execução pela Academia. Registrar-se-ão o Círculo Operário Passo-Fundense, e sua tradicional escola, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sua instituição educacional.

A presença da imprensa passo-fundense, através da história de nossos dois diários, os dos demais periódicos e outros meios de comunicação de massa, em que fizemos a vanguarda nesta parte do território nacional, devem merecer referências condignas.

Outros pontos que resgatados devem dizer respeito à história econômica do Município, desde as tropas de mulas - assunto em que temos uma autoridade, o Dr. Pedro Ari Veríssimo da Fonseca -, as indústrias da erva-mate e das madeiras, a produção de trigo e soja e tantas outras iniciativas que tiveram o pioneirismo entre nossos ancestrais.

Acolhero *a lo bruto*, para usar uma expressão crioula, alguns pontos que começam a merecer lembrança daqueles que

discutem o livro em elaboração pela Academia Passo-Fundense de Letras. Nossos confrades conhecem e dominam muitos desses temas. Entretanto, é propósito do projeto *150 Momentos Mais Importantes na História de Passo Fundo* que outras pessoas da comunidade também contribuam escrevendo sobre os temas propostos. Não somos um “grupo de velhinhos que se reúnem para tomar chá”, como alguém poderia escrever durante um surto de inspiração etílica. A Academia é representativa da sociedade em que está inserida. Por isso, a repercussão da proposta e a riqueza das contribuições oferecidas por elementos representativos dos mais diferentes setores que contribuem para que Passo Fundo seja uma das mais influentes cidades do Rio Grande do Sul.

Um Bocage de Bombachas

Na tarde quente de 21 de dezembro de 1958 era sepultado no Cemitério da Vera Cruz, em Passo Fundo, o poeta André Pitthan. Tinha ao pescoço o lenço vermelho dos maragatos e libertadores. Deixava inédito, ainda em organização, um livro de poemas intitulado *LANDAS*, que seria impresso pela Gráfica e Papelaria Andradas, de Porto Alegre, s/d (1963).

Neto do imigrante alemão Cristian Adolf Pitthan, que chegou ao Brasil em 1824 e, após passar por São Leopoldo, fixaria residência em Cruz Alta, André Pitthan nasceu em Santa Bárbara no dia 9 de julho de 1894. Em 1922, abandonou o cargo de escrivão distrital de sua terra, aderindo à Revolução de 23, no posto de capitão, sob o comando do Gal, Menna Barreto. No desenrolar daquele movimento armado ligou-se às forças do Gal. Felipe Portinho, comandando o policiamento de Erexim, tendo exercido as funções de tesoureiro (secretário da fazenda) durante o governo revolucionário naquele município.

Mais tarde seria sub-prefeito de Santa Bárbara e trabalharia árdua, mas honestamente para sustentar a família, constituída em 1928, ao casar-se com Elvira Salles Pitthan, após um noivado de nove anos. Desse consórcio nasceram duas filhas e três filhos. Dois destes, Romeu e Ruy, são poetas. Aliás dois primos seus, Atolício Theodoro Pitthan (1898-1966) e Nelson Pitthan (1913-1937) deixaram livros de versos publicados.

Sem ter cursado escolas regulares, mas leitor ávido, conseguiu formação cultural acima da média de seu tempo. Seus poemas denotam influências de poetas como Castro Alves e Gonçalves Dias. Seguramente, conhecia Bocage, célebre satírico português (1766-1805). Deste herdou o uso característico das palavras ferinas, como veremos nos poemas abaixo. Influência

inegável é de ANTÔNIO CHIMANGO, o poema publicado por Ramiro Barcellos em 1915, sob o pseudônimo de Amaro Juvenal. O maior poema gauchesco de língua portuguesa transformar-se-ia em verdadeiro hino de contestação ao borgismo, declamado nos acampamentos libertadores de 23, e, com certeza, bem conhecido de nosso capitão libertador.

Seus poemas, muitos divulgados sob os pseudônimos de Andrewacha e Zé... Ferino, satirizavam seus tradicionais adversários políticos: os borgistas e os trabalhistas.

A seguir transcreve dois exemplos. O primeiro é dedicado a um famoso chefe municipal dos chimangos. Tal era a raiva que tinha do parente maragato que se deu um presente de aniversário: a prisão do poeta. Por isso este sempre lembrava a data. No título está subentendido o apelido do caudilho. E um libelo viperino. Começa pela comparação com outros quatro seres, três deles guampudos: capricórnio (covarde), boi (corno), belzebu (mau) e nanica (pederasta passivo). E a filiação bocageana de que falei acima. Eis o poema:

TU... TU... CHO-ÉGUA

Ao 10 de abril

*No zodíaco, serias capricórnio,
Na fazenda, o mais manso boi carreiro,
No inferno, o próprio belzebu,
Mas serias a nanica no terreiro,
Sempre dócil a todos os caprichos
De mil galos que subam ao poleiro.*

*Viscoso e rastejante como a lesma,
Teu habitat é o cisco do monturo,
Vives do imediato e do presente,
Sem vislumbrar um raio do futuro.
A luz te cega como cega o vampiro,
Por isso é que só vives no escuro.*



*Frio e repelente como o sapo,
Cuja baba malsina e causa nojo,
Com os fracos – és bárbaro e insolente,
Aos potentados – vais beijar de rojo.
Ninguém pode, siquer, imaginar
Toda a maldade que te enche o bojo.*

*Mas o remorso – o caçador de feras,
Na expressão lapidar de um grande vate,
Com uma constância que jamais se abate,
Como um Deus implacável, vingador,
Para pulgar de tua alma essa sujeira.
Há de levar-te a um galho de figueira
Como outrora levava o traidor.*

*E já antevejo a hórrida careta
Que fará a tua cara suja e preta
Como cuia curtida pelo mate,
Mostrando dos esgares no intervalo
Essa horrenda dentuça de cavalo,
Virgem de escova e virgem de colgate...*

O segundo exemplo é o poema *AVENTURAS DE UM “DOM JUAN”*. O fato é real. O “doutor”, que seria um rábula trabalhista, foi alvejado nas nádegas, quando escalava a janela do quarto em que dormia a empregada de um conhecido comerciante de nome Carlan:

AVENTURAS DE UM “DOM JUAN”

*Vou narrar uma comédia
Que quase virou tragédia,
Em que foi parte um D. Juan,
E começo: – “Era uma vez...
Os atores foram três:
Ele, a criada e o Carlan.*

*O nativo Lovellace,
Revelando a sua classe
De arrojado “conquerant”
Sentindo o seu peito em brasa,
Como um galo arrasta a asa,
À criada do Carlan.*

*E tanto chorou por ela
Que um dia abriu-se a janela,
Por onde iria o “doutor”
Estreitar, enfim, nos braços,
Entre beijos e abraços,
A dama do seu amor.*

*Mas foi caipora o galã,
Por que o percebe o Carlan,
No momento da escalada,
E, aperrando uma garrucha,
Desfechou-lhe à queima-bucha,
Na parte já mencionada*

*(Ou seja, a parte rotunda...
Onde a carne mais abunda.)
Por boca de outro se minto,
Mas dizem que foi ao Quinto
Para fazer curativo,
Prometendo pagar bem,*

*Se não contasse a ninguém
E lhe desse um lenitivo
Ficou dez dias de bruço
E, entre um gemido e um soluço,
Balbuciava o nome dela,
Maldizendo a desventura
Da malfadada aventura
Quando pulava a janela.*

*Depois de um breve intervalo:
– Me chamaste de cavalo,
(Pois só cavalo é lunanco)
E vais me pagar agora
Porque a mangaço e à espora
Te faço acertar o tranco.*



*Já jurei que não descanso
Enquanto não ver-te manso
De qualquer guri montar;
E hei de te baixar a ripa
Até puchares a pipa
Sem ninguém te cabrestear.*

*Eu, que em mais duros de lombo
Já montei sem levar tombo,
Esporiando na paleta,
Nem por mandinga ou feitiço
Irei cair de um petiço
Náfego, troncho e maceta.*

*Te ficaria a preceito
Um cogotilho bem feito
E uma franjinha de china,
Porém, não posso fazê-lo
Por que te falta o cabelo
– Tens mais cola do que crina...*

*Fiques como Deus te fez!
Dos cascos e ferraduras
Falaremos outra vez... (Do Jornal Rotta, 23/12/1998.)*

Um romance passo-fundense

Não é todo dia que um romance é publicado em Passo Fundo. E não é todo dia que um escritor estreia aos 77 anos.

Marconi De Césaró não é nenhum Graciliano Ramos ou um Mário Palmério, que já nasceram para a vida literária, direto para a imortalidade, crescidos em anos. Nenhum deles tinha a idade do nosso novo escritor.

Bocas Amargas (Edição do Autor, Passo Fundo, 2003) é a história de um grupo de metalúrgicos que trabalham em Vila Cruz, cidade do interior gaúcho. Ali, vão levando suas vidinhas, ora entocados na indústria, já decadente, ora em sua vila, numa cidade que é Vila. Veja-se a semelhança entre estas quatro palavras: Vila, vida, vilinha, vidinha. É exatamente isso que acontece com Laércio, Hans, Veiga, João Manoel, Farias, Amaro e todos os trabalhadores da vila, com os comerciantes Del Rovere e Beppe, e com as mulheres, da cafetina Berta a Teresa das Graças. Em toda parte há decadência. Vilinha. Vidinha.

De repente, Vila Cruz (cruz de martírio, sacrifício, mas também de ressurreição) recebe um morador estranho. Todos parecem conhecê-lo, porque sua fisionomia é parecida com a de um velho empresário, cuja fotografia está exposta nas paredes da fábrica. Seu nome é Irânio. Ira/urânio. Raiva, planeta distante, energia atômica, bomba, destruição. Apocalipse, fim de mundo.

E é exatamente isso que ele provoca ao se fixar em Vila Cruz, passando a trabalhar na fábrica. Esta é administrada por burocratas medíocres, verdadeiros dinossauros.

O que distingue esse filho de “uma grande prostituta”, como ele mesmo se confessa ao final do livro, daqueles homens que levam uma vida filha daquela da qual ninguém quer ser parente é que ele usa uma arma chamada livro. Lê, estuda, procura

e acaba sabendo as respostas. Quem lê, vê o *invisível* aos olhos dos homens e mulheres medíocres. Irânio, porém, não encerra um conhecimento puramente livresco. “O velho”, como acaba sendo chamado carinhosamente por seus companheiros, tem a experiência da vida. Por isso acaba se destacando no meio em que passa a viver. O seu andar é firme; ele sabe aonde vai porque tem duas pernas musculosas: cultura e experiência.

E é exatamente por aí que começa a revolucionar a vila e os vileiros de Vila Cruz. O sentir a decadência da fábrica vai ensinando-lhe novos métodos, inclusive de ganhar a vida. É assim que começa a fabricar imagens de Jesus crucificado (a Cruz, de novo), juntamente com Veiga.

Volto 15 ou 20 anos no tempo. Vejo “seu” Marconi e os filhos Luis Carlos, Everton e Fernando, fundindo aquele mesmo tipo de imagem. Nossas discussões sobre política e filosofia. Marconi, naqueles dias, não fundia apenas imagens de bronze, modelava as personagens de seu livro.

Voltando ao livro, valho-me da linguística textual. E sem ela é impossível entender *Bocas Amargas*. A boca do homem se distingue das outras bocas porque emite palavras que, no mundo civilizado, assumem uma coesão lexical. Os escritores tecem o seu texto articulando as palavras como se fossem minúsculos fios de lã. A visibilidade do tecido ou o produto acabado, se manifesta pela reiteração e a colocação. Do ponto de vista reiterativo, a repetição do mesmo item lexical, da mesma palavra, para fugirmos ao jargão dos gramáticos, tem peso maior no livro de Marconi De Césaró. Com isso, obtém uma linguagem mais espontânea, menos rebuscada, menos afetada até, como se vê em autores que abusam dos sinônimos, hiperônimos e nomes genéricos. A colocação ou contiguidade ainda é mais rara em *Bocas Amargas*.

O uso contínuo do mesmo item lexical, no romance de Marconi De Césaró, me fez lembrar Paulo Setúbal, um escritor que foi muito lido na juventude do escritor passo-fundense. A propósito, fui reler algumas passagens da autobiografia do poeta paulista, escrita logo após sua reconversão ao catolicismo e pouco tempo antes de sua morte prematura. E é visível uma proximidade estilística do romance gaúcho com a autobiografia paulista.

Não sei se Marconi De Césaró leu *Confiteor*, mas ambas pertencem à mesma família de obras literárias: aquelas que foram escritas pelos que querem dizer alguma coisa e não por quem quer escrever algo. Os primeiros são criadores; os segundos, estilistas. Ambos merecem ser lidos, porque sem eles não há literatura. (Revista Água da Fonte nº 1 e Jornal Rotta)

Revolta dos Motoqueiros

O passo-fundense Leandro Malósi Dóro, depois de consagrado como caricaturista, estreou como escritor em fins do ano passado. Fê-lo com *Revolta dos Motoqueiros*, uma “ficção baseada na realidade”. Tive o privilégio de ler os originais antes que lhes fosse dada a forma de livro e disse ao próprio autor que publicasse como estava.

Todo escritor que leve a sério seu ofício é “um torturado da forma”, ainda mais quem andou participando de oficinas literárias. Transferir para o leitor o caráter de “ministrador de oficina” é tão inevitável quanto temerário. Daí, a preocupação de Leandro com a obra o mais perto possível da perfeição.

“Homens, sois deuses” - gravou um dos escritores neotestamentários. Deus não somos, apenas “deuses”. Toda forma de arte carrega a falibilidade e a condenação à morte, como qualquer um de nós, falazes demiurgos. Então, toda obra artística é falível e perecível. Tudo isso pode ser resumido em quatro palavras: não existe obra perfeita. Buscar a perfeição, como fim último, é autocondenar-se ao ineditismo eterno.

Leandro Dóro parte de um fato real, uma revolta que estremeceu Passo Fundo entre os dias 5 e 15 de fevereiro de 1979.

Tudo começou ao entardecer daquele 5 de fevereiro, quando o motoqueiro Clodoaldo Teixeira fugiu a uma abordagem de três brigadianos, foi perseguido e morto por um deles. O caso revoltou os vizinhos, levou os motoqueiros da cidade e região à fúria, partindo para o confronto com a polícia militar.

No dia 6, a Brigada Militar espalhou homens, armas e cães no centro de Passo Fundo. Ao entardecer, depois do sepultamento de Clodoaldo, 10 mil pessoas encurralaram os brigadianos no comando regional, quase em frente ao prédio da Acade-

mia Passo-Fundense de Letras. Eles reagiram à bala, matando Adão Faustino e ferindo Pedro Carlos Santos e Jocely Joaquim Macedo, que faleceria alguns dias depois. O conflito só não foi pior porque o Exército se meteu entre os grupos beligerantes.

Os fatos ganharam repercussão. “A turma do deixa disso” entrou em ação e, no dia 8, quando do enterro de Adão Faustino, apenas seis motoqueiros estiveram no cemitério. Uma passeata, marcada para o dia 11, foi suspensa através de acordo entre o Moto Clube e a Brigada Militar. Dias depois, quando Jocely faleceu, a “revolta” servia para fanfarronadas e piadas.

Reza a “ficção” que Gustavo trabalhava como mecânico de motos, morava na Rua Lava-Pés e foi perseguido e morto por três brigadianos. Rodrigo, o presidente do Moto Clube, seu amigo de infância, namorava Mariane, filha do major comandante do Exército. Vivia um dilema, em tendo menor poder aquisitivo do que ela. O militar preferia que a filha namorasse um rapaz mais rico. Este era um mau-caráter, que chegava a prevalecer-se da situação criada, para atentar contra o rival.

Mariane, num caso de “amor bandido”, ficou ao lado de Rodrigo durante a “revolta”, que ele tentava conduzir como um simples protesto. Perdeu o controle, mas, num acordo com o major, ajudou a extinção do movimento. Ganhou a confiança do militar e mudou-se com ela e o amigo Rafael para Porto Alegre. Rafael apaixonou-se por Luciane, que namorava Gustavo.

Cada vez mais o hibridismo e a indiferenciação toma conta dos gêneros literários. Difícil classificar *Revolta dos Motoqueiros*. Conto não é. Também não “é uma fábula heroica, que trata de pessoas e de coisas fabulosas”, tratando “em linguagem excelsa e elevada o que nunca aconteceu nem é provável que aconteça”. Está mais perto de “uma pintura da vida e dos costumes tirada da realidade e da época em que se escreve”, fazendo “um relato corrente das coisas conforme se passam todos os dias perante os nossos olhos, tal como podem acontecer a um amigo nosso ou a nós próprios”, segundo o comparativo de S. P. Jones, citado por Vitor Manuel de Aguiar e Silva, em sua clássica *Teoria da Literatura*.

O que faz e diferencia a arte literária é a amplificação praticamente inexistente na *Revolta dos Motoqueiros*. Com isso aproxima a “ficção” da “realidade”.

Como leitor privilegiado e contemporâneo do *lit motiv* do livro, afirmo que Leandro Malósi Doro foi muito feliz em sua estreia literária, tanto que na vida real como na ficção, os mortos acabam sendo esquecidos pelos vivos. “Tudo continua como dantes no reino de Abrantes”. *E*

ponto final.

O Puchirão do Gé Picaço – Poemeto Serrano – Resposta Literária a Antonio Chimango – Poemeto Campestre

Odilon Garcez Ayres é autor de dois livros *Oché Y Sepé Tiarayú*, romance (Passo Fundo: Méritos Editora, 2006) e do ensaio *Caboclo Serrano em O Puchirão do Gé Picaço nas Revoluções de 1923, 30 e 32* (Passo Fundo: Méritos Editora, 2008). Este segundo livro é quase um romance.

Um jovem que, pela Avenida Brasil, em direção ao trabalho encontra uma caixa com livros antigos abandonados na calçada. Impedido de recolher todos, pega um poema, intrigado com o título: *O Puchirão do Gé Picaço*. Durante muito tempo lê e relê o pequeno volume.

‘Aos poucos, durante anos, vai levantando a história do poema e dos personagens. Descobre homens que fizeram a história de Passo Fundo, mas não deixaram história pessoal. Odilon Garcez Ayres, com preserve rança, começa a reconstituir essa história. O resultado dessas pesquisas é quase um romance e está no seu segundo livro.

A investigação da autoria de *O Puchirão do Gé Picaço – Poemeto Serrano*, leva à identificação de Júlio Simão, pseudônimo do advogado e jornalista Francisco de Paula Lacerda Almeida Júnior. Encontra essas informações nas velhas páginas de *O Nacional*. Ali identifica o personagem Cacimbinha, na pessoa de Ney de Lima Costa, advogado, dentista e empresário. Outros personagens acabam identificados. Polito é o médico José Apolito, chefe político em Pinheiro Machado, e depois médico em Marau, Tapejara e Nonoai; Ferguêra é o médico e político Nicolau de Araújo Vergueiro.

Ney de Lima Costa e Francisco de Paula Lacerda de Almeida Júnior, hoje completamente esquecidos, foram pessoas importantes na história passo-fundense no período marcado pelas três últimas revoluções rio-grandenses: 1923, 1930 e 1932. Lacerda de Almeida Júnior era um intelectual conhecido nos grandes centros brasileiros. Tanto isso é verdade Tanto que no dia 2 de outubro de 1908, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, relaciona o seu nome entre dezenas de personalidades presentes ao sepultamento de Machado de Assis, presidente da Academia Brasileira de Letras e o maior escritor brasileiro.

Aqui chegou com maré revolucionária de 1923, tanto que no mês de dezembro de 1922, seu nome aparece, na então Capital da República, como um dos dois redatores do último número conhecido de *Arauto*: pamphletto político. É provável que seja o mesmo correspondente de guerra enviado por um grande jornal paulista e que assombrava a caboclada redigindo seus boletins numa máquina portátil de escrever. Daqui saiu para local incerto, passada a Revolução de 32. Largou tudo. Seus bens foram leiloados em hasta pública. Autor de “contos e novelas” é provável que ele próprio tenha sido sua melhor criação literária.

Em Passo Fundo, escreveu e publicou *O Puchirão do Gé Picaço*, em 1925. Exatamente dez anos antes, também num átimo de tempo, o médico e político Ramiro Fortes de Barcelos, sob o pseudônimo de Amaro Juvenal, escrevera e dera a lume *Antônio Chimango - Poemeto Campestre*. O poema de Lacerda de Almeida Júnior leva o subtítulo de Poemeto Serrano.

Pouco estudado pelos críticos literários, o subgênero “resposta” é uma realidade incontestável. Há obras que são uma resposta a outras. Resposta é uma obra que desenvolve o tema de uma anterior, em outro ambiente ou em outro tempo e com outras personagens. *O Puchirão do Gé Picaço – Poemeto Serrano* é uma resposta ao Poemeto Gaúcho – Antônio Chimango. Mostra que o “biriba”, isto é o serrano, e o gaúcho guardam diferenças fundamentais, das quais, em 1925, Francisco de Paula Lacerda de Almeida Júnior tinha consciência, segundo registra nas primeiras páginas do poema.

‘Enquanto resposta literária, o Poemeto Serrano consiste na demonstração das dessemelhanças históricas, raciais e lin-

guísticas entre os homens da Serra e da Campanha. Mostra a aculturação dos imigrantes através dos repentistas Pepe Marula e Fritis Rammenbrais, de Cochinho, hoje Victor Graeff.

No espaço de um único município (Passo Fundo), para as bandas do Marau, se reúnem trabalhadores de diferentes etnias (caboclos, com sangue de paulista, índio e negro, italianos e alemães), solidários com o Gé (Zé, sinônimo de qualquer cidadão comum) Picaço (que dá a ideia de mistura de uma cor mais escura e outra mais clara). A Solidariedade se manifesta através de um puchirão – e não mutirão como se costuma dizer, num português pretensamente correto.

Ali, à noite, onde não existe apenas um ou dois, mas vários repentistas, um deles, Chico Faria, promete contar em três noites a história do Cacimbinha. Esse era o apelido de Ney de Lima Costa, primeiro intendente de Pinheiro Machado, cujo nome anterior era Cacimbinhas, alterado pelo “intendente Provisório”, para bajular Sebastião Pinheiro Machado, vice-presidente do Estado no exercício da presidência. O presidente interno era irmão do senador há pouco assassinado.

O metro é o mesmo do Antônio Chimango, a redondilha maior; a quantidade final de versos é praticamente a mesma; o esquema rimático é diferente. Não é mais a “sextilha payadotesca”, apresentando as rimas no esquema ABBCCB, como no *Martín Fierro*, do José Hernández. Júlio Simão emprega a velha quadra popular, num esquema bastante raro (ABBA) e sextilhas em ABBACC. A linguagem dos poemas também é radicalmente diferente: *O Puchirão do Gé Picaço* está muito próximo dos poemas sertanejos de Catulo da Paixão Cearense, à época extremamente populares.

As aproximações entre Cacimbinha e Antônio Chimango são muitas. Tio Lautério e Júlio Simão usam um “instromento” para acompanhar-lhes na biografia de seus personagens. Tio Lautério principia assim sua narração: “Para les contar a vida” e Júlio Simão desta maneira: “Para lêis contar a história”. Ambos, Antônio Augusto Borges de Medeiros e Ney de Lima Costa, nasceram fracos, e durante seus nascimentos foram profetizadas as safadezas que futuramente cometeriam. Os dois tiveram sérias dificuldades de aprendizagem. Tanto um quanto outro pro-

grediram às custas de bajulação aos líderes positivistas e traição aos antigos companheiros. Ambos foram comparados a pequenas aves de rapina. Borges de Medeiros era o Chimango, pequeno falconídeo que tem o nome científico de *Ibyter Chimango*; Ney de Lima Costa é o Caburé, uma coruja menor, da família das *Bubônidas*, cujo nome científico é *Glaucidium Brasilianum Gm.* Caburé, também é o nome que se dá ao mestiço tirado a caboclo.

O poeta Júlio Simão conserva a felonía do jornalista Lacerda de Almeida Júnior e de tal sorte que insiste na homossexualidade de Ney de Lima Costa, que teria sido expulso da Escola Militar de Porto Alegre pela prática da sodomia.

Nos poemas mais longos, os poetas costumam pedir inspiração às musas e as divindades. Camões, em *Os Lusíadas*, invoca as Tágides. A invocação de José

Hernández, em *Martín Fierro*, começa com os seguintes versos:

*Pido a los Santos del Cielo
Que ayuden mi pensamiento,
Les pido en este momento
Que voy a cantar mi historia
Me refresquen la memoria
Y aclaren mi entendimiento”.*

A invocação de Júlio Simão tem o seguinte começo:

Santos do céu, Santo Onofre!
*Que seje, que nem um cofre,
Este meu miolo tonto...
Alimpae minha memória,
Pois quero contar a história
Dessa função memorave,
Que durô uns par de dia...*

E a seguir convoca Chico Faria para que deixe suas trovas escritas, que constituirão a história de Cacimbinha.

Tenho salientado, ao longo de diversos textos publicados em jornais, revistas e no próprio livro 150 Momentos Mais Importantes da História de Passo Fundo, as profundas diferenças entre os birivas rio-grandenses e os homens da Fronteira. Essas

diferenças são históricas e ancestrais. Durante a Revolução Farroupilha a grande maioria dos serranos acabou fiel ao Império, pois seus interesses e sua origem eram diferentes dos interesses e das origens dos homens da Campanha. Essas distinções continuaram durante a Revolução Federalista, e de tal maneira que o último pedido de Gomercindo Saraiva foi para que Aparício Saraiva se separasse do Exército Libertador Serrano, comandado por Prestes Guimarães e Dinarte Dornelles. Ainda hoje essas duas regiões do Estado apresentam aspectos culturais e linguísticos bastante significativos.

A narração da história do Cacimbinha é interrompida na segunda noite por um entrevero de choto. O choto mais do que sinônimo de facção é um tipo de esgrima (conhecida como Jogo de Choto), que tive a oportunidade de aprender na infância. E já encontrei pelo menos outro iniciado nesse tipo de luta, meu confrade no Instituto Histórico de Passo Fundo, Daltro José Wesp.

A história do Grupo de Danças Gauchescas General Prestes Guimarães, que Odilon resgata, em seu livro é sintomática. Enquanto os federalistas serranos usavam lenço vermelho, os dançarinos de 1927 ostentavam vistosos lenços brancos. As bailarinas apresentavam uma indumentária praticamente caipira: saias longas, blusa, lenço (“turbante”), à cabeça. As danças da época eram a quadrilha, o chote de carreirinha, a polca de relação e o pericon, ensinado pelo santanense Celestino Brock. No mais, como se depreende da leitura dos jornais da época, as bailantas daqueles dias estavam muito mais próximos de um baile caipira do que de um autêntico fandango do gauchismo de hoje.

O gauchismo – e existem milhares de estudos que o comprovam – é uma “cultura inventada” nos últimos sessenta anos. Por isso é que os tradicionalistas brigam tanto sobre o que é ou não é autenticamente gauchesco. Cada discussão sobre a autenticidade deste ou daquele assunto é uma comprovação da máxima popular “Quem conta um conto aumenta um ponto”. Verdadeiro conto cultural da Carochinha, cada um, ao recontar o caso, acrescenta o ponto que quiser.

As causas que levaram à escrita de *O Puchirão do Gé Picaço – Poemeto Serrano* acabam de receber esclarecimento com o estudo que tive a oportunidade de fazer lendo outro livro im-

portantíssimo, lançado uma semana antes da obra de Odilon Garcez Ayres. Em *Páginas da Belle Époque Passo-Fundense*, de Heleno Alberto Damian e Marco Antonio Damian vemos que animosidades da Revolução de 23 e disputas econômicas, especialmente quanto aos cinemas que começavam a funcionar em Passo Fundo, envolvendo o coronel Cacimbinhas e o capitão Pedro dos Santos, estão na origem da sátira implacável.

Odilon Garcez Ayres, apenas fez brilhar uma brasa no fogo serrano. Outros, como Heleno e Marco Damian, assoprando aqui, assoprando ali, começam a lançar claridade sobre a história escondida de Passo Fundo. Depois de *Caboclo Serrano em O Puchirão do Gé Picaço nas Revoluções de 1923, 30 e 32*, muitos sabidos terão de rever suas ideias sobre a história do Rio Grande do Sul, sob pena de passarem um atestado de analfabetismo cultural ou pura e simples imbecilidade.



Arthur Caetano: um líder passo-fundense esquecido

“A história é escrita pelos vencedores”. Arthur Caetano, deputado estadual e federal eleito pelos passo-fundenses, na década de 1920, comprova a veracidade da conhecida máxima. Seu nome foi varrido da história local e tornou-se de todo desconhecido. Arthur Ferreira Filho, autor da clássica *Revolução de 1923* (Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, Porto Alegre, 1973), não o inclui entre os “chefes”, e até minimiza a importância do parlamentar, definindo-o, à página 23 da edição citada, apenas como “o Deputado Arthur Caetano, que se encontrava entre os rebeldes, incitando-os à luta [...]”.

Quando a reeleição de Borges de Medeiros foi aprovada pela Assembleia Legislativa, a 24 de janeiro de 1923, Arthur Caetano já abandonara o parlamento rio-grandense. Retornara a Passo Fundo e, no dia seguinte, como conta Mem de Sá, à página 58 de *A Politização do Rio Grande* (Edições Tabajara, Porto Alegre, 1973) “levanta em Carazinho, distrito de Passo Fundo, uma improvisada e precária coluna de gaúchos e proclama a Revolução”.

Sem armas, sem recursos, apenas, em sua maior parte, com lanceiros, cujas lanças eram formadas por tesouras de tosar ovelhas, amarradas a um pau ou vara firme, saiu a campo clamando a gauchada para a guerra. O movimento, apesar de todos os pesares e de todos os óbices, dificuldades e empecilhos, propagou-se como um lastro de pólvora pelos quatro cantos do Estado. As colunas brotavam do solo ao mesmo brado, com o mesmo ímpeto, impregnadas do mesmo desespero. [...]”.

Batista Lusardo, companheiro de Arthur Caetano, tanto na Revolução quanto no Parlamento, confirma, no primeiro volume de *Lusardo, O Último Caudilho* (Editora Nova Fron-

teira, Rio de Janeiro, 1977, p. 138): “A 24 de janeiro de 1923, o grito inicial da revolução era proferido em Passo Fundo por Artur Caetano, que antecipou em algumas horas a combinação feita com Lusardo e Correia, no Rio de Janeiro”. Adalberto Correia, chefe político de Quaraí e Santana do Livramento, e Batista Lusardo, líder federalista de Uruguaiana e Alegrete, que acertaram um levante conjunto com os passo-fundenses, não conseguiram cumprir o acordo, mesmo assim os serranos honraram a palavra. Sob o comando extremado de Arthur Caetano, acenderam “o lastro de pólvora” revolucionário.

Arthur Caetano cumpria o que prometeu em discurso de 13 de dezembro de 1922, transcrito por Héglio Trindade, às páginas 200 e 201 de *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul, 1991-1937* (Sulina, Porto Alegre, 1980): “Se o ditador persistir na sua decisão de tyrannizar o Rio Grande, por um quinquênio mais, havemos de nos opor com as armas na mão”.

Terminada a Revolução, por ele iniciada, é eleito para a Câmara dos Deputados. Lá continuou combatendo aquilo que chamava de “tyrannia”: a concentração de poderes numa única pessoa. Deixou um registro de sua atuação parlamentar, no livro *O Povo contra a Tyrannia, discursos parlamentares*, do qual saíram quatro edições pela Empresa Editora Rochéa, de São Paulo, em 1925. Trata-se de discursos, onde discute a situação nacional, ilustrativo sobre as ligações dos revolucionários libertadores com os movimentos tenentistas.

Debate com Getúlio Vargas, Lindolfo Collor, Júlio Prestes e outros deputados de nomeada.

Os discursos onde minudenciou as violências cometidas pelos borgistas locais, dormem ainda nos Anais da Câmara dos Deputados. Como político e advogado militante ele conhecia muito bem todos os aspectos dessas atrocidades, que iam desde o incêndio da sede do Partido Libertador, em Passo Fundo, ao massacre de posseiros na Fazenda Sarandi. Sobre este assunto, a 25 de outubro, debate com Lindolfo Collor e Paim Filho (*O Povo contra a Tyrannia, discursos parlamentares*, 2ª Edição, Editora Rochéa, São Paulo, páginas 52 a 53). “A fazenda do Sarandi constitui, hoje, um poderoso latifúndio nas mãos dos irmãos Lapidos, castelhanos audaciosos, que se envolvem na política do

Rio Grande. São grandes credores da municipalidade de Passo Fundo, e têm, na República do Uruguai, na cidade de Montevideu, uma folha, A Tribuna Popular, onde, seguidamente são atassalhados os meus correligionários políticos”, escreve às páginas 53 e 54.

Casado com uma paulista, Arthur Caetano tinha profundas ligações com próceres da Pauliceia, onde exerceu o jornalismo. Nota-se, com a leitura dos seus discursos parlamentares, que era um elemento de ligação entre os libertadores exaltados e os tenentistas. Reafirma convicções liberais e parlamentaristas, identificando-se com as forças tenentistas, representantes dos setores que defendiam a modernização da economia brasileira. O apoio que presta às ações políticas da Revolução de 30 se materializa no apoio a Getúlio Vargas e no seu retorno a Passo Fundo, em 1933, para enfrentar seus velhos adversários borgistas. Estes, os mais aferrados aos princípios do castilhis-mo positivista, sempre se opuseram a políticas liberalizantes.

Tudo isso fez com que os vencedores, em nível local, ao escreverem a história, esqueceram, deliberadamente, a personalidade contestadora de Arthur Caetano, o homem que acendeu o rastilho revolucionário de 1923.

Micos & Microfones

Em 1984 o jornalista Argeu Santarém publicou *A República dos Coqueiros: Histórias e Estórias de Passo Fundo*. O livro constituiu-se num best-seller local, obtendo mais de uma edição em poucos meses. Entre as quase quatro dezenas de causos, alguns dos quais andavam, andam e andarão na boca do povo estão alguns envolvendo radialistas locais.

Pela amplitude social alcançada pela radiofonia ao longo de décadas, as indiscrições involuntárias cometidas por profissionais do ramo, adquirem ampla e imediata repercussão. E como em todas as atividades há pessoas que entram para o folclore por suas atitudes não é diferente no rádio.

A disputa de mercado entre empresas do setor radiofônico contribui para que alguns profissionais adorem um estilo escandaloso para garantir ouvintes. No Brasil, via de regra, os trabalhadores recebem baixos salários. Nas emissoras de rádio, isso não é diferente. Assim muitos radialistas, para aumentar os ganhos mensais, dedicam-se à venda de publicidade, sob comissão. A disputa, entre profissionais, às vezes da mesma empresa, para manterem e ampliarem sua carteira de anunciantes, também colabora para o escândalo.

Um dos aspectos mais tumultuosos é a narração de futebol. Em Passo Fundo, as torcidas de Gaúcho e 14 de Julho divertiam-se com os bordões “raspa a trave”, “tirou tinta da trave” e “passou raspando”. A bola, na verdade, passara a metros de distância das goleiras. Poderiam emocionar os “rádio-ouvintes”, mas nós, os torcedores, que estávamos nos estádios, em especial atrás das traves, ríamos e até gritávamos os nomes dos narradores. Era um espetáculo erguer os volumes dos rádios a pilha.

Helena de Moraes Fernandes, jornalista e radialista, além de professora dessas disciplinas em cursos técnicos e superiores,

publicou, recentemente, *Micos & Microfones: relatos humorados sobre rádio e televisão* (Passo Fundo: Bertheir/Aldeia Sul/Projeto Passo Fundo, 2011). Em vez de reunir causos aleatórios, como o fez Argeu Santarém, acolhe doze profissionais, formando um número correspondente de capítulos, em sua maioria com mais de um caso. Além de radialistas comparecem apresentadores de televisão, como Paulo Ricardo e Angélica Weisheimer.

São histórias que se tornaram estórias, para fazer um trocadilho entre o bom português e o neologismo, dispensável, que nos veio do inglês. Escritos com a leveza de quem produz um texto radiofônico, os causos contados por Helena de Moraes Fernandes, prendem a atenção, segurando o leitor. Essa é a primeira característica que se exige de um bom narrador.

Li *Micos & Microfones: relatos humorados sobre rádio e televisão* de um só fôlego, dando belas gargalhadas. Em cada historietta eu via passar ante meus olhos tanto personagens principais quanto secundários. Muitos deles conheço há vários anos. Espero que Helena de Moraes Fernandes, logo, dê a lume, novas histórias sobre radialistas passo-fundenses para que possamos desopilar nossos fígados com a suavidade do seu estilo narrativo.



Capitão Caraguatá (1912–1992)

Dia 19 de abril faleceu em Porto Alegre, o advogado, coronel da Brigada Militar e poeta Vasco Mello Leiria, mais conhecido como Capitão Caraguatá. Conhecido tradicionalista, nasceu em Passo Fundo a 24 de março de 1912. Em 1933 ingressou na Brigada Militar e iniciou seus estudos de Direito, em Porto Alegre.

Vasco Mello Leiria, fez carreira desde soldado, tendo sido reformado como coronel. Foi um dos pioneiros do tradicionalismo, tendo sido designado pelo governador do Estado para falar em nome do Rio Grande do Sul durante as comemorações tradicionalistas realizadas no Uruguai em 1949.

O passo-fundense foi um dos fundadores da Estância da Poesia Crioula, conselheiro honorário do Movimento Tradicionalista Gaúcho, sócio benemérito do 35 CTG e participante ativo de diversos congressos tradicionalistas. Homem de opiniões firmes, não temia expressá-las. E foi por isso que, num congresso tradicionalista, acabou sendo chamado de caraguatá, planta espinhenta, por um debatedor que não gostou de sua forma franca de expressar-se. Um amigo, que saiu em sua defesa afirmou que no meio dos espinhos do caraguatá surgia uma flor muito bonita, para exprimir a beleza do caráter do poeta. O apelido pegou e foi adotado orgulhosamente pelo tradicionalista.

Vasco Mello Leiria, também se destacou como advogado, defendendo, de graça, centenas de brigadianos em todo o Estado. De suas andanças como defensor de brigadianos algumas histórias ficaram famosas.

Conta-se que, certa vez, foi defender soldados da Brigada numa cidade próxima a Passo Fundo. O ambiente estava pesado, com ameaças contra o advogado que fosse dos brigadianos. Estava reservado um quarto para o Doutor Vasco Mello Leiria, num

hotel da cidade. Pouco tempo antes de iniciar-se o julgamento apresentou-se na portaria, um gauchão, de bigodes retorcidos e sobranceiras erguidas, com uma mala-de-garupa ao ombro. Ao preencher a papelada de costume deu o nome de Capitão Caraguatá. Subiu para o quarto e logo depois, saiu para a rua todo engravatado.

Quando um oficial da Brigada, acompanhado por dois soldados, foi ao hotel procurando pelo Dr. Vasco Mello Leiria, o porteiro lhe disse: “Olha, não apareceu ninguém aqui com esse nome. A única pessoa diferente foi um índio grosso que deu o nome de Capitão Caraguatá. Depois saiu todo enfatiotado na direção do Fórum”.

O oficial deu meia-volta, às pressas, em direção ao Fórum. Em lá chegando, encontrou o Dr. Vasco Mello Leiria (ou seria o Capitão Caraguatá?) dentro de um terno vistoso, pronto para defender seus camaradas de farda. Conta-se que o fez com tal brilho, que ninguém teve coragem de tomar qualquer represália.

Tal era o respeito que conquistou como advogado que, em 1964, foi nomeado pelo governador lido Meneghetti para juiz do atual Tribunal de Justiça Militar. Como era militante assumido do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) o seu nome não foi publicado no Diário Oficial. Vasco não desistiu de reclamar seus direitos. Em 1994 foi anistiado pela Procuradoria Geral do Estado. Devido à idade não assumiu como juiz, mas se fez justiça a um dos passo-fundenses mais ilustres e um dos oficiais mais exemplares que a Brigada Militar já teve.

Vasco Mello Leiria casou, em primeiras núpcias com Ignácia Souto Leiria, que lhe deu sete filhos e uma dúzia de netos e, em segundas núpcias, com Lourdes Millius da Silva.

Tive a felicidade de conhecê-lo nos anos oitentas, conversando longamente com o velho conterrâneo durante encontros da União Brasileira de Trovadores, Casa do Poeta Rio-grandense e Grêmio Literário Castro Alves, em Porto Alegre. Sempre queria saber notícias “do nosso Passo Fundo”. “Patrício – ele costumava repetir –, quem lambe o sal da nossa querência nunca mais se esquece dela. Ainda mais eu, que deixei meu umbigo lá, nas costas do Passo Fundo.”

A nossa Câmara de Vereadores não se esqueceu do Capitão Caraguatá. Seu nome foi lembrado pelo vereador Edson Nunes, durante sessão do legislativo municipal, apresentando, inclusive, um poema em prosa do escritor Alcy Cheuiche, escrito especialmente para ser lido como despedida desse passo-fundense que se tornou uma lenda viva, como lenda do Rio Grande.



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

Catálogo do Projeto Passo Fundo
www.projetopassofundo.com.br